

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – POSGEA

ROOSEVELT MOLDES DE CASTRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DE TOCANTINS: UMA
ANÁLISE SOBRE DISCURSO E PRÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DO
TERRITÓRIO DAS SERRAS GERAIS**

Brasília – DF

2023

ROOSEVELT MOLDES DE CASTRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DE TOCANTINS: UMA
ANÁLISE SOBRE DISCURSO E PRÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DO
TERRITÓRIO DAS SERRAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obter o título de Doutor em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marília Luíza Peluso.

Brasília – DF

2023

ROOSEVELT MOLDES DE CASTRO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO ESTADO DE TOCANTINS: UMA
ANÁLISE SOBRE DISCURSO E PRÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DO
TERRITÓRIO DAS SERRAS GERAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obter o título de Doutor em Geografia.
Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.
Aprovada em 24 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marília Luíza Peluso (Orientadora)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Andréia Mello Lacé.
Universidade de Brasília (UnB)

Prof.^a Dr.^a Edilza Laray de Jesus
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Prof.^a Dr.^a Magalis Béssem Dorneles Schneider.
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Ribeiro Rosa Machado.
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Brasília – DF

2023

A meus pais, que me ensinaram o valor das nossas memórias,
e a minha esposa e filhas, pois atualmente também formam
essas memórias em minha vida!

AGRADECIMENTOS

O agradecimento é um sentimento de carinho e respeito pelos benefícios recebidos. Nesse sentido, gostaria de direcionar esse sentimento, primeiramente, ao Ser que dá sentido à vida, Deus, seu Verbo Divino e Espírito Santo, pois, graças a Eles, tenho conseguido superar as adversidades da vida. Pela fé professada por mim, também não poderia deixar de agradecer a intercessão de Mãe Maria, com o título de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, bem como toda a Espiritualidade amiga, porque, embora não a vejamos, está sempre em nosso entorno.

Agradeço às pessoas envolvidas diretamente e indiretamente neste trabalho. Assim, de maneira especial direciono à minha professora orientadora Marília Luiza Peluso, por ter assumido esta jornada e ter confiado em mim durante a empreitada. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, em todos os seus setores — secretaria, professores e coordenadores —, e também a meus amigos de trajetória, em especial, a Eliana Feitosa, Thalita Feitosa e Jozeane Nogueira, pelo companheirismo e solidariedade de momentos divididos — sabemos quão árduos foram.

Aos professores do meu colegiado de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT, *Campus* de Arraias, em especial, a Ana Cláudia Sampaio e Valdirene Jesus, pelo grande apoio nesta jornada. Do mesmo modo, dirijo este momento aos amigos Jorge Marinho Junior, Tony de Jesus, do município de Arraias, Fernanda Taínã, do município de Rio da Conceição, e Orimar Santana. Agradeço também aos casais amigos Roberta Gama e Sebastião Silva e Pétila Nery e Cleiton Oliveira.

Agradeço à minha amada esposa Nívea Santos, exemplo de dedicação, que sempre está comigo, dando o apoio e encorajamento, e às minhas filhas, Amanda, Aryel e Yanael, minhas preciosidades. Direciono também o meu agradecimento às minhas irmãs, Roberta Roque e Roosimeyre Castro, e, da mesma forma, ao meu irmão, Hudson Castro, e aos meus amados pais, Valdisa Moldes e Roberto Severiano de Castro (*in memoriam*). Sempre serão minha fonte de inspiração e exemplo de vida.

Registro meus agradecimentos à Sectur, na pessoa da então superintendente de projetos de turismo, Maria Antônia Valadares, às gestoras de turismo de Arraias e Aurora do Tocantins, como também aos demais entrevistados nesses dois municípios, pelas informações prestadas para a estruturação deste trabalho.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho se refere ao Programa de Desenvolvimento Integrado Turismo Sustentável (PDITS). O estudo objetiva pesquisar a respeito da proposta, de modo a analisar a sua prática para o desenvolvimento do território da região das Serras Gerais no estado do Tocantins, procurando identificar se, na elaboração do PDITS, houve de fato o envolvimento dos sujeitos do território. Para a investigação, o estudo define um recorte geográfico, envolvendo dois (de oito) municípios — Arraias e Aurora do Tocantins —, em que se observam as ações dessa política pública de turismo, bem como um recorte temporal, abrangendo o ano de 2017 a 2021. Para tanto, realiza entrevistas semiestruturadas com a cadeia produtiva do turismo dos municípios do recorte geográfico: sujeitos que trabalham nas atividades turísticas; representante do órgão responsável pela gestão do turismo no estado; e as secretarias de Turismo dos dois municípios. Para contribuir com o estudo, a pesquisa utiliza também dados secundários, como notícias veiculadas nos *sites* oficiais de notícias do governo do estado, e, durante a pesquisa de campo, observação *in loco*. O estudo revelou que embora tenham ocorrido algumas falhas no envolvimento dos sujeitos da cadeia produtiva e demais moradores da região, a participação deles foi relevante e isso reflete que eles depositaram credibilidade no turismo como uma ferramenta para contribuir com o desenvolvimento local.

Palavras-chave: turismo, política pública, desenvolvimento local, território.

ABSTRACT

This work refers to the Sustainable Tourism Integrated Development Program - PDITS. The objective of this study is to carry out an analysis regarding the proposal, in order to analyze its practice for the development of the territory for the Region of Serras Gerais in the state of Tocantins, trying to identify if for the elaboration of the PDITS, there was in fact the involvement of the subjects of the territory in the elaboration of this public policy? For the investigation, a geographic cut was defined, involving two (of the eight) municipalities involved by the actions of the public tourism policy — Arraias and Aurora do Tocantins, as well as a temporal cut, covering the year from 2017 to 2021. semi-structured interviews with the productive chain of tourism in the municipalities of the geographical area: subjects who work in tourism; representative of the body responsible for managing tourism in the state and the tourism secretariats of the two municipalities. To contribute to the study, secondary data was also used, linked news on the official state government news sites and during the field research, was used in loco observation. The study revealed that although there were some failures in the involvement of the subjects of the production chain and other residents of the region, their participation was relevant and this reflects that they deposited credibility in tourism as a tool to contribute to local development.

Keywords: tourism, public policy, local development, territory

RESUMEN

El presente trabajo hace referencia al Programa de Desarrollo Integral de Turismo Sostenible - PDITS. El objetivo de este estudio es realizar un análisis sobre la propuesta, con el fin de analizar su práctica para el desarrollo del territorio para la Región de Serras Gerais en el estado de Tocantins, tratando de identificar si para la elaboración del PDITS, ¿Hubo de hecho el involucramiento de los sujetos del territorio en la elaboración de esta política pública? Para la investigación, se definió un corte geográfico, involucrando dos (de ocho) municipios, cuyas acciones de esta política pública de turismo, — Arraias y Aurora do Tocantins, bien como corte de tiempo, abarcando el año de 2017 a 2021. semiestructurada se realizaron entrevistas a la cadena productiva del turismo en los municipios del área geográfica: sujetos que trabajan en turismo; representante del ente encargado de la gestión turística del estado y de las secretarías de turismo de los dos municipios. Para contribuir al estudio también se utilizaron datos secundarios, noticias enlazadas en los sitios oficiales de noticias del gobierno estatal y, durante la investigación de campo, se realizó observación in situ. El estudio reveló que si bien hubo algunas fallas en el involucramiento de los sujetos de la cadena productiva y otros pobladores de la región, su participación fue relevante y esto refleja que depositaron credibilidad en el turismo como herramienta para contribuir al desarrollo local.

Palabras clave: turismo, política pública, desarrollo local, territorio, PDITS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma da pesquisa	21
Figura 2 – Volumes de visitas turísticas de Aurora e Arraias	24
Figura 3 – Mapa de localização do estado do Tocantins	29
Figura 4 – Mapa de localização do Município de Aurora do Tocantins	32
Figura 5 – Conteúdo inicial do portal	33
Figura 6 – Conteúdo inicial da página do website	34
Figura 7 – Vista aérea do Balneário Douradas	35
Figura 8 – Vista panorâmica do Banco de Areia	36
Figura 9 – Vista lateral da Cachoeira do Ribeirão	37
Figura 10 – Cachoeira do Sombra	38
Figura 11 – Escorrega do Betim	39
Figura 12 – Gruta do Sabiá	40
Figura 13 – Rio Azuis	41
Figura 14 – Um dos totens mais dos altos da Cidade dos Totens	42
Figura 15 – Mapa de localização do município de Arraias	44
Figura 16 – Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios	46
Figura 17 – Fachada do externa do Museu de Arraias	46
Figura 18 – Uma parte do centro histórico da cidade Arraias	47
Figura 19 – Dança Suça.	48
Figura 20 – Missa de encerramento da procissão.	48
Figura 21 – Barraca dos mascates na principal rua da cidade	49
Figura 22 – Brincantes do Entrudo em desfile pelas ruas de Arraias	51
Figura 23 – Passeio do judas na comunidade de Lagoa da Pedra – Cana Brava	52
Figura 24 – Gestão descentralizada do turismo no PNT 2007-2010	79
Figura 25 – Linhas de atuação do PNT 2018-2022	83
Figura 26 – Regiões turísticas do Tocantins	86
Figura 27 – Mapa de localização da região das Serras Gerais.	93
Figura 28 – Matriz de priorização de produtos turísticos	96
Figura 29 – Curso de atividade de rapel em Arraias	97
Figura 30 – Curso de Gestor de Turismo, em Arraias	98
Figura 31 – Sinalização turística na entrada do município de Arraias	98
Figura 32 – Estratégias de posicionamento de mensagem	99

Figura 33 – Posicionamento das Serras Gerais no mercado	100
Figura 34 – Mapa de localização da EESGT	104
Figura 35 – Audiência pública sobre turismo em Arraias – 22/3/2022	106
Figura 36 – Registros das missões nas Serras Gerais	128
Figura 37 – Representantes das instituições (E) e agentes de turismo (D)	130
Figura 38 – Idade dos entrevistados	134
Figura 39 – Tempo na atividade a partir de 2017	135
Figura 40 – Função do turismo em seu trabalho	136
Figura 41 – Opinião sobre a importância do turismo	137
Figura 42 – Atividades dos sujeitos da cadeia produtiva	138
Figura 43 – Importância de discutir as ações de uma política pública	139
Figura 44 – Conhecimento sobre o que é PDITS	140
Figura 45 – O PDITS irá contribuir para o município?	141
Figura 46 – Recebeu convite para participar de reuniões ou grupo de trabalhos	142
Figura 47 – Como ocorreu a participação na elaboração do PDITS?	143
Figura 48 – Considera corretas as ações propostas?	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Macroprogramas e programas do PNT 2003-2007	75
Quadro 2 – Investimentos previstos pelo MTur (2007-2010)	78
Quadro 3 – estratégias da política estadual de turismo do Tocantins	90
Quadro 4 – Planos de gestão ambiental dos espaços turísticos do destino	103
Quadro 5 – Ações elaboradas pelo PDITS para a região das Serras Gerais	108
Quadro 6 – Valor de investimento nas ações para as Serras Gerais	120
Quadro 7 – Exercícios para coletar as sugestões dos agentes da cadeia produtiva das Serras Gerais	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abav	Associação Brasileira das Agências de Viagens
Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
Abih	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
Adetuc	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa
Adetur	Agência de Desenvolvimento Turístico
APA	Área de proteção ambiental
Assegtur	Associação do Desenvolvimento do Associada das Serras Gerais do Tocantins Turismo e Produção
ATTR	Associação Tocantinense de Turismo Receptivo
Braztoa	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
Combratur	Comissão Brasileira de Turismo
Comtur	Conselho Municipal de Turismo
EESGT	Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Fecomércio	Federação do Comércio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Finam	Fundo de Investimento da Amazônia
Fiset	Fundo de Investimentos Setoriais
FMI	Fundo Monetário Internacional
Fungetur	Fundo Geral de Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GT	Grupo de trabalho
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN	International Union Conservation of Nature and Natural Resources

Matopiba	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MEI	Microempreendedor Individual
MTur	Ministério do Turismo
Naturatins	Instituto Natureza do Tocantins
Nuts	Núcleos de Turismo Sustentável
OGT	Organização de Gestão do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDITS	Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável
PEJ	Parque Estadual do Jalapão
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Plataforma Integrada de Turismo
PNMT	Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA	Promoção Operativa Anual
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
Prodetur-Amazônia	
Legal	Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal
Prodetur-NE	Programa de Ação de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
Ride	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
Sectur	Secretaria de Estado da Cultura e Turismo
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
Seplan	Secretaria de Planejamento
SIM	Sistema de Informação e <i>Marketing</i>
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
TO	Tocantins
UC	Unidade de conservação
UFT	Universidade Federal do Tocantins

WTTC

World Travel & Tourism Council (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

Zoits

Zonas de Interesse Turístico Sustentável

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
1.1 Pesquisa bibliográfica e documental	22
1.2 Pesquisa ou trabalho de campo	23
1.2.1 Reconhecimento da área de estudo.....	23
1.2.2 Definição do recorte espacial e temporal.....	23
1.2.3 Realização de entrevistas semiestruturadas.....	25
1.3 Análise (dados) das informações coletadas	26
2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS	28
2.1 O estado do Tocantins	28
2.2 O município de Aurora do Tocantins	31
2.3 O município de Arraias	43
2.3.1 O patrimônio histórico e cultural de Arraias.....	45
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÃO COM O TURISMO	55
3.1 O desenvolvimento proposto pela atividade turística	57
3.2 Desenvolvimento local e o turismo: os limites e os conflitos	58
3.3 O (des)envolvimento do território pelo turismo	64
4 MARCOS INICIAIS DO TURISMO NO BRASIL E AS FASES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR	69
4.1 A Política Nacional de Turismo 2003-2007	74
4.2 A Política Nacional de Turismo 2007-2010	77
4.3 A Política Nacional de Turismo 2013-2016	80
4.4 A Política Nacional de Turismo 2018-2022	82
4.5 As políticas públicas de turismo no estado do Tocantins	85
5 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PARA AS SERRAS GERAIS	91
5.1 As estratégias utilizadas para formular as ações	94
5.1.1 Estratégia de produto turístico.....	95
5.1.2 Estratégia de comercialização.....	99
5.1.3 Estratégia de fortalecimento institucional.....	102

5.1.4 Estratégia de gestão ambiental.....	103
5.1.5 Estratégia de Infraestruturas e Serviços.....	104
5.2 Ações nos componentes.....	110
5.2.1 Componente 1 – Produto turístico.....	110
5.2.2 Componente 2 – Comercialização.....	113
5.2.3 Componente 3 – Infraestrutura.....	115
5.2.4 Componente 4 – Fortalecimento institucional.....	116
5.2.5 Componente 5 – Gestão ambiental.....	119
5.2 O valor de investimento das ações.....	120
5.4 As etapas de planejamento do PDITS nas Serras Gerais.....	125
6 AS OPINIÕES DOS SUJEITOS DA CADEIA PRODUTIVA SOBRE AS AÇÕES DO PDITS.....	132
6.1 Perfil dos entrevistados.....	132
6.1.1 As secretárias municipais de Turismo e a superintendente de projetos da Setur.....	132
6.1.2 Os sujeitos da cadeia produtiva de turismo.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICE A – Entrevista com a representante da Adetuc (Secretaria de Turismo do Estado).....	169
APÊNDICE B – Entrevista com representantes da gestão municipal (Arraias e Aurora do Tocantins).....	170
APÊNDICE C – Roteiro de questões para nortear a discussão que será realizada com os sujeitos (comunidade).....	171
ANEXO A – Aceite institucional.....	172
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	173
ANEXO C – Autorização.....	174
ANEXO D – Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa.....	175
ANEXO E – Decreto de 27 de setembro de 2001.....	176

INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no século XIX, a partir da industrialização e o estabelecimento da sociedade do trabalho, possibilitaram a expansão do turismo no século XX enquanto prática social. Nos dias atuais, ele passou a ser considerado importante ferramenta para a economia de diversos lugares e, assim, as intervenções planejadas nos estados voltadas à atividade são consideradas como conscientes, intencionais e com estratégias racionais na busca de um direcionamento a fim de beneficiar a sociedade.

No Brasil, as primeiras iniciativas de gerência do Estado na atividade turística se deram a partir do ano de 1930, porém estas eram desarticuladas e voltadas apenas a ações pontuais envolvendo o turismo e a área do patrimônio. A partir da década de 1960, mais especificamente no ano de 1990, as políticas públicas elaboradas para o turismo tiveram melhor articulação, ganhando maior estabilidade institucional. Nesse mesmo período, o setor turístico no Brasil passou a ser considerado uma pauta governamental relevante e no ano de 1990, ganhou maior evidência, culminando com o lançamento do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) em 1994.

Outro marco dessa história do turismo no país, com grande importância para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas a essa atividade, foi a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003. O MTur tem a finalidade de promover, coordenar, planejar, supervisionar, avaliar planos e programas de incentivo voltados à atividade turística de todo o Estado brasileiro. Nesse contexto de planejamento do turismo via política pública, a criação do MTur é reconhecida como um investimento do Estado para organizar e administrar o setor no país, uma vez que sua missão em contribuir com o desenvolvimento da atividade turística está ligada à responsabilidade de gerar emprego, renda e promover a inclusão social.

Nesse prisma, percebe-se o turismo não mais considerado como simples processo de deslocamentos e entretenimento. Ele passou a ser visto, pela gestão pública, como uma possibilidade pela qual os esforços desempenhados são capazes de estruturar e promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural de muitas regiões brasileiras.

O Estado, então, passou a assumir de forma mais contundente, a função de articulador de programas e projetos voltados para a atividade turística e atender as necessidades básicas de cada localidade. O Estado precisou também voltar sua

atenção aos demais campos da vida social, que passaram a ser mais contemplados pelo conjunto de ações desenvolvidas pelos governos, com o propósito de melhoria das economias locais.

Saliente-se que as políticas públicas elaboradas encontraram muitos desafios para alcançar o desejado desenvolvimento, levando o Estado brasileiro a prover novas estratégias. Entre elas, a descentralização da gestão, a integração dos entes da Federação e das regiões do país, considerando isso como propício para a formulação de políticas públicas socialmente participativas. Destarte, as estratégias governamentais passaram a ser mais frequentes, considerando o setor turístico protagonista no desenvolvimento do país, e por meio de programas nacionais com diretrizes em escalas federal, estadual e municipal procuraram promover a cooperação e a interação entre os órgãos e os sujeitos envolvidos na atividade.

Nessa conjuntura, a gestão pública do Brasil passou a desenvolver políticas de turismo, estabelecendo normas e estruturando macroprogramas, os quais visavam, na concepção do MTur, à construção das bases para o desenvolvimento sustentável da atividade turística no país. No entanto, diante da realidade do Brasil e considerando sua extensão territorial, a descentralização foi utilizada como estratégia e as ações coordenadas de planejamento integrado e participativo passaram a buscar a regionalização do turismo, articulando as instituições públicas federais, estaduais e municipais.

O MTur buscou diagnosticar e identificar os principais entraves limitadores ao desenvolvimento da ação turística no Brasil, cujos resultados evidenciados foram: oferta de crédito insuficiente e inadequada para o setor, baixa qualidade e pouca diversidade de produtos turísticos ofertados no mercado e insuficiência de recursos, assim como a falta de estratégia na articulação, na promoção e na comercialização do produto turístico brasileiro. Diante disso, o MTur passou a elaborar a cada quatro anos o Plano Nacional de Turismo (PNT) com o objetivo de estabelecer diretrizes claras e mensuráveis, de modo participativo, proporcionando melhor integração entre os sujeitos ligados à atividade.

O primeiro PNT teve como foco o desenvolvimento econômico sustentável, a inclusão social e a gestão descentralizada (2003-2007); o segundo (2007-2010) trouxe a proposta de integração regional a fim de criar alternativas turísticas, ampliando a oferta em territórios onde o turismo foi considerado incipiente.

O terceiro tinha como foco, proporcionar investimento em infraestrutura de acesso e esportiva em função dos megaeventos previstos para a época (2013-2016). O mais atual, compreende o período de 2018 a 2022, no qual foram elencadas ações consideradas como “imprescindíveis e urgentes” para o turismo nacional, contendo quatro metas globais voltadas à atividade no país: aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões; aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais no país de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões; ampliar o número de brasileiros em viagens internas, passando de 60 para 100 milhões; ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo.

No bojo das ações propostas nos PNTs, um dos planos em destaque, atualmente, é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), o qual passou a ser um instrumento de gestão e planejamento para as diversas regiões do país. Esse plano tem como objetivo principal orientar o crescimento do setor em bases sustentáveis a curto, médio e longo prazo, estabelecendo os pilares e a definição de ações, as prioridades e a tomada de decisão.

Por ser uma política pública para incentivar e investir numa reestruturação organizacional, com foco na captação de recursos aos projetos de infraestrutura e capacitação profissional com vistas ao desenvolvimento de regiões via turismo, muitos estados passaram a adotá-lo. Dessa feita, a gestão pública do estado do Tocantins, no ano de 2017, uma vez atendidas as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do MTur, passou a utilizar PDITS para contribuir com o desenvolvimento de seus polos turísticos.

No ano de 2012, foram iniciados os primeiros estudos a fim de elaborar o PDITS no estado, com a finalidade de buscar identificar as características e as potencialidades existentes para fomentar o turismo na região do Cantão, do Jalapão e de Palmas (MARTINS, 2017). No ano de 2016, o plano passou a ser adotado como a principal política pública a orientar o crescimento do setor de turismo no Tocantins, com o discurso de uma política participativa na busca do desenvolvimento endógeno, garantindo a participação da sociedade residente nos polos turísticos. Além disso, foram inseridas mais quatro regiões turísticas consideradas prioritárias do estado: Serras Gerais, Peixe, Vale dos Grandes Rios e Bico do Papagaio.

No ano de 2016, a proposta do PDITS começou a ser direcionada à região das Serras Gerais,¹ com o objetivo de consolidar e melhorar a competitividade desse destino turístico e dos empreendimentos turísticos locais, por meio de investimentos e ações governamentais e da iniciativa privada (TOCANTINS, 2019a). Assim, as ações do PDITS passaram a ser planejadas no município de Almas, Arraias, Aurora, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga, pois, conforme consta no próprio documento do plano, o fluxo de turistas foi considerado pequeno e de abrangência regional e, além disso, os estabelecimentos comerciais — hotelaria e alimentação — não agradam os visitantes que também se incomodam com a precariedade das estradas de acesso aos atrativos.

Considerando a situação, atribuiu-se ao turismo a responsabilidade para concretizar uma “nova” realidade nessa região e, diante disso, despertou-se a necessidade deste estudo para identificar, junto aos sujeitos da cadeia produtiva do turismo e moradores locais, se as propostas de mudança se configuram realmente fundamentais. Além disso, investigou-se também como aconteceu o envolvimento comunitário na construção dessa nova realidade social, econômica e cultural e elencaram-se algumas perguntas problematizadoras:

- a) O PDITS conseguiu mobilizar sinergias dos sujeitos autóctones para o planejamento de suas ações?
- b) Quais estratégias foram utilizadas no envolvimento participativo no PDITS?
- c) Como os processos propostos por essa política pública de turismo conduzem ao desenvolvimento local?
- d) Quais são os benefícios diretos para os moradores do território?

Para responder às perguntas, o estudo teve, como objetivo geral, analisar a prática de planejamento do PDITS para o território da região das Serras Gerais. A sustentação dessa premissa estabeleceu alguns objetivos específicos:

- a) identificar as políticas públicas de turismo no estado do Tocantins;
- b) descrever as ações proposta pelo PDITS para desenvolvimento local via turismo;
- c) apresentar os custos de investimentos do PDITS para essa região;

¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), está localizada a sudeste do estado, a 500 km de Palmas.

- d) identificar os benefícios proposto pelo PDITS aos moradores da região das Serras Gerais;
- e) registrar a opinião dos sujeitos da cadeia produtiva do turismo de dois municípios – Aurora do Tocantins e Arraias.

A partir desses elementos, o estudo foi estruturado em sete seções. A seção 1 apresenta os procedimentos metodológicos do estudo. A seção 2 é composta por um tópico subdividido em três momentos, e no primeiro é apresentado as informações sobre o estado do Tocantins. Os demais subtópicos apresentam os dois municípios definidos como recorte geográfico deste estudo - Aurora do Tocantins e Arraias. Em ambos, são destacados alguns dos elementos considerados turisticamente como potenciais para a implantação do PDITS.

Na seção 3 é feita uma discussão a respeito do desenvolvimento e sua relação com o turismo enquanto algo transformador, cujas diferentes interpretações foram utilizadas ao longo dos anos. No subtópico um desta seção, foi realizada uma abordagem a respeito do desenvolvimento proposto pela atividade turística, na qual o desenvolvimento local é considerado como aquele que se contrapõe ao sistema predatório capitalista, convergindo para as questões humanas, sociais e territoriais. Nos subtópicos dois e três, essa abordagem sobre o turismo e desenvolvimento seguem considerando os seus limites e conflitos, evidenciando o envolvimento do território pela atividade turística.

A seção 4 é composta por cinco subtópicos. Os quatro primeiros subtópicos apresentam uma síntese sobre os marcos iniciais do turismo e uma análise sobre as fases das políticas públicas voltadas para a atividade turística no Brasil. No último subtópico, são apresentadas informações sobre as políticas públicas do turismo no estado do Tocantins.

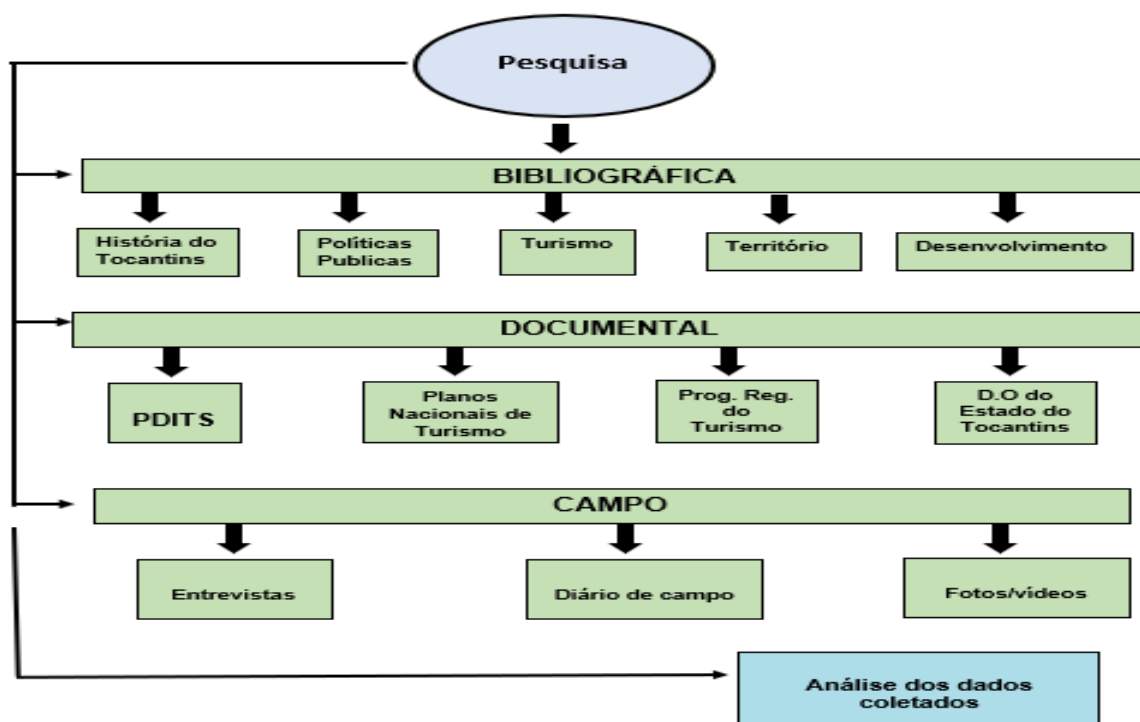
Na seção número 5 é apresentado o PDITS para as Serras Gerais e por meio de quatro subtópicos, as estratégias utilizadas na formulação das ações dessa política pública. A seção 6 apresenta as opiniões dos sujeitos da cadeia produtiva de turismo sobre as ações do PDITS e por último, são feitas as considerações sobre o estudo.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos relacionados a trabalhos científicos consistem em adotar etapas a serem desenvolvidas para alcançar os objetivos e a resolução do problema com a finalidade de um resultado coerente. Assim, o estudo em questão foi realizado por meio da abordagem qualitativa, pois “considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 30).

Dessa forma, a primeira etapa consistiu na realização de revisão bibliográfica da literatura conceitual, teórica e analítica sobre políticas públicas, desenvolvimento, território, decretos e leis sobre o tema e o próprio documento final do PDITS. A segunda etapa constituiu-se na observação *in loco*, enquanto a terceira etapa, nas atividades planejadas a serem realizadas em campo. Por último, porém não menos importante, a quarta etapa consistiu na organização, na tabulação e na análise das informações coletadas pela observação *in loco* e pelos dados reunidos na pesquisa de campo.

Figura 1 – Fluxograma da pesquisa



Fonte: elaborada por Roosevelt Moldes de Castro (2023).

Vale registrar a necessidade de ajustes nas ações dos procedimentos metodológicos ao longo da execução das etapas do estudo devido a pandemia de covid-19, que levou à restrição da atividade turística, por meio do Decreto Estadual nº 6.067, de 17 de março de 2020, e o retorno da atividade se deu com o Decreto Estadual nº 6.159, de 30 de setembro de 2020 (TOCANTINS, 2020b). Nesse sentido, algumas ações da estratégia metodológica, como a observação *in loco*, ocorreram de forma parcial e um pouco mais limitada, uma vez que a implantação do Plano de Ação do PDITS ficou paralisada nos municípios, sendo retomadas a partir do ano de 2022.

1.1 Pesquisa bibliográfica e documental.

Em relação a pesquisa bibliográfica, essa etapa é fundamental para descrever as bases teóricas e as hipóteses do estudo. Ela permite uma compreensão ampla do objeto ou do sujeito da investigação, fornecendo uma base sólida para construção argumentativa dentro de um contexto científico. A pesquisa permite “ao pesquisador contato com materiais produzidos sobre o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2006, p. 42).

Destarte, esse estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica sobre os temas turismo, políticas públicas, desenvolvimento, território. Diversas fontes foram consultadas, incluindo revistas científicas, livros, capítulos de livros, teses, estudos, documentos de trabalhos, manuais de organismos nacionais e internacionais, disponíveis nas plataformas digitais das diversas Instituições de pesquisa e ensino, bem como matérias de jornais *on-line* e livros impressos. Vale ressaltar que as instituições internacionais, como a Organização Mundial do Turismo (OMT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e Organização das Nações Unidas (ONU), foram consideradas especialmente para a compreensão da realidade turística.

Em relação à pesquisa documental, de acordo com Marconi e Lakatos (2006), envolve a coleta de dados a partir de fontes primárias, tais como documentos escritos, ou não, provenientes de arquivos públicos e privados, instituições, domicílios e fontes estatísticas. Considera-se relevante esse tipo de pesquisa para complementar as ciências sociais e humanas, pois os documentos, atuais ou antigos, podem oferecer dados históricos, culturais, sociais e econômicos de um lugar ou grupo de pessoas em determinado momento da história. Também se utilizou o próprio documento *Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais* (TOCANTINS, 2019a), dados do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e normativas legais (federais e estaduais) sobre o tema.

1.2 Pesquisa ou trabalho de campo

Em relação ao trabalho de campo, essa fase representa o momento em que o pesquisador vai a campo com o objetivo de implementar as ações previstas no projeto inicial do estudo. É a parte referente a coleta de materiais (vídeo, fotos) para análise, sendo também fundamental na busca de conexões dentro do cenário do tema proposto para a construção do trabalho e seus resultados.

A pesquisa de campo possibilita adquirir informações e(ou) conhecimentos de um problema do qual se procura uma resposta (MARCONI; LAKATOS, 2006). Essa etapa foi constituída em quatro momentos:

- a) reconhecimento da área de estudo;
- b) definição do recorte espacial e temporal;
- c) observação *in loco*; e
- d) realização de entrevistas semiestruturadas.

1.2.1 Reconhecimento da área de estudo

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2022a]), a região das Serras Gerais abrange uma extensão de territorial 47.332 km², o que representa 17% da área total do estado do Tocantins. Em virtude de suas características socioeconômicas, essa região é constituída por 21 municípios e, dentre eles, o PDITS para a região envolve oito, que são: Almas, Arraias, Aurora, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga. Com base em experiências de estudos anteriores e considerando a extensão da área de implementação do PDITS, tomou-se como base de atuação a adoção de um recorte espacial e um recorte temporal.

1.2.2 Definição do recorte espacial e temporal

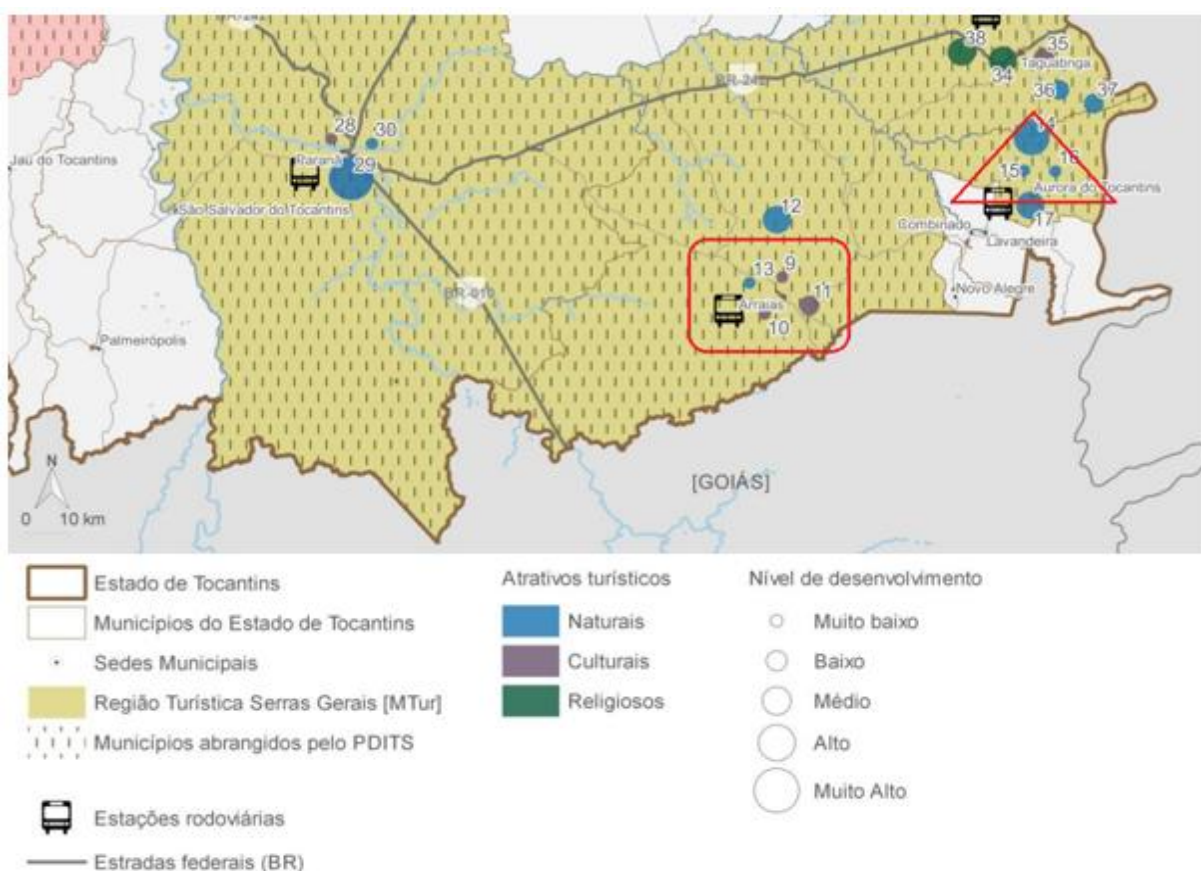
Como os recortes não são neutros (MACHADO, 2017), e considerando a extensão da área de estudo, bem como questões logísticas dentro dela, foi realizado um recorte espacial. Dessa forma, o estudo foi delimitado a dois municípios

localizados nas Serras Gerais — Aurora do Tocantins e Arraias —, cuja escolha considera que:

- o planejamento e(ou) a implementação PDITS nos respectivos municípios teve início no mesmo período;
- pertencem à mesma microrregião geográfica, considerando ainda a proximidade geográfica entre ambos.

Em complementação aos critérios, considerou-se também a diferenciação da tipologia de turismo proposto para os dois municípios. Com base no volume de visita aos atrativos, os resultados do diagnóstico feito pela consultoria contratada para elaboração do Plano de Ação do PDITS evidenciaram que em Aurora do Tocantins (destacada no triângulo), os atrativos locais de maior visitação são os naturais, e em Arraias (destacada no retângulo), os culturais e os religiosos receberam maior ênfase, conforme observado na figura 2, a seguir.

Figura 2 – Volumes de visitas turísticas de Aurora e Arraias



Fonte: Tocantins (2019a).

Em relação ao recorte temporal, inicialmente, o estudo havia sido planejado para abranger o período do segundo semestre do ano de 2017 até o ano de 2020, coincidindo com o período de planejamento do PDITS. No entanto, devido à situação de isolamento social decorrente da pandemia de covid-19, ocorrido durante todo o ano de 2020, esse recorte se estendeu até o segundo semestre de 2021, porém com algumas limitações: algumas atividades (públicas e privadas) ainda não tinham iniciado, em sua totalidade, nos municípios; alguns grupos de pessoas ainda tinham cautela em atividades presenciais e isso impactou em algumas ações da atividade de campo.

1.2.3 Realização de entrevistas semiestruturadas

Em relação às entrevistas propostas, esclarece-se que elas foram semiestruturadas. Para Triviños (1987), a característica destas é o questionamento básico apoiado em teorias e hipóteses relacionadas ao estudo proposto. São conduzidas com “uso de um roteiro”, porém com a possibilidade de serem acrescentadas novas questões pelo entrevistador. Percebe-se que essa técnica pode ser utilizada para coletar informações e dados, quando não disponibilizados através do uso de outras fontes, como a pesquisa bibliográfica ou a observação, por exemplo.

Lima, Almeida e Lima (1999), afirmam que essa técnica também possibilita ao entrevistado um direcionamento por parte do entrevistador. Assim, suas experiências podem ser apresentadas de maneira espontânea. Saliente-se que a entrevista semiestruturada, segundo esses mesmos autores, contribuem com a combinação de questionário com perguntas abertas e fechadas sobre o assunto. Para Boni e Quaresma (2005), esse tipo de entrevista é bastante útil em investigações sobre valores afetivos, opiniões e comportamento.

No entanto não se pode deixar de ancorar o conteúdo dessa técnica ao conteúdo do referencial teórico e aos objetivos, elementos norteadores do estudo, devendo ser mesclados de forma amistosa, produtiva e planejada. Neste estudo, a proposta de registro das entrevistas foi por meio de gravações (autorizadas pelos entrevistados), com termo de consentimento livre e esclarecido, a fim de deixar claro aos entrevistados a finalidade do conteúdo.

A escolha dos participantes da pesquisa de campo, além de observar os critérios elencados a seguir, foi realizada por meio da técnica de amostragem “bola de neve”, pois, segundo Baldin e Munhoz,

A snowball sampling ou “Bola de Neve” prevê que o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo é solicitar, a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo para também recrutá-los. (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 5).

Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas, em grupos focais² distintos, no período de 11 a 15 de julho de 2022, em visita realizada nos dois municípios elencados como recorte geográfico do estudo. Ratifique-se que algumas entrevistas foram realizadas de forma virtual, respeitando ainda as questões sanitárias proposta pelos próprios entrevistados e respeitando suas agendas. A escolha desses sujeitos obedeceu ao seguinte perfil:

- a) ser maior de 18 anos;
- b) estar ou ter trabalhado na atividade turística em seus municípios no decorrer do recorte temporal; e
- c) ter disponibilidade e interesse em participar da investigação.

O primeiro grupo foi de gestoras públicas: secretárias municipais de Turismo e representante do órgão estadual de turismo envolvido com o planejamento dessa política pública. O segundo grupo de entrevistados foi de agentes da cadeia produtiva de turismo (guias, monitores, agentes de viagens, entre outros), bem como os residentes da localidade, por meio de associações de moradores ou grupos similares a esses, a fim de identificar suas opiniões e visões a respeito do PDITS nas Serras Gerais.

1.3 Análise (dados) das informações coletadas

Após as aplicações das técnicas qualitativas propostas, realizou-se a análise dessas informações com a finalidade de compreender o significado das falas dos

² Para Gatti (2005, p. 9), ela tem como objetivo captar entre os participantes percepções os sentimentos e ideias, possibilitando a compreensão de diversos pontos de vista e processos emocionais, advindo do próprio contexto.

entrevistados, considerando sempre o contexto em que estão inseridos e o arcabouço teórico da pesquisa. Essa análise qualitativa, para Gibbs (2009), auxilia o pesquisador a responder a situação que está ocorrendo no universo da pesquisa de forma detalhada e densa, possibilitando melhor compreensão do objeto estudado, demonstrando as relações entre os sujeitos, os lugares e o contexto associados a atividades de observação em campo.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDOS

Nesta seção, apresenta-se a caracterização da área em estudo (recorte geográfico), de modo a contextualizar os elementos (as cidades e seus atrativos turísticos). As informações foram obtidas por meio do relatório do consórcio responsável pelos trabalhos de planejamento da política pública, *websites* oficiais do governo do estado do Tocantins, portais de notícias do estado, livros, pesquisa de campo e demais produções científicas.

2.1 O estado do Tocantins

De acordo com Apolinário (2007), os movimentos emancipacionistas ansiosos por maior atenção do governo de Goiás, pois este fazia investimentos apenas no sul do estado, devido à prosperidade de Goiânia e à proximidade de Brasília, foram os motivadores para que, no ano de 1988, com a promulgação da Constituição brasileira, por meio da Emenda ES 20.793-8, de autoria do Deputado Siqueira Campos, fosse criado o estado do Tocantins (figura 3). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021a), ele conta com uma área de 277.466,763 km² e, atualmente, sua população é de 1.584.306 habitantes.

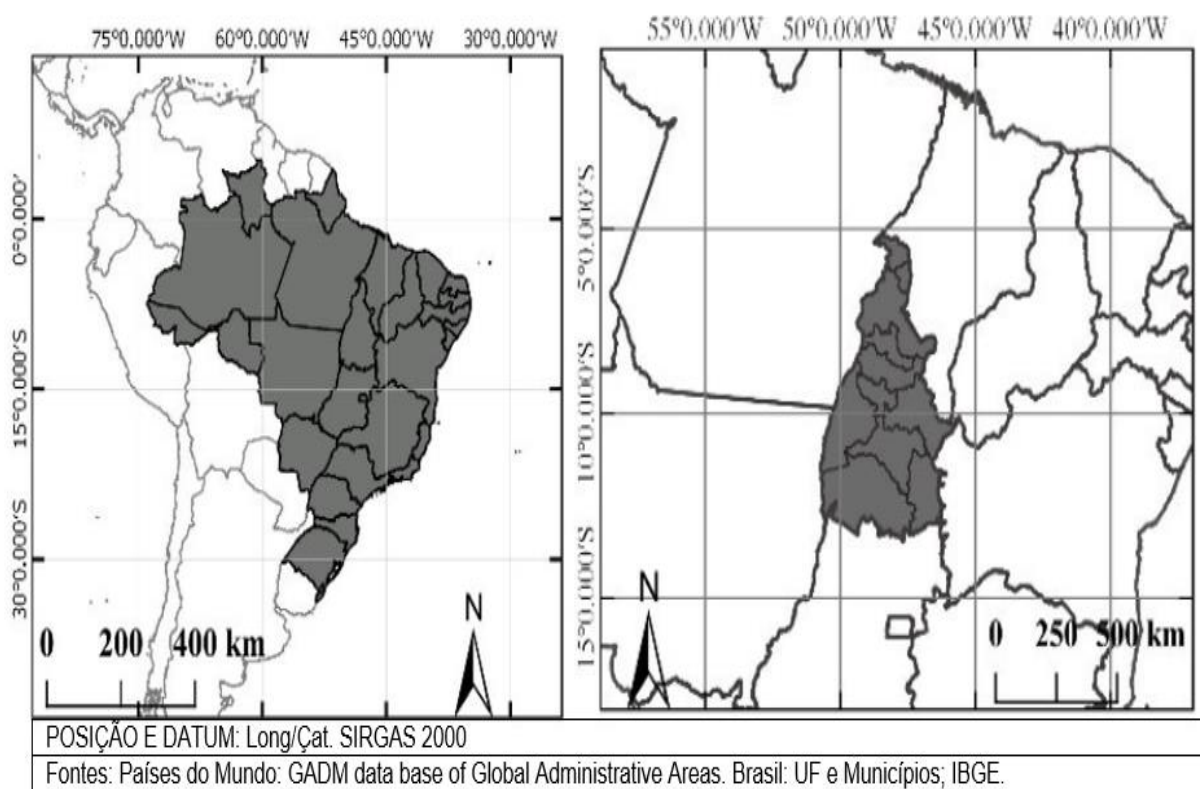
O povoamento da área que hoje é o estado, “teve seu início há quase 200 anos, após a chegada dos portugueses no Brasil, no início do século XVIII” (APOLINÁRIO, 2007, p. 62). No entanto, naquela época, havia apenas a limitação em explorar a faixa litorânea, onde foram criadas as capitanias hereditárias, e o povoamento se deu a partir da exploração e do cultivo da cana-de-açúcar. Parente (2003) afirma que foram dois séculos que envolveram os interesses econômicos, políticos e estratégias de povoamento do território brasileiro.

Apolinário (2007) evidencia ainda que, durante esse período de chegada dos europeus, havia populações indígenas na região, compostas pelas etnias Karajá, Javaé e Xambioá. Enquanto descendentes dos Xavantes habitavam o centro do estado, no município de Tocantínia,³ as comunidades indígenas Karajá e Javaé

³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a), o município está localizado a 75 km da capital do estado.

moravam na ilha do Bananal⁴ e os Xambioá, no município de Santa Fé do Araguaia, em duas aldeias. Já os Apinayé haviam se estabelecido nas margens do rio Tocantins, entre os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia e Cachoeirinha, extremo norte do estado, e os Krahô se fixaram nas margens dos rios Manoel Alves Pequeno e Vermelho, afluentes do Tocantins, nos municípios de Goiatins e Itacajá, no nordeste do estado.

Figura 3 – Mapa de localização do estado do Tocantins



Fonte: Oliveira e Alves (2022).

Os povos africanos também tiveram contribuição significativa no processo de ocupação do território. De acordo com relatório da APA-TO (ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS, 2012), os *territórios quilombolas no Tocantins* -, a chegada desses povos se deu a partir de duas rotas migratórias durante o período da escravidão negra, sendo uma dessa rotas a região Sudeste, na busca do ouro, e a outra a região Norte, chamada de rota do gado. Assim as duas regiões

⁴ De acordo com portal do governo do estado, é composta pelos municípios de Formoso do Araguaia, Gurupi e Peixe (TOCANTINS, 2023).

são consideradas a porta de entrada de muitos negros e negras, fatos esses influenciadores da composição da população e na cultura do estado.

No contexto econômico, segundo Fregonesi e Cardoso (2021), no ano 2019, o estado ficou em primeiro lugar no crescimento do PIB, ganhando sete posições desde 2002, passando de 21^o para o 14^o no *ranking* das unidades federativas, com um crescimento de 9% em comparação ao ano anterior. Segundo Marques (2019), fatores como esse, associados ao fato de o estado se destacar como o sexto maior com malha asfáltica do país, facilitando o escoamento da produção, chamam a atenção de investidores nacionais e internacionais para Tocantins.

Essas potencialidades, além das atividades do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia),⁵ da atividade de minério, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, administração pública, agropecuária, têm contribuído com a economia do estado. No entanto, a gestão pública passou a utilizar, em seu planejamento, o turismo para também contribuir na economia, bem como fomentar o desenvolvimento dos municípios, envolvendo todos os elementos naturais e os bens históricos (materiais e imateriais) existentes.

O Tocantins, embora seja o mais novo estado da Federação brasileira, contado a partir da data de sua criação, é detentor da herança do período em que o estado era o norte de Goiás, por meio de suas cidades patrimonializadas⁶ e cidades residentes,⁷ as quais Nascimento (2020), respectivamente, evidencia: Porto Nacional, Natividade, Arraias, Paranã, Conceição do Norte, Almas, Dianópolis, Monte do Carmo e Pedro Afonso. Além dessa potencialidade histórica, o estado também é dotado de diversidade natural, como importantes bacias hidrográficas e unidades de conservação (UCs). De acordo com Luís Antônio Silva (2007), 91% são representados pelo bioma Cerrado, de paisagem diversa, com diferentes fisionomias — cerrado,

⁵ Oficializada pelo Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015 (BRASIL, 2015), a região compreende 337 municípios em 31 microrregiões geográficas dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia, que somam cerca de 73 milhões de hectares. A produção nessa região é marcada pelas grandes colheitas de grãos, especialmente soja, milho e algodão. A porção baiana da região é a segunda maior produtora brasileira da fibra.

⁶ De acordo com Nascimento (2020), são aquelas que possuem alguma característica marcante tanto na sua estrutura quanto no modo de fazer e existir, tendo o mérito de serem reconhecidas nacionalmente pelos órgãos de proteção do patrimônio — Iphan.

⁷ “São aquelas cidades históricas do Estado que são tão importantes para a memória e história da população [...] ainda não há visibilidade da sociedade externa quanto aos recursos inesgotáveis de riquezas naturais e culturais, mas que existe o reconhecimento da população local.” (NASCIMENTO, 2020, p. 24).

campo limpo, campo sujo, cerradão e campo rupestre —, e os demais 9% restantes correspondem ao bioma Amazônico, caracterizado por uma zona de transição entre a floresta ombrófila e a savana.

Assim, considerando esses elementos, o PDITS, cujo foco prioritário em sua estratégia é desenvolver a atividade turística para potencializar a economia dos municípios, realizou um estudo elaborado pela gestão pública e previu um conjunto de estratégias no sentido de comercialização integrada desses atrativos, pautado na conservação ambiental e inserção de moradores na cadeia produtiva (TOCANTINS, 2012, p. 126). Uma dessas regiões foi as Serras Gerais, onde foram envolvidos oito municípios, dos quais dois deles são o recorte espacial deste estudo e serão apresentados a seguir.

2.2 O município de Aurora do Tocantins

Situado a 530 quilômetros de distância da capital do estado, Palmas, o município de Aurora do Tocantins (figura 4), de acordo com Silva e Moraes (2016), está localizado na borda oeste da Serra Geral. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), tem cerca de 3.523 habitantes. Conforme Silva e Moraes (2016), o município recebe seu nome devido a sua localização, em razão das serras a leste fazerem a luz do sol da manhã iluminar a cidade mais tarde em relação a outros locais.

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a), Aurora do Tocantins é considerada de baixo dinamismo econômico, com uma renda média de 1,4 salários-mínimos. Sua principal atividade é a pecuária e a produção agrícola. A densidade demográfica do município é de 4,58 habitantes/km², quase a mesma densidade demográfica do estado (4,98 hab./km²). Ainda segundo o IBGE, o clima da região é tropical equatorial, com grande amplitude térmica, na qual a temperatura varia entre 20°C durante o período noturno e uma média de 40°C durante o dia.

De acordo com Lopes (2018), a primeira referência histórica da origem da ocupação do município é dada a partir do ano de 1818, quando tenente-coronel

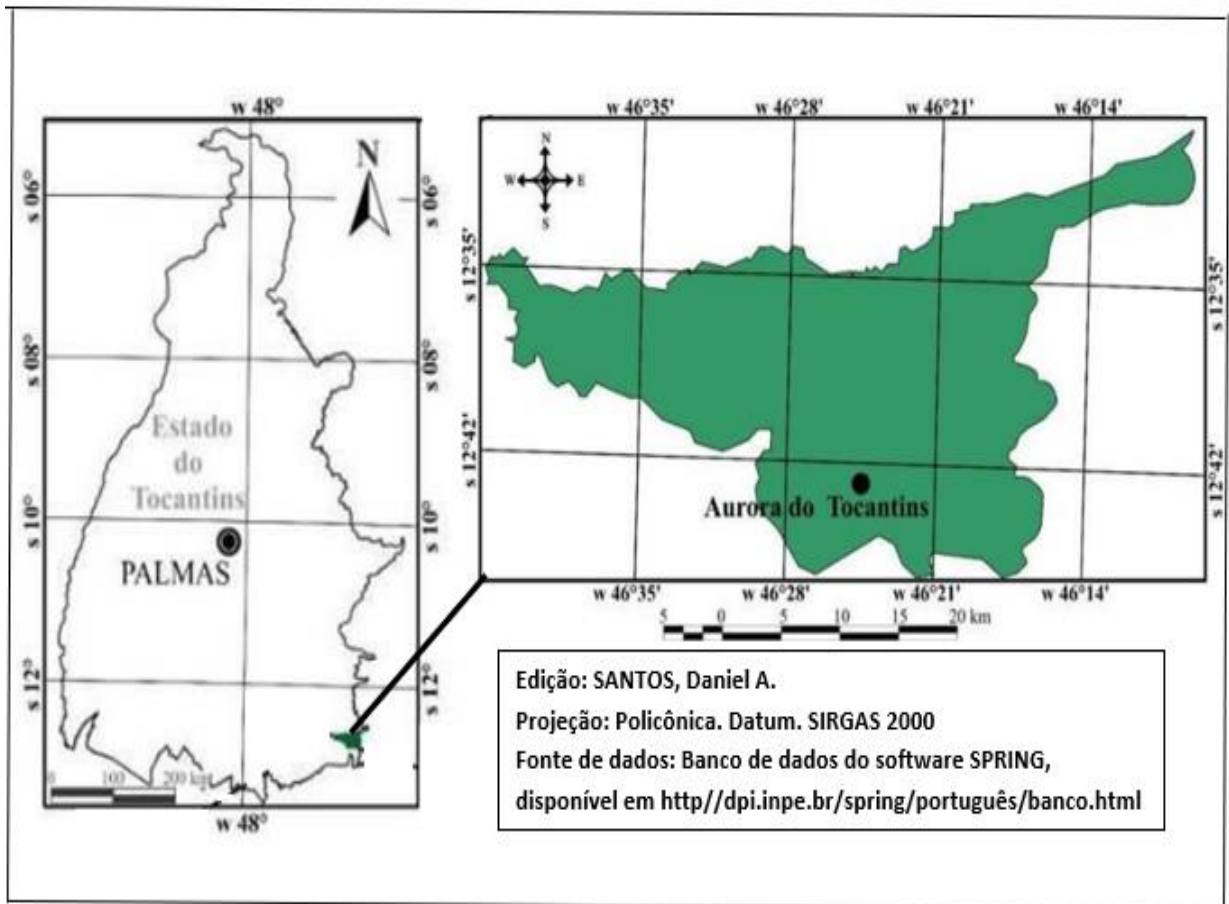
Antônio Luiz Taveira⁸ e sua esposa, a senhora Inês Maria da Silva Rosa, chegaram à região e ali constituíram uma fazenda, cujo nome era Barreiro dos Cavalos e, mais tarde, passou a ser chamado de Sítio do Bonfim. Devido à fertilidade do solo e à abundância de água, logo chegaram ao local outras pessoas e, rapidamente, formou-se um povoado, todavia, como era circundado pelas elevações, passou a ser conhecido como “Saco”.

O mesmo autor afirma que, ao longo dos anos, mais especificamente por volta do ano de 1931, com a edificação da igreja de Nosso Senhor do Bonfim, moradores de fazendas vizinhas da região, denominada Boqueirão, migraram para a localidade, de forma a aumentar a ocupação, que logo passou a ser chamado de Arraial do Saco do Senhor do Bonfim. Naquele mesmo ano, por meio do Decreto Lei nº 1.233, de 31 de outubro, o referido arraial tornou-se distrito do município de Taguatinga, já com a denominação de Aurora do Norte,⁹ e no ano de 1963, tornou-se município, sendo instalado em 1º de janeiro de 1964.

⁸ De acordo com o *Correio Oficial de Goyas* (1872), ele pertencia ao primeiro Regimento da Cavalaria Miliciana.

⁹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a), foi alterado pelo Decreto Legislativo nº 1, de 1º de outubro de 1989, em seu art. 4º.

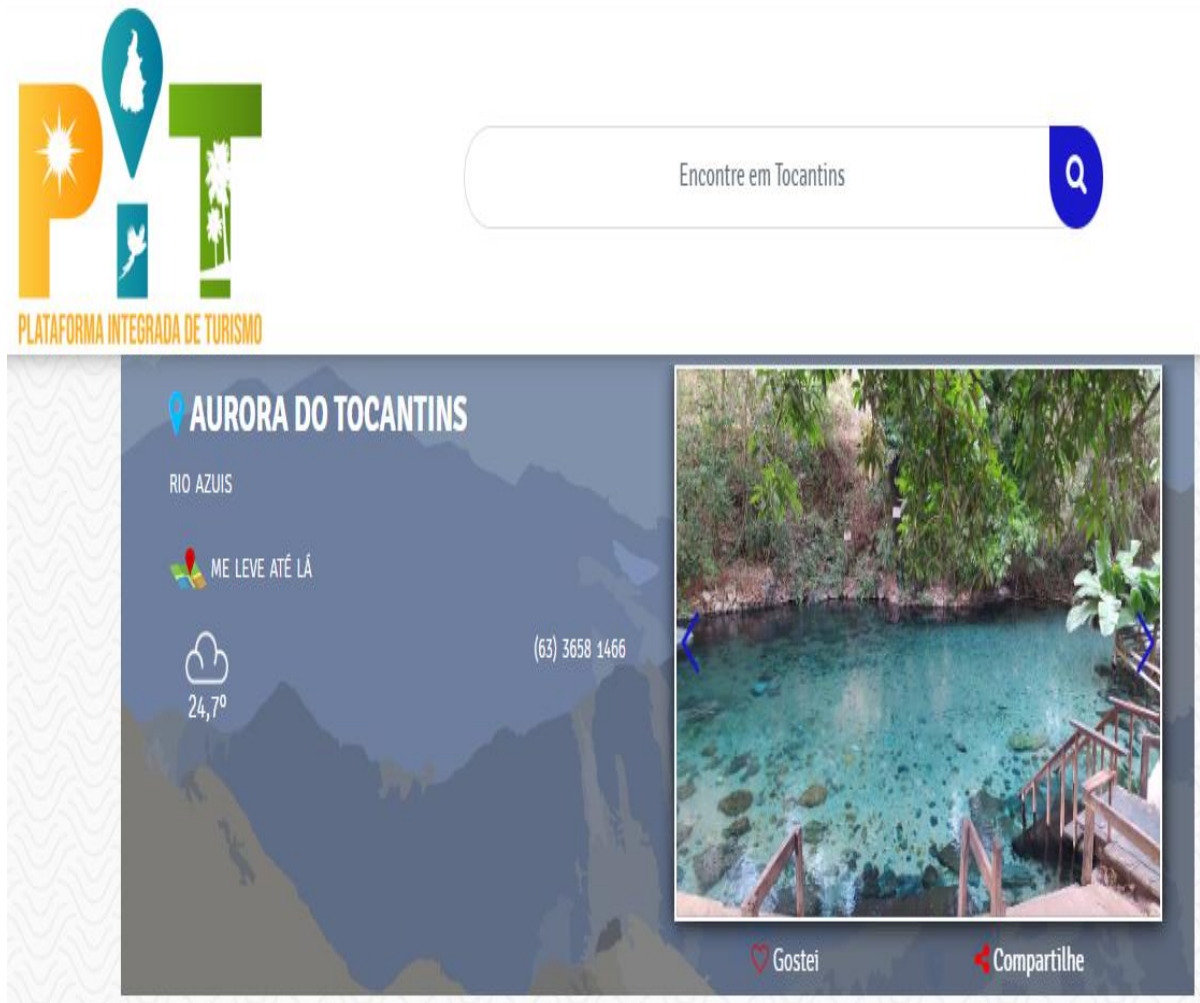
Figura 4 – Mapa de localização do Município de Aurora do Tocantins



Fonte: Mandu e Morais (2013).

Em relação ao turismo do município de Aurora do Tocantins, de acordo com Lopes (2018), a atividade é considerada como fonte promissora de empregos e, conseqüentemente, econômica. Diante disso, os gestores locais (públicos e privados), consideram-no a força motriz para propiciar os benefícios aos moradores e, embora “a descoberta de inscrições rupestres e até de fósseis pré-históricos” (LOPES, 2018, p. 66), percebe-se uma ênfase na mídia local (figura 5) e no *website* da prefeitura (figura 6) aos espaços naturais do local.

Figura 5 – Conteúdo inicial do portal



Fonte: Tocantins (2022a).

Figura 6 – Conteúdo inicial da página do *website*



Fonte: adaptada do Portal da Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins (2022).

Constatou-se nos *websites* oficiais da Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins (2022) e do governo do estado do Tocantins (2022a), bem como os conteúdos de mídias sobre turismo no local, os espaços mais evidenciados e, conseqüentemente, visitados são os seguintes:

a) Balneário Douradas (figura 7) – Margeado pelos rios Palmas e Sombra, é um espaço público onde são realizados diversos eventos, entre eles a temporadas de praias, que acontece no mês de julho. Visitantes das cidades e estados circunvizinhos prestigiam esse local ao longo do ano (AURORA DO TOCANTINS, 2022). O espaço conta, ainda, com uma infraestrutura composta por banheiros, duchas, restaurantes, quadras de futebol e vôlei (de areia), lixeiras, iluminação e quiosques.

Figura 7 – Vista aérea do Balneário Douradas



Fonte: Balneário Douradas (2022).

b) Banco de Areia (figura 8) – É um espaço privado, cujo acesso deve ser autorizado pelo proprietário. O nome do local é devido às dunas de areia formadas ao longo dos anos. Para conhecer o espaço é necessário bom preparo físico, pois, além da quantidade de areia, há muitas subidas na caminhada.

Figura 8 – Vista panorâmica do Banco de Areia



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2018).

c) Cachoeira do Ribeirão (figura 9) – De acordo com o Portal Férias (2022), essa cachoeira é um lugar particular e está localizada a 12 km de distância da sede do município. A cachoeira forma uma piscina de águas naturais de aproximadamente 600 m² e é frequentemente visitada por turistas.

Figura 9 – Vista lateral da Cachoeira do Ribeirão



Fonte: Portal Férias (2022).

d) Cachoeira do Sombra (figura 10) – Também conhecida como cachoeira do Buritizinho, nome da fazenda (particular) onde está localizada, esse atrativo possui 8 metros de extensão. Para visitar o local, é necessário estar acompanhado de guia, devido à existência de uma trilha de 200 metros entre o estacionamento e a cachoeira.

Figura 10 – Cachoeira do Sombra



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2019).

e) Escorrega do Betim (figura 11) – Localizado à margem do rio Ribeirão, o Escorrega do Betim (figura 11) está numa propriedade particular, cujos serviços e acesso precisam ser pré-agendados. O atrativo está a 5,2 km de distância da cidade e é formado por rochas lisas e levemente inclinadas, formando um escorregador natural.

Figura 11 – Escorrega do Betim



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2019).

f) Cavernas/Grutas (figura 12) – Para Moraes (2013), o município apresenta uma quantidade significativa de cavernas e grutas. Ele é considerado, pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), de grande potencial para o turismo de espeleologia. No entanto, é relevante informar que muitas delas se encontram em propriedades particulares.

Figura 12 – Gruta do Sabiá



Fonte: Click na Estrada (2017).

g) Rio Azuis (figura 13) – Segundo Moraes (2013), com apenas 137 metros de extensão, ele é uma surgência cárstica, que possui atributos cênicos propícios às atividades turísticas. Esse rio, de acordo com Alves (2018), está localizado a 15,5 km de distância da sede do município. Ele é considerado, pelo *Guinness Book*, o menor rio do Brasil, o terceiro menor da América Latina, o terceiro menor do mundo, sendo um dos principais atrativos do município.

Figura 13 – Rio Azuis



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2019).

h) Cidade dos Totens (figura 14) – No local, há uma trilha de 10 km. É possível encontrar formações rochosas de arenito esculpidas pelo vento, formando uma paisagem ímpar. Os visitantes precisam, além de guias, estar em boas condições físicas devido à caminhada que é feita normalmente sob o sol e em meio à vegetação do Cerrado.

Figura 14 – Um dos totens mais dos altos da Cidade dos Totens



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2019).

O levantamento desses atrativos localizados em Aurora do Tocantins, corrobora com o diagnóstico realizado pela consultoria contratada pelo governo do estado, a qual destaca esses atributos naturais como potencialidades para desenvolver o turismo. Os principais, destacados por Fabiane Fernandes Silva (2012), são as cavernas, que apresentam dimensões consideráveis e características para o uso turístico, porém a autora alerta sobre a necessidade de elaboração do plano de manejo. Diante desse contexto de cavernas existentes em Aurora, Moraes (2009, p. 139) afirma que o local é uma “nova província com grande potencial espeleológico”.

Em relação aos equipamentos turísticos, por meio da pesquisa de campo, constatou-se que turismo no município conta com: oito restaurantes e similares; seis agências de turismo, voltadas ao turismo receptivo; quatro hotéis, localizados na área urbana da cidade; e quatro pousadas nas áreas rurais próximas aos atrativos. O município possui uma secretaria, que, embora vinculada ao Meio Ambiente, está voltada à questão do turismo. Conforme o *site* de notícias RR10 (NOVA SECRETÁRIA DE TURISMO DE AURORA, 2022), a gestora da pasta realizou uma reunião com pequenos produtores, artesãos, agentes e guias de turismo, além de representantes dos equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes etc.), para deliberar sobre a

reativação do Conselho Municipal de Turismo (Comtur), inativo há dois anos. Segundo a secretária, “trabalhar a reorganização é uma necessidade [...], até porque a comunidade não se sentia inserida”.¹⁰

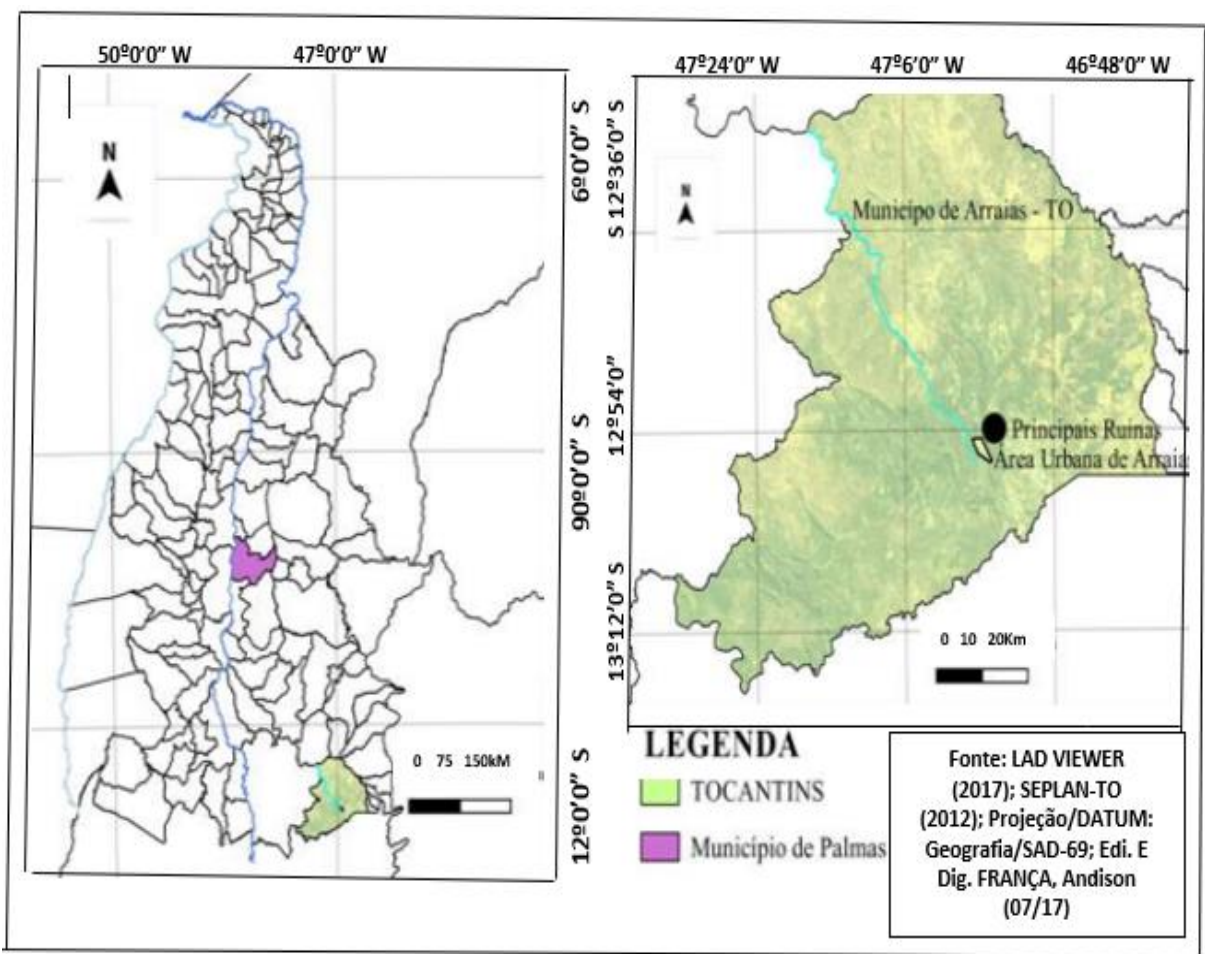
2.3 O município de Arraias

Segundo Apolinário (2007), no século XVIII, a exploração aurífera acarretou o comércio escravagista, de forma que muitos africanos foram trazidos à força e levados às diversas regiões brasileiras para trabalharem na produção da cana-de-açúcar, em atividades de engenhos, na mineração do ouro e outros minérios, além de tarefas domésticas. Nesse contexto, ainda de acordo com Apolinário (2007), por volta do ano 1700, durante o “ciclo do ouro” na região norte da então província de Goiás, atualmente pertencente ao estado do Tocantins, a partir do ano de 1733, foram criadas várias cidades, entre elas, Arraias, localizada no Sudeste¹¹ do estado, como mostra a figura a seguir.

¹⁰ Entrevista com a secretária de Turismo de Aurora do Tocantins (GONÇALVES, K., 2022).

¹¹ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2022a]), distante a 420 km de Palmas.

Figura 15 – Mapa de localização do município de Arraias



Fonte: Seplan-TO (2012).

De acordo com Apolinário (2007), o povoamento do município tem forte influência de povos afrodescendentes escravizados, porém a autora evidencia que essa região foi habitada por outros grupos étnicos, como os Akroás, Xakriabá, Xavante, Xerente, Krahô, Apinayé, Javaé, Xambioá e Karajá. Segundo Teske (2011), o desaparecimento dessas numerosas populações indígenas foi em decorrência da violenta forma de catequização praticadas contra elas devido à descoberta do ouro, no período de 1740, em que muitos exploradores foram atraídos para a região ocasionando a expulsão dessas etnias.

Apolinário (2007) destaca, nesse ano de 1740, a visita do governador da província de São Paulo, que foi tomar posse das minas auríferas, implantar a capitania de Goiás e oficializar o povoamento subsequente com o capitão Felipe Antônio

Cardoso¹² e de muitas pessoas escravizadas. Dessa forma, ele transferiu a sede do arraial da Chapada dos Negros¹³ para o local onde, atualmente, fica a cidade de Arraias.

De acordo com Palacín (1990), no dia 16 de agosto de 1807, o povoado foi elevado à julgado e, mais tarde, através da Resolução de 1º de abril de 1833, passou à categoria de vila. Com o declínio da mineração, houve evasão urbana e, conseqüentemente, o crescimento da zona rural. Devido a isso, os moradores passaram a desenvolver atividades de pecuária e de agricultura de subsistência, perdurando essa situação até meados do século XIX, período esse que Arraias perdeu a condição de vila, sendo anexada, em 1850, a Cavalcante e, mais tarde, a Monte Alegre, entretanto, no dia 1º de agosto de 1914, foi elevada à categoria de cidade, instalada em 19 de setembro do mesmo ano.

2.3.1 O patrimônio histórico e cultural de Arraias

O município, que atualmente conta com uma população de 10.287 pessoas de acordo com o IBGE (2020) é detentor de bens culturais, tanto materiais quanto imateriais de relevância para o estado do Tocantins. Gualberto (2017) afirma que, a cidade tentou a patrimonialização das edificações antigas, como: a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios (figura 16), o Museu de Arraias (figura 17) e as demais construções no Centro Histórico (figura 18). No entanto, as modificações feitas pelos moradores dificultaram as ações do IPHAN para um possível tombamento. Apesar disso, esses elementos fazem parte da identidade do município e embora não oficializados pelo órgão, pertencem ao patrimônio local.

¹² De acordo com Halum (2008), ele prestou relevantes serviços à milícia de Segunda Linha nas últimas décadas do século XVIII.

¹³ De acordo com Gualberto, Ramos Júnior e Costa (2020), nesse local, atualmente, existem vestígios de fossos de escavações construídas pelos escravos, que seriam construções associadas à atividade de mineração de exploração de ouro.

Figura 16 – Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Figura 17 – Fachada do externa do Museu de Arraias



Fonte: Museu de Arraias (2020).

Figura 18 – Uma parte do centro histórico da cidade Arraias



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

No município, as danças (figura 19), as festas populares e religiosas também compõem o patrimônio cultural local e do estado, sendo o festejo da padroeira do município — Nossa Senhora dos Remédios — o de maior evidência, de modo a atrair os moradores das áreas rurais do município e das cidades circunvizinhas. Essa festividade tem seu ápice no dia 8 de setembro,¹⁴ em que se realiza a tradicional procissão (Figura 20). Segundo as narrativas de Costa (2008), esse festejo passou a ocorrer no formato atual, por volta do ano de 1864, pois antes era realizada apenas uma missa em honra a santa.

¹⁴ A tradição católica dedica esse dia a Maria (mãe de Jesus), com o título Nossa Senhora dos Remédios.

Figura 19 – Dança Suça¹⁵.



Fonte: acervo do Museu de Arraias (2022).

Figura 20 – Missa de encerramento da procissão.



Fonte: Paróquia Nossa Senhora dos Remédios (2022).

¹⁵ De acordo com Rosa (2015), é uma dança de origem negra, encontrada, mais frequentemente, no centro e no sudeste do Tocantins e norte de Goiás.

A festa da padroeira do município também atrai um grupo significativo de vendedores ambulantes conhecidos como mascates,¹⁶ que chegam à cidade para comercializar uma variedade de produtos e ficam alojados em barracas (figura 21) pelas ruas. Eles aproveitam o grande número de visitantes que vêm à festa, oferecendo utensílios domésticos, roupas, calçados e outros produtos.

Figura 21 – Barraca dos mascates na principal rua da cidade



Fonte: Gizele Barreto (2019).

A partir da observação *in loco* e com base nas informações adquiridas durante o período a pesquisa de campo ¹⁷ pode-se inferir que esse evento religioso (a Festa de Nossa Senhora dos Remédios) se tornou um campo de interações de sujeitos e pode ser considerado como uma formidável continuidade histórica das expressões integradoras da identidade local. A presença dos devotos e dos mascates cria um

¹⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (MASCATE, 2001), a palavra está associada ao vendedor que vai de porta em porta mascatear, ou seja, oferecer seus produtos.

¹⁷ Período de 11 a 15 de julho de 2022.

ambiente cheio de memórias, permitindo transformações, ressignificações e reiteraões dos elementos culturais e patrimoniais.

Outro evento pertencente ao patrimônio de Arraias é o Entrudo, que acontece durante o período do carnaval e é uma forma peculiar de brincar, passado de geração em geração. De acordo com Martins *et al.* (2010), essa manifestação chegou a Arraias no século XVII e:

a festa [...] tinha duas formas, o entrudo familiar com brincadeiras mais moderadas, e o popular, que trazia brincadeiras mais pesadas, misturando tinta, cal e lama para jogar nas pessoas. As casas também eram invadidas pelos brincantes para impor a brincadeira aos que não queriam participar. (MARTINS *et al.* 2016, p. 3).

Nos dias de hoje, as pessoas envolvidas pela brincadeira saem pelas ruas da cidade (figura 22), molhando uns aos outros ao toque de marchinhas que marcaram épocas. No decorrer dos tempos, a festa ganhou caráter mais oficial, passando a ter a Associação Amigos do Entrudo,¹⁸ um grupo de residentes, oficialmente constituídos com a responsabilidade de organizar a programação da festa e o percurso, onde o encerramento sempre será na praça da igreja matriz, local este em que, durante a noite, acontece o carnaval no formato como normalmente é conhecido no país, com bandas e músicos entre outros.

¹⁸ De acordo com Sousa (2023), foi criada em 25 de janeiro de 2006.

Figura 22 – Brincantes do Entrudo em desfile pelas ruas de Arraias



Fonte: TV Anhanguera (2019).

As comunidades rurais também têm relevante contribuição para o patrimônio cultural local. Além de suas características ímpares e suas danças afrodescendentes, os eventos de cunho religioso e festas populares expressam aspectos ligados diretamente a suas identidades. Exemplos disso, é a Festa do Judas¹⁹ (figura 23) e os festejos de São João.²⁰ A primeira acontece no distrito de Cana Brava, mais especificamente na comunidade de Lagoa de Pedra,²¹ e a segunda acontece na comunidade de Mimoso.²²

Em ambos os festejos, destacam-se o envolvimento da comunidade local para organizá-los e conforme Martinelli (2020), cada momento planejado é uma forma no qual a comunidade fortalece seus laços culturais, sua solidariedade, bem como fomenta a valorização do território onde reside. Para Eudemir de Melo Silva (2018), os elementos significativos inerentes aos festejos servem como um meio de transmissão de conhecimentos às suas gerações.

¹⁹ Martinelli (2020) afirma que, tradicionalmente acontece durante o período da Semana Santa, tendo sua execução na Sexta-Feira da Paixão e no Sábado de Aleluia.

²⁰ De acordo com Eudemir de Melo Silva (2018), é realizado no mês de junho.

²¹ Martinelli (2020), afirma que está situada a 30 km de distância da área urbana do município.

²² De acordo com Delcivânio Maia da Silva (2020), está situada a 120 km de distância da área urbana do município.

Figura 23 – Passeio do judas na comunidade de Lagoa da Pedra – Cana Brava



Fonte: Martinelli (2020).

Em relação à cadeia produtiva e serviços de turismo no município, a pesquisa de campo (2022), identificou três opções de hospedagem na área urbana, sendo apenas uma delas um equipamento mais moderno. Foi identificado também, dois restaurantes funcionando apenas durante o dia e, no período noturno, há funcionamento de pontos de vendas de lanches e “jantinhas”²³. Embora ainda não haja agências de turismo instaladas na cidade, é possível encontrar os condutores de turismo que prestam serviços no local. O município dispõe de um Conselho Municipal de Turismo- Comtur e uma secretaria de Turismo ligada à cultura.

Na entrevista durante a pesquisa de campo, a gestora dessa pasta (2022) revelou que, “por enquanto não tem muita coisa fluindo, pois ainda estão em fases de elaboração das ações”²⁴. Nesse âmbito, a secretária informou não haver como mensurar as ações realizadas, porém junto ao Comtur, a partir da audiência pública

²³ Prato de refeição comumente encontrado no local, composto por vinagrete, arroz, farofa e espeto de carne assada.

²⁴ Secretária de Cultura e Turismo de Arraias (2022).

realizada em 22 de março de 2022, começou a elaborar o Plano Municipal de Turismo, de modo a envolver todos os membros da cadeia produtiva e a comunidade local.

Isso demonstra que os municípios estão confiando no turismo como ferramenta de desenvolvimento. No entanto, é crucial que gestores e os sujeitos da cadeia produtiva compreendam o processo de apropriação, produção e consumo do espaço, pois o desenvolvimento muitas vezes transforma o local em um território turístico

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E RELAÇÃO COM O TURISMO

A reflexão sobre o significado do desenvolvimento leva ao entendimento sobre ele como algo transformador a partir dos desejos de mudanças. Para Conterato e Fillipi (2009), o desenvolvimento, enquanto um ideal para estudos, destacou-se, a partir da Segunda Guerra Mundial, devido à realidade de descolonização, mas também devido às marcantes transformações políticas e econômicas no âmbito internacional que ocorreram, e sua noção tradicional, sempre associada ao progresso veio sofrendo críticas contundentes. De acordo com Lima (2017), a principal é sua associação à exploração capitalista em escala mundial com a ideia de ocidentalização.

Em vista disso, é possível encontrar o termo com diferentes interpretações, porém, procurando facilitar seu entendimento, especialistas passaram a qualificá-lo, adicionando outros substantivos ou adjetivos, restringindo-o a um campo mais específico. Como afirma Lima (2017), o desenvolvimento não tem um padrão universal, é necessário saber o tipo almejado pela localidade, porque as realidades sociais são distintas e não existe um modelo único a ser seguido, sendo preciso considerar as especificidades nacionais, regionais e locais. Assim, é possível encontrar, na literatura, expressões como desenvolvimento endógeno,²⁵ desenvolvimento sustentável,²⁶ desenvolvimento como liberdade,²⁷ desenvolvimento regional,²⁸ desenvolvimento local²⁹, entre outros.

Considerando esse contexto de surgimento de novas noções de desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, o que ganhou maior projeção e adeptos foi o desenvolvimento sustentável (LIMA, 2017). Um dos principais motivos da projeção dele, foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o

²⁵ Na concepção de Amato Neto (2000), focaliza a atenção na questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática da desigualdade e os melhores instrumentos de políticas para correção.

²⁶ Segundo Sachs (2002), está voltado às questões do meio ambiente, que a atividade turística passou a considerar em seu planejamento.

²⁷ Sen (2000) afirma que tem como questões a vida das pessoas, que, atualmente, no turismo, é bastante considerada.

²⁸ Para Barbosa (2005), compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornam a região sujeito de seu processo de desenvolvimento.

²⁹ De acordo com Ávila (2000), a ideia é que, no desenvolvimento local, os atores da região sejam protagonistas na formulação de estratégias, na tomada de decisão e na hora de colocá-las em prática.

Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, seguida da publicação do *World Conservation Strategy* (Estratégia de conservação mundial), da International Union Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN — União Internacional para a Conservação da Natureza), na década de 1980.

O Relatório de Brundtland, intitulado *Our common future* (Nosso futuro comum), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, foi outro meio de projeção do desenvolvimento sustentável. França e Araújo (2010), consideram esse relatório com um marco desse tipo de desenvolvimento, apesar de aceitarem que as discursões subsequentes revelaram resultados negativos. Outro marco foi a II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, conhecida como Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992 promovida pela ONU, onde se discutiu o esgotamento global de recursos naturais e o modelo de desenvolvimento vigente.

A crítica mais enfática a respeito do desenvolvimento sustentável, é sua limitação. Veiga (2008), argumenta que a abordagem apenas no crescimento econômico e meio ambiente é muito limitada. O autor destaca a necessidade de incorporar conhecimentos que abarquem os comportamentos dos indivíduos, as ciências biológicas fundamentadas na evolução da natureza e na própria geografia humana, para trabalhar a sustentabilidade de maneira mais abrangente.

Uma vez “superado” o entendimento sobre desenvolvimento como resultado ou medição apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), ou por questões ambientais, passou-se a considerar outras dimensões para mensurá-lo, como: a social, cultural e demográfica. Nesse contexto, o conceito “desenvolvimento como liberdade” ganhou importância, tendo como proponente o professor de economia e filosofia, indiano Amartya Sen. Ele considera a capacidade de escolha individual como meio pelo qual o sujeito assume a função constitutiva e instrumental, ou seja, os diferentes direitos permitem a expansão da liberdade das pessoas de forma a contribuir para o progresso econômico e o desenvolvimento (LIMA, 2017).

Green, Dixon e Zaharlick (2005), também consideram o protagonismo do indivíduo no desenvolvimento e transformação social. Eles destacam que a cidadania ativa possibilita as realizações de ações coletivas, pois permite que os indivíduos assumam responsabilidades políticas e sociais confiantes para a mudança.

Ao analisar uma vertente da noção de desenvolvimento, é possível identificar uma abordagem com foco no território por meio do desenvolvimento local ou do

desenvolvimento regional. Na opinião de Borges, Guzmán e Midlej (2013), essas duas vertentes passaram a ser trabalhadas no turismo e sua eficácia é possível, desde que essa associação (turismo e desenvolvimento local) consiga promover ocupação da mão de obra local como renda principal ou complementar. Assim, será feita a uma abordagem sobre essa a proposta do turismo para desenvolver os locais.

3.1 O desenvolvimento proposto pela atividade turística

Atualmente, o turismo é considerado com uma das principais atividades econômicas e ganhou força com o advento da tecnologia nos meios de transporte. Para Rodrigues (2002), a comunicação e a informação foram as impulsionadoras da atividade turística no mundo, permitindo a redução das distâncias em termos de tempo de deslocamento. Isso resultou em modificações nas relações socioespaciais na Europa e, por extensão, em outros países.

Conforme Ignarra (2003), embora a atividade turística tenha conquistado o mercado nesse período de inserções de novas tecnologias, durante a Primeira Guerra Mundial, como qualquer outra atividade produtiva, o fluxo turístico decresceu significativamente. Porém, no pós-guerra, houve um impulso definitivo para seu crescimento: o desenvolvimento da aviação, que tornou as viagens cada vez mais rápidas e baratas e ocasionou também maior intercâmbio turístico.

Associado a isso, segundo Ito (2008), após o ano de 1945, a formatação dos sistemas de produção e do mercado global fortaleceram todas as atividades, sendo o turismo uma delas. Esse autor afirma ainda, que a partir desse momento, mais especificamente, a contar do ano 1960, houve uma expansão de empresas comercializadoras de pacotes das diversas companhias aéreas, desde o norte da Europa, até a costa do Mediterrâneo. Para ele, nas décadas de 1960 e 1970, as agências de turismo eram responsáveis por 75% das passagens aéreas, porque as companhias aéreas, nesse período, ainda não possuíam infraestrutura de vendas para atender a demanda da época.

Conforme Queiroz (2011), outro equipamento que contribuiu com o desenvolvimento da atividade turística foi a hotelaria, pois as ações desse tipo de comércio começaram a migrar para locais onde a circulação de pessoas eram maiores. Dessa forma, possibilitou-se o surgimento das primeiras redes hoteleiras e conseqüentemente, o início do processo de padronização dos serviços ofertados na

atividade turística. Na concepção de Queiroz (2011), o turismo, tendo esse contexto, continuou seu desenvolvimento, tornando-se uma prática de fenômeno de massa graças à inserção de novas tecnologias, a composição da força de trabalho e a criação de rotas aéreas entre o final do século XX e o início do século XXI.

Nos últimos anos, evidencia-se que a atividade se destacou como a de maior expansão em escala mundial e, segundo Fazito (2015), passou a ser apontada como o segundo setor mais globalizado. Godoi e Amaral (2019) afirmam que a partir do ano de 1980, quando a corrente neoliberal ganhou mais força em todo o mundo, houve uma maior intensificação das ações do turismo e os recursos para o setor passaram a ser maiores, condicionando a gestão pública e os agentes financeiros a trabalharem ainda mais na implantação de infraestruturas, com o discurso de estarem promovendo o desenvolvimento a partir da modernização e da internacionalização das práticas turísticas.

No que se refere a essa realidade, é relevante destacar que observando a trajetória feita pela sociedade por meio da emancipação técnica e científica, fundada no mito da humanidade como agente histórico de sua própria libertação, o Estado assumiu a função de regulamentar o turismo aos objetivos do mercado e, conseqüentemente, passou a considerar o produto turístico como uma importante estratégia na promoção do desenvolvimento. Faria (2018) afirma que, desse modo, o turismo ganhou destaque nos meios de comunicação, em muitos casos nos discursos políticos, a partir da elaboração de políticas públicas e do afloramento dos benefícios econômicos, baseados nas orientações estabelecidas pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, de acordo com Dantas (2010), um dos primeiros programas voltados ao desenvolvimento do país, pelo turismo, foi o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), no ano 1994, cujas ações estratégicas estavam direcionadas à região Nordeste do Brasil.³⁰ Dessa forma, percebe-se que o turismo, no contexto da globalização dos mercados, tornou-se um meio para o desenvolvimento de países considerados subdesenvolvidos e, segundo Sofield *et al.* (2004), a atividade turística foi apontada como uma ferramenta capaz de reduzir a pobreza em países como o Brasil.

³⁰ Mais adiante, na seção 4, serão apresentados os planos nacionais com vistas ao desenvolvimento via turismo.

Destarte esse contexto, Barbosa (2005) acredita que a atividade passou a ser vista por muitos gestores públicos e pela iniciativa privada (internacionais e nacionais), como solução, consolidando suas ações em muitos países, principalmente os ocidentais, tendo a lógica do capitalismo como modelo econômico. No entanto, é relevante destacar que o desenvolvimento proporcionado via turismo não descarta os riscos e os desafios dos desejos antagônicos dos grupos de sujeitos do capital e que podem dificultar as possibilidades benéficas almejadas pelos residentes.

Tomazzoni (2009) afirma que, para mitigar os problemas sociais por meio da atividade turística se requer, além de estratégias, um exercício investigativo e a discussão dos projetos de intervenção. Lima (2017) completa esse pensamento afirmando que o turismo como ferramenta de fortalecimento e envolvimento social do local, precisa que os sujeitos estejam incluídos no processo decisório, porque, segundo Buarque (2002), esse desenvolvimento do local por meio do turismo está associado a mudanças no aspecto social e econômico das localidades, portanto, é preciso pensar no tipo de desenvolvimento que possibilite um processo de superação de problemas sociais, para todos os sujeitos, de forma mais justa e legítima.

3.2 Desenvolvimento local e o turismo: os limites e os conflitos.

Na opinião de Fazito *et al.* (2017), esse mesmo turismo globalizador, que ao longo dos anos, se tornou um gerador de renda, passando a ser um modelo hegemônico e, ao mesmo tempo, contraditório, tem levado ações de obediência à modernização com foco apenas na geração de renda das grandes empresas privadas indiferentes aos territórios e desse modo, suas ações não contribuem para a transformação do local. Diante disso, ganhou força, nestes últimos anos, um novo modelo de desenvolvimento que se contrapõe ao sistema predatório atual, denominado de desenvolvimento local.

Entretanto, na ótica de Gómez (2002), esse tipo de desenvolvimento encontra um limite a suas propostas, pois o autor não acredita na possibilidade de controle do capital, pois é algo impossível. Ele, o capital, “é o próprio controlador e regulador do processo de metabolismo social” (MÉSZÁROS, 1997, p. 145). Em outras palavras, a libertação das “mãos” do capital não será possível enquanto não houver de fato transformações nas relações da sociedade, e a metodologia trabalhada pela ideia do desenvolvimento local não consegue uma verdadeira melhoria na qualidade de vida

das pessoas que vivem do trabalho.

Para Antunes (2000), a busca de ideias na perspectiva de sair das crises contínuas do sistema atual estão sempre dentro da lógica do capital, assim, as funções reprodutivas e sociais estarão sempre subordinadas à própria expansão do valor de troca. Ainda nesse contexto de limitações do desenvolvimento local, Francisco Oliveira (2001) aponta três: a primeira refere-se à centralidade do modelo na capacidade de articulação dos sujeitos, desconsiderando a distribuição desigual do poder entre eles; a segunda limitação, são os conflitos internos, pois, ao empoderar alguns sujeitos do grupo, surgirão os conflitos, dificultando a implantação de qualquer proposta de desenvolvimento local; e a terceira, está associada aos conflitos externos, que, assim como os internos, são ignorados pelos defensores do desenvolvimento local.

Considerando a opinião desses autores, o desenvolvimento local tem se mostrado insuficiente, uma vez que cada sujeito ou instituição passou a ter uma percepção própria em relação ao termo quando precisa trazer a proposta voltada à qualidade de vida. Um exemplo dessa situação é o turismo, pois segundo Campos, Mariani e Thomaz (2016), ele atrelou, em sua proposta de desenvolvimento, a qualidade de vida e para Martins, Vaz e Caldas (2010, p. 563), apesar das controvérsias (conceitual e metodológica) existentes nas ações desse tipo de desenvolvimento, pelo fato de haver pouco estudo, é possível observar que ele é “apenas expressão espacial de um novo arranjo industrial”, ou até mesmo reflexos da reorganização do capital.

No campo de estudos sobre o desenvolvimento local, também há especialistas que têm procurado entender o significado desse modelo de desenvolvimento, ou até mesmo sua corrente e, na concepção de Borges (2007), ele tem ganhado força, estabelecendo-se como uma nova forma de incentivo na busca de resolver as desigualdades sociais existentes ao longo dos tempos, utilizando políticas capazes de atender as necessidades de cada território ou região, por meio uma abordagem endógena. Ávila (2000) salienta que essa forma de atuação do modelo para atingir os resultados propostos não têm apenas uma maneira, ele exige uma articulação nas diversas atividades ou setores, citando como o ocorrido “na Europa e no Canadá, onde o desenvolvimento local foi impulsionado nas áreas rurais, com o apoio a pequenas empresas” (BORGES; MARTINELLI, 2009, p. 130).

Já na opinião de Silva (2016), esse tipo de desenvolvimento, associado à teoria

do desenvolvimento humano, converge às questões humanas, sociais e territoriais e pode contribuir numa releitura do desenvolvimento por meio do turismo. Esse modelo de desenvolvimento, segundo Coriolano (2012), embora suas experiências nacionais ainda sejam muito incipientes, sua premissa pode atender as necessidades dos trabalhadores do lugar, sem visar apenas ao lucro.

Coriolano (2006), sobre o desenvolvimento local, afirma ainda, que ele muda os interesses de ações e essas têm como base as necessidades reais dos locais, e nessa perspectiva, acredita na adoção de políticas criadoras das oportunidades de trabalho e renda para a maioria dos autóctones, sem deixar de lado as questões sociais, ou seja, coloca os anseios dos sujeitos locais no centro dos discursos e promove suas realizações. Na perspectiva de Pinto (2014), esse tipo de desenvolvimento busca inserir a comunidade, e além da emancipação das pessoas do local, os envolve no gerenciamento de seus recursos, tornando-os sujeitos ativos do processo de construção de sua própria história.

Percebe-se, nesse prisma, que a proposta do desenvolvimento local “obedece a uma visão territorial e não funcional dos processos de crescimento e das mudanças estruturais, na qual o território não é compreendido apenas como suporte físico das ações e processos da atividade, mais sim, um agente de transformação social” (FRIEDMANN; WEAVER, 1981, p. 4). Na opinião de Buarque (2002), desenvolvimento local possibilita às comunidades, a capacidade de promover a otimização do dinamismo econômico, associado à melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, por meio de planejamento participativo e construção social, como afirma Lazarte (1999):

la revisión propuesta, nos lleva a reivindicar el ámbito de lo local, como un espacio más concreto de participación social en el proceso, como una unidad de análisis, planificación y acción, capaz de relevar y activar un conjunto de potencialidades no apreciadas por el planificador tradicional y de atender un igual número de demandas insatisfechas através de mecanismos apropiados al contexto y escala de las mismas, aportando de esta manera dentro de un esfuerzo sinérgico de la región y el país. (LAZARTE, 1999, p. 26).

Portanto, a ativação das potencialidades locais, em comunhão nesse modelo, fomenta ainda mais a interação dos sujeitos dos territórios, o que possibilita inovação no sentido mais amplo, abarcando a criação de novos produtos com novas qualidades, a partir de novos métodos. Por isso, Coriolano e Silva (2005) entendem

que o turismo associado ao modelo de desenvolvimento local favorece a participação dos autóctones como protagonistas, ao invés de peças ou engrenagem de fácil manipulação. Além disso, desperta outros elementos a serem valorizados, tais como: o capital social, a cultura, o sentimento de pertencimento, a intuição, os valores locais, a emoção, entre outros ligados à questão humana.

Outro ponto relevante, merecedor de destaque sobre o desenvolvimento local destacado por Ávila (2000), é a forma como as pessoas ou agentes do desenvolvimento local agem. Eles assumem o compromisso com a comunidade, desempenham a função de intermediador junto a ela, definindo as formas e as ações que possam fluir para iniciativas distantes do contexto cultural e social, numa dimensão política de progresso coletivo.

Diferentemente do turismo convencional e predatório, os sujeitos têm relevância significativa, suas ações levam a comunidade ao despertar de suas capacidades, habilidades, sem interlocutores externos. Ainda assim, nesse cenário local, é possível evidenciar a existência dos agentes sociais, figuras frequentes na prática do turismo convencional. Para Fratucci (2014), esses agentes sociais³¹ são responsáveis pelas mudanças socioespaciais e culturais nos locais onde a atividade turística predatória está sendo trabalhada e eles mantêm um jogo dialógico e dialético, definindo-o como “turistificação”. Segundo Taveira (2015), a atividade turística convencional, muitas vezes, trouxe consequências como a exclusão da população local do processo, além de aglomerar todos os equipamentos turísticos de modo a não gerar benefícios efetivos na qualidade de vida das pessoas residentes no local, situação essa, divergente do desenvolvimento local.

Diante disso, as características do desenvolvimento local podem ser capazes de mitigar essa força externas e, para isso, Ávila (2000), orienta que a utilização do desenvolvimento local pelo turismo precisa apenas fazer a distinção entre o desenvolvimento “no” local e “desenvolvimento local”, pois o primeiro está ligado a estes agentes externos promotores da turistificação, enquanto, no segundo, é a própria comunidade que assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos ficam como coadjuvantes.

³¹ Para Fratucci (2014), são: os turistas, o principal produtor do fenômeno turístico; os responsáveis ou representantes do capital, os quais ele chama de *trades* turísticos; o Estado, em seus níveis, nacional, estadual e municipal; e as populações receptoras, compostas pelos sujeitos que trabalham no setor turístico nos mais diversos empreendimentos e pela população em geral.

Portanto, o modelo de turismo com desenvolvimento local traz, em suas características, ações diferentes das praticadas pelos agentes sociais de um turismo predatório. Lima (2017) acredita que ele cria sintonia e cooperação dos sujeitos sobre o que realmente precisam fazer, procurando definir como a atividade turística deve contribuir para a qualidade de vida e benefícios locais. Além disso, Martins (2002) destaca outro item inerente ao modelo de desenvolvimento local, que é a continuidade e a sustentabilidade do desenvolvimento proposto. Na ótica de Barbosa (2005), o desenvolvimento local pelo turismo representa uma saída e constitui-se como possibilidade de dinamismo na economia por meio da geração de renda, característica essa, da ideologia do localismo, permeado pela sinergia das populações moradoras e geradoras das características locais.

Benevides (2013) reforça essa ótica de desenvolvimento local apontando três orientações necessárias a essa existência. A primeira está relacionada com a manutenção da identidade dos lugares como componentes da atratividade no processo de intercâmbio entre o visitante e o visitado. A segunda³² é a articulação de um campo democrático propício ao desenvolvimento dos locais, planejado pelo turismo e tendo-o como meio para contribuir com a valorização das potencialidades naturais e culturais, porém é imprescindível a participação social na condução do processo. A terceira orientação do autor é o estabelecimento de pequenas escalas de operação e baixos efeitos impactantes, pois, para ele, as consequências dos investimentos em infraestrutura turística estarão subordinadas aos parâmetros da conservação do meio ambiente e das características naturais do local, num processo de valorização e transformação.

Nota-se que a proposta de desenvolvimento local tem como base os sujeitos locais sem a intervenção dos fatores externos. Isso leva a entender a existência de um conjunto de indivíduos com posições sociais e direitos semelhantes. No entanto, embora a ideia seja positiva, é preciso considerar a existência de algumas situações que não serão anuladas, tais como: todos estão inseridos num processo capitalista competitivo, em que será preciso conseguir se organizar para arrecadar e atrair investimentos em meio à composição hierárquica regional, na qual os centros mais urbanizados ainda são mais valorizados e nessas escalas estabelecidas pelo capital,

³² Nesse ponto socioeconômico, Benevides (2013) destaca que participação ativa só seria viável em “projetos” turísticos de pequeno porte e com baixos custos de instalação e de operação.

são onde se realizam as negociações e as trocas comerciais.

Nesse âmbito, embora o protagonismo local seja relevante, as políticas públicas e os programas elaborados pelos governos não deixarão de ter sua importância para o desenvolvimento. Porém, ratifica-se a necessidade de envolvimento de todos os segmentos sociais, dos diversos sujeitos da esfera do poder, seja a sociedade civil, as organizações governamentais ou a iniciativa privada, a fim de contribuírem com esse desenvolvimento, dando continuidade às ações por meio de atividades amalgamadas entre a gestão pública e a sociedade. Portanto, a cooperação dos diversos sujeitos do poder “possibilita realizar de modo mais efetivo o bem-estar da coletividade” (SENNETT, 2012, p. 9), uma vez que o desenvolvimento, na concepção de Salamoni e Gerardi (2001), precisa ser visto além do processo de acumulação e aumento do produto econômico, que é uma via de acesso aos meios sociais utilitários para o estímulo da criatividade, não apenas focado no pensamento de crescimento econômico, visto que esse, não garante o real desenvolvimento nos territórios onde eles estão em ação.

3.3 O (des)envolvimento do território pelo turismo

Para Raffestin (1993), o território é formado pelas relações sociais, em que os homens estabelecem mudanças e transformações no espaço-tempo. Nesse caso, o território é um espaço que visualiza a relação trabalho-produção, ou seja, não é mais o espaço no sentido apresentado, mas um espaço construído pelo autor, em que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico.

É possível, evidenciar a formação do território a partir do espaço, alicerçado em relações de poder, sejam elas individuais ou coletivas e, de qualquer modo, carrega consigo, na sua formação, a marca do povo, de uma nação, de uma cultura. Todavia, ressalte-se que essas relações de poder³³ construídas no território podem ser ocultas ou manifestadas no sistema de produção, principalmente quando se pensa o uso frequente do termo “território” no campo das políticas neoliberais, com o sentido de dominação e lógica do acúmulo de capital.

Na obra de Haesbaert (2001), ele apresenta a composição do território por um

³³ Para Fernandes (2006, p. 46), “o sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade”.

agrupamento de quatro elementos — político, cultural, econômico e natural. O primeiro faz jus às relações jurídico-políticas; o segundo é referente ao simbólico-cultural, no qual o território é entendido pelo pertencimento e pela valorização do espaço pelos seus membros; o terceiro, diz respeito às relações econômicas; e o quarto diz respeito à relação entre os sujeitos e o ambiente físico. Portanto, para o Haesbaert (2001), as relações sociais produzidas no espaço interferem na compreensão da categoria território, pois essas representações elencadas pelo autor dizem muito do poder estabelecido por um povo sobre o espaço do território.

Sposito (2004) complementa as concepções de território destacadas por Haesbaert (2001), porém adiciona três vertentes sobre essas concepções: jurídico política, cultural e econômica. A primeira entende o território como um elemento de controle, geralmente pela ação do Estado, já segunda abrange o caráter simbólico e identitário, enquanto a terceira destaca a perda do território de reprodução do capital por força da globalização.

Portanto, acredita-se que o território se constitui em realidade, em um conceito subordinado a um outro mais abrangente, que é a organização espacial. Considerando esses aspectos, o turismo, enquanto fenômeno social, tem oferecido o território para que os visitantes possam desfrutar dos recursos e atrativos geofísicos diferentes ali existentes, bem como admirar resíduos e obras históricas que sobreviveram, as quais se atribui um valor monumental, artístico ou cultural

No entanto, a atividade turística, enquanto atividade produtiva e ligada a lógica de globalização, “tem se manifestado em diversas formas e modalidades dentro de um mesmo território” (FRATUCCI, 2000, p. 121). E, mediante o interesse de diversos agentes, principalmente aqueles detentores do poder político e financeiro, “muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo, por oferecer atrativos para a demanda aos gestores e operadores turísticos, servindo de oportunidades de alocação de seus investimentos, retirando mais-valia dos espaços e do trabalho humano” (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Para Coriolano (2006), essa linha de pensamento ocorre devido a ações de operadores e gestores turísticos, pois o desenvolvimento proposto pela atividade turística globalizada tem criado falsa expectativa e as possibilidades de soluções dos problemas são utópicas, porque, até hoje, os resultados apresentados não contribuíram, de forma efetiva, para a riqueza do país, não ajudou a consolidar os territórios, ao contrário disso, “transformou o espaço local em mercadoria global,

desvalorizando o uso pela troca” (CORIOLANO, 2006, p. 236). Portanto, a atividade turística predatória, visto como possibilidade de ganho a todos, é também considerada superficial pelo fato de esconder a realidade de exploração do trabalho e as contradições entre capital e trabalho, como afirma Ednice de Oliveira Fontes (2006):

No turismo, assim como em outras atividades econômicas, as empresas se apoiam em projetos individualistas, orientados pela competitividade, visando muitas vezes, exclusivamente tirar proveito da totalidade do território e das singularidades de cada lugar, a curto e médio prazo, o que denota uma visão imediatista do setor, pautada na lógica capitalista de apropriação dos espaços para tirar o lucro, isso porque no setor de turismo também existe a guerra fiscal. (FONTES, E., 2006, p. 150).

Logo, essa relação do turismo (nos moldes da globalização) com o território, a qual Rocha (2018) chama de “coisificação” das relações sociais, cria uma distorção da real situação a ser vista, pois os impactos negativos gerados pela atividade, passam a não serem sentidos ou até mesmo ignorados, uma vez que o discurso do benefício econômico soa como uma forma de conciliação entre os sujeitos e o seu meio vivido. Nesse contexto, segundo Gomes (2014), o território é transformado em ilhas da fantasia, onde o turista utiliza seu tempo livre usufruindo totalmente isolado da realidade local, onde, em muitos lugares, a comunidade é excluída e expropriada do seu lar em detrimento dos grandes empreendimentos turísticos a partir de um discurso desenvolvimentista entendido como crescimento econômico, que apenas irá atender os interesses do capital.

Diante dessas questões envolvendo o turismo e sua relação com o território, Silva (2006, p.3), corroborando com Santos, Diniz e Barbosa (2004), evidencia o conceito e as diretrizes propostas pelo desenvolvimento local como o mais apropriado. Em sua opinião, esse tipo de proposta, ao tempo que utilizar os recursos produtivos do próprio território, proporciona um grau mais efetivo dos benefícios socioeconômicos e culturais gerados pelo processo, situação essa que corrobora com o pensamento de Martins (2002) e Lima (2017).

Portanto, entende-se que o desenvolvimento local, ao ser adotado, traz “um caráter mais humano” (MARTINS, 2002, p. 21) e considera a comunidade protagonista do processo de planejamento. No entanto, essa “nova” postura de planejamento participativo precisa ser compreendida de maneira mais ampla e efetiva. Ao invés de envolvimento esporádicos, comumente praticados atualmente, porque a participação real dos residentes, assegura o “desenvolvimento na comunidade e não da

comunidade” (HALL, 2001, p. 55).

Borges, Guzmán e Midlej (2013) afirmam que ao pensar o desenvolvimento local a partir da atividade turística no território, é preciso também definir as novas formas de ação para incentivar o fomento produtivo e a negociação estratégica entre os sujeitos que buscam esse modelo de proposta. É preciso pensar o território em termos de espaços socialmente organizados, com recursos, com suas capacidades para materializar inovações e gerar sinergias positivas entre os responsáveis pelas atividades produtivas, com a perspectiva de resultados benéficos diretos a todos os sujeitos.

Nesse contexto, conforme Coutinho, Azevedo e Nóbrega (2020), o planejamento é fundamental. Os autores salientam a necessidade de considerar a formação do processo inovador em redes,³⁴ com foco na colaboração, na flexibilidade da organização de produção e na capacidade de integração dos recursos, de modo a garantir resultados efetivos, pautados nos anseios e indicadores sociais, como renda, empregabilidade, educação, saúde e qualidade de vida,³⁵ numa perspectiva de liberdade inerente à valorização dos sujeitos e do seu ambiente físico.

Portanto, é imprescindível que o planejamento das políticas públicas de turismo deva considerar a participação dos sujeitos da localidade, principalmente para decidir aquilo a ser utilizado na proposta da atividade turística. Acredita-se que, desse modo, haverá uma maior preocupação na conservação do patrimônio natural e cultural (tangíveis e intangíveis). Além disso, é preciso considerar também a necessidade de investir na formação dos profissionais, possibilitando a eles, compreender a lógica do comportamento humano do visitante e, assim, diante das empresas públicas operadoras do turismo, garantir o equilíbrio entre oferta e demanda, condição essencial ao desenvolvimento no território.

Para Cruz (2005), essa análise é relevante, pois, a partir da crescente importância à atividade turística na economia, iniciada a partir do ano de 1990, e considerada como impulsionadora do desenvolvimento local, bem como ferramenta para minimizar as desigualdades regionais no Brasil, foram criados e estão sendo executados diversos planos nacionais ligados à política pública — que serão

³⁴ Conforme Jesus e Tiriba (2003), é dessa forma que as pessoas promovem e estimulam a solidariedade.

³⁵ Para Alkire (2002), Max-Neef (1994) e Musgrave e Musgrave (1980), esses elementos precisam estar presentes nas formulações das políticas públicas, pois elas conduzem aos resultados que possibilitam a realização do sujeito.

evidenciados no tópico a seguir —, a fim de proporcionar a emancipação de diversas regiões e territórios brasileiro. No entanto, embora o discurso dessas políticas públicas de turismo apresente uma proposta de emancipação, elas continuam desenvolvendo, em suas ações, as mesmas características dos outros setores econômicos.

Considerando essa situação, pode-se inferir que elas não estão sendo capazes de gerar um desenvolvimento local ou regional, pois elas têm “negligenciado os elementos do território e a dinâmica do uso está sempre concentrada nos horizontes temporais de curto e médio prazos, cujo sentido máximo é a dinâmica da lucratividade e o capital financeiro em períodos cada vez mais reduzidos” (FRATUCCI, 2014, p. 93). Portanto, as políticas públicas atuais, principalmente de turismo, precisam de uma profunda reflexão e avançar nessa compreensão da relação dialética da produção do destino proposto pelo turismo.

É preciso ampliar o conhecimento sobre a produção, o ordenamento e o consumo dos espaços apropriados pela atividade turística nos diversos territórios. Acredita-se que, dessa forma, é possível a proposição de políticas públicas consistentes para a potencialização dos efeitos positivos gerados pelo fenômeno turístico a partir de uma visão integradora, que agreguem valores ao patrimônio sociocultural e ambiental no território. Na ótica de Santos e Silveira (2001), o turismo enquanto atividade integradora de arranjos produtivos, pode ser uma impulsionadora do desenvolvimento econômico do território e de sua recuperação, porém é necessário um processo integrado e eficazmente planejado à partir do próprio território e seus sujeitos.

Considerando essa ótica, e a necessidade de organização da sinergia local, segundo Voisin (2004), atualmente o turismo enquanto pauta dos projetos políticos, foi reforçado ainda mais como uma possibilidade plausíveis ao desenvolvimento no local. Desta forma, por meio da atividade, a Gestão pública brasileira passou a desenvolver estratégia para o desenvolvimento em diversas regiões do país e um desse locais é as Serras Gerais do estado do Tocantins. Na concepção da gestão estadual, o turismo se constitui como uma ferramenta essencial no desenvolvimento daquele território e, diante disso, passou a traçar um plano integrado, com ações voltadas e articuladas com o MTur a fim de ordenar a atividade.

No entanto, embora haja a intenção de melhorar o bem-estar da população em relação a aspectos sociais e econômicos, Silva (2006) alerta sobre turismo enquanto atividade ligada ao sistema de produção capitalista. Na concepção desse autor, para

o desenvolvimento efetivo do território, é preciso alinhar as ações da gestão pública (oferta de infraestrutura e equipamentos específicos) ao conhecimento dos componentes (naturais e culturais) do território. Por meio desses, será possível o ordenamento e as formas de crescimento que gere benefícios à toda comunidade do território.

4 MARCOS INICIAIS DO TURISMO NO BRASIL E AS FASES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR

O turismo tem como característica principal oferecer aos turistas nacionais e estrangeiros a comercialização de recursos naturais, bens culturais materiais e imateriais. Dessa forma, considerando apenas a comercialização e o consumo do espaço no âmbito de mercado, um dos principais marcos do início da história do turismo no Brasil, segundo Ignarra (2001), foi a chegada de diplomatas e comerciantes, ocorrida no ano de 1808, na época de instalação da corte de D. João VI na cidade do Rio de Janeiro, pois esse evento proporcionou o desenvolvimento urbano, devido a necessidade de hospedagem, cuja expansão ficou mais acentuada na metade do século XIX.

Para Ignarra (2001), outra situação favorável, foi a introdução da navegação a vapor e as primeiras linhas férreas pelo barão de Mauá, que favoreceram os deslocamentos pelo território nacional. Nesse contexto de introdução dos equipamentos de turismo, Belchior e Poyares (1997) datam o surgimento dos primeiros grandes hotéis no Rio de Janeiro no ano de 1922³⁶. No ano seguinte, a Sociedade Brasileira de Turismo iniciou o turismo de águas termais no estado de São Paulo e o turismo cultural no estado do Rio Grande do Sul.

Nesse prisma da atividade turística, Barreto (1991) afirma que seu surgimento no Brasil veio vinculado ao lazer, ou seja, não tinha sentido de aventura ou educativo como acontecia no continente europeu, e ao olhar essa história no país, é possível perceber a sua evolução associada à diversas estratégias, as quais percorreram um longo e demorado caminho até conseguir chegar à conjuntura atual. Assim, Dias (2008) aponta o ano de 1938 como sendo o momento de surgimento dos primeiros movimentos inerentes à atividade no sentido de organizá-la, e dessa forma, a intervenção do Estado foi por meio do Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, estabelecendo autorização governamental para as vendas de passagens, tanto aéreas quanto as marítimas e rodoviárias (BRASIL, 1938).

³⁶De acordo com Nepomuceno (2021) no intervalo entre os anos de 1908 e 1922, o Rio de Janeiro foi palco de duas grandes exposições – Exposição Nacional comemorativa do Centenário de Abertura dos Portos (1908) e Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1922).

Ainda segundo Barreto (1991), em 27 de dezembro de 1939 houve a instituição da Divisão de Turismo por meio do Decreto-Lei nº 1.915, passando a ser considerada como um organismo oficial de turismo no âmbito da administração pública federal (BRASIL, 1939). No ano de 1940, houve a instituição do Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940, voltado exclusivamente para atender as questões das agências de viagens no país (BRASIL, 1940).

De acordo com Queiroz (2011), na década de 1950, procurando iniciar uma ação mais ampla e sistemática na busca de organizar o setor turístico no Brasil, houve uma intervenção mais direta do Estado, ocasionando a criação de órgãos, bem como instituições normativas para a gestão da produção e do consumo do espaço. Um exemplo dessas ações citado por Solha (2004) são as prefeituras de Belo Horizonte, Recife e Salvador, consideradas como as primeiras cidades criadoras de órgãos municipais de turismo, cenário este visto como a primeira fase da política pública nacional voltada à atividade turística vivenciada pelo país (LIMA; D'ASCENZI 2013).

Outra situação ocorrida nessa fase da história do turismo na década de 1950, segundo Müller *et al.* (2011) está relacionada às companhias aéreas, pois elas começaram a aumentar suas frotas e as agências de viagens no país passaram a se organizar, criando suas associações regionais e participando de eventos internacionais. Além disso, nessa mesma década, mais especificamente entre os anos de 1956 e 1957, foi organizado o Congresso Brasileiro de Turismo, ocasionando a criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio (MÜLLER *et al.*, 2011). Na opinião desses autores, esse momento é um marco na regulamentação da atividade, pois surge a primeira política pública de Estado direcionada ao turismo, por meio do Decreto nº 44.863, de 21 novembro de 1958 (BRASIL, 1958) no governo de Juscelino Kubitschek, instituindo a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), vinculada à Presidência da República, a qual tinha como atribuições:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o fluxo do estrangeiro;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;

- c) a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os referentes à construção e à remodelação de hotéis;
- e) a criação de serviços e instalações com a função de ampliar e completar as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos estados e municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

Para Vieira (2011), embora a Combratur tenha sido extinta no ano de 1962, esse órgão é considerado como o primeiro esforço da gestão federal no sentido de articular uma política nacional de turismo, situação essa, vindo a acontecer no ano de 1966, por meio do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 (BRASIL, 1966), com a reformulação das ações realizadas até então pela extinta Combratur e com a criação do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), este com caráter normativo, e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Esses organismos passaram a ter a função de normatizar a cadeia produtiva da atividade, a fim de facilitar os incentivos fiscais na busca de prover equipamentos e melhoria dos serviços, além disso, procuravam executar as diretrizes do setor.

Imbuído da perspectiva de crescimento, devido à conquista do turismo no mundo, a sua contribuição era vista como positiva à economia. Dessa feita, a gestão pública no Brasil foi estimulada a criar órgãos públicos com o objetivo de trabalhar as novas tendências do setor (MÜLLER *et al.*, 2011, p. 698). No entanto, quando observado esse período, percebe-se não haver implementação de qualquer política efetiva ou programa no setor, apenas incentivos financeiros e fiscais.

De acordo com Brum (1999), esse período de criação dos órgãos de turismo no país foi chamado de “milagre econômico brasileiro”, pois a economia nacional teve um crescimento acelerado e a inflação teve índices relativamente baixos, com a média anual de 20%. Esse autor ressalta ainda, que o Brasil também vivenciava o governo

de ditadura militar, implantada no ano de 1964. Dessa forma, as decisões eram definidas pelo governo militar e a nova ordem implantada por meio de decretos, chamados de atos institucionais, foram promotores da exclusão de políticas da sociedade, escondendo também a face autoritária da gestão e procurando manter uma imagem democrática diante do consumo externo.

Para a promoção dessa imagem, a Embratur passou a investir numa divulgação considerada positiva, dando destaque à cidade do Rio de Janeiro, principalmente ao carnaval e a mulher. O resultado dessas ações desencadearam a instalação de um sistema hoteleiro mais sofisticado, bem como vários investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros. Assim, a imagem projetada pela economia do país nesse período serviu como atrativo aos investimentos nacionais e estrangeiros, proporcionando a melhoria nos equipamentos e no sistema de transporte, assim como a ampliação dos sistemas de comunicação.

É importante ressaltar que, a partir de 1970, conforme Lima e D'Ascenzi (2013), o turismo brasileiro entrou em uma nova ordem, considerada como a segunda fase de sua história e tem seu término na década de 1991. Nesse período, segundo o autor, houve apenas a regulamentação de fundos de financiamentos como o Fundo Geral de Turismo (Fungetur) por meio do Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974 (BRASIL, 1974), criando o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), gerando benefícios ao setor hoteleiro e ao Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset). No entanto, os valores disponibilizados por esses fundos foram destinados aos programas de turismo, porém apenas a estados e municípios cadastrados na Embratur.

Dentro desse fluxo histórico, Vieira (2011), destaca que na década de 1980, em virtude da crise econômica interna e também devido as determinações de ordem ditatorial vivida no país, essas ações, desaceleraram, ocasionando a falta de controle e fiscalização da atividade turística. Esse autor considera tal momento como um dos mais relevantes dessa década, pois foi marcado pela reforma do Estado, trazendo a ampliação das liberdades e dos direitos civis, bem como as garantias individuais por meio da Constituição de 1988.

Na década de 1990, iniciou-se a terceira fase do processo histórico do turismo no Brasil, envolvendo também as políticas públicas para o setor. O marco desse momento foi a publicação da Lei nº 8.181, de 28 de março no ano de 1991 (BRASIL, 1991), que procurava fomentar o turismo, extinguindo o CNTur e transformou a

Embratur em Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Presidência da República. A partir desse período, essa instituição passou a implementar e coordenar a política nacional de turismo por meio do Plano Nacional de Turismo (1992-1994), trazendo propostas de mudanças, procurando “ordenar as ações do setor público, orientando as políticas de governo, o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos [...] para o bem-estar social, através do desenvolvimento regional do turismo” (BRASIL, 1992, p. 14).

Na concepção de Cruz e Sansolo (2003), esse foi um novo modelo de gestão no turismo, o qual procurou simplificar e uniformizar para os estados e os municípios a integração considerada pelo órgão como participativa, a fim de proporcionar eficiência na operacionalização e trouxe como proposta o PNMT. Esse programa tinha como objetivo a descentralização³⁷ e foi considerado pela Embratur um marco relacionado ao planejamento do turismo no país, pois suas ações favoreciam a participação e a valorização das características de cada região, cujas oficinas de sensibilização e capacitações voltadas ao planejamento, tinham a responsabilidade em prover o fortalecimento das propostas de criação dos conselhos e dos fundos municipais de turismo em todo Brasil.

No ano de 1996, o então Ministério do Esporte e Turismo, o responsável pela gestão da atividade turística no Brasil, “criou a Política Nacional de Turismo (PNT) e o PNMT, também foi incluído nesse novo PNT” (ARAÚJO; TASCHNER, 2012, p. 72). A partir de então, as ações desenvolvidas — tais como o Programa de Ação de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE), o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal (Prodetur-Amazônia Legal), o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Centro-Oeste e o Programa de Desenvolvimento do Turismo Sul — tiveram sua continuidade, cuja “finalidade era buscar maior efetividade e eficácia na gestão do setor turístico com uma proposta de metodologia participativa” (DIAS, 2008, p. 45).

No entanto, para Cruz (2001), esse novo momento na política nacional de turismo no Brasil, como as anteriores, não teve boa efetividade, pois elas proporcionaram apenas uma melhor organização, visto a exigência da articulação entre a gestão pública e a iniciativa privada, possibilitando assim, a qualificação dos

³⁷ Descentralização “significa a redução do poder do Estado em favor do poder do mercado” (BRANDÃO, 2011, p. 115).

agentes trabalhadores do setor, a melhoria da infraestrutura básica dos locais e a infraestrutura turística das regiões. Nesse sentido, alguns locais conseguiram apenas aumentar o fluxo de turistas e movimentar um pouco mais sua economia, a partir da geração de empregos, muitos dos quais foram considerados informais.

Outro momento relevante na história de reorganização ou reestruturação do turismo no Brasil, de acordo com Lima e D'Ascenzi (2013), está relacionado à Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003a), com criação do Ministério do Turismo - MTur, composto pela Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de Programas de Desenvolvimento e a Embratur, cuja atribuições à época foram:

- a) formular e implementar a política nacional de desenvolvimento do turismo;
- b) promover e divulgar o turismo nacional, no país e no exterior;
- c) estimular as iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e
- d) planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao setor.

Para Lima e D'Ascenzi (2013), a criação do MTur contribuiu com mudanças significativas na forma de elaboração das políticas de turismo no país, a começar pelo fato de a Embratur se tornar um órgão responsável apenas pela promoção e pelo *marketing* do produto turístico brasileiro. Outra mudança considerada significativa a partir desses ajustes, segundo o autor, foi em relação ao Programa de Municipalização do Turismo, passando a ser um PRT integrado ao PNT, ou seja, este último, configurou-se como condutor da sinergia das ações voltadas ao turismo.

4.1 A Política Nacional de Turismo 2003-2007

Considerado como o primeiro PNT para desenvolver ações entre o ano de 2003 a 2007, foi composto por sete macros programas e programas estratégicos (quadro 1), tendo, em seu eixo principal, o desenvolvimento “sustentável”, a inclusão social e a gestão descentralizada. Ele tinha dois objetivos principais:

- a) desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais;
- b) estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.

Quadro 1 – Macroprogramas e programas do PNT 2003-2007

Macroprogramas	Programas
1) Gestão e relações institucionais	Acompanhamento do Conselho Nacional do Turismo; Avaliação e monitoramento do Plano Nacional de Turismo Relações Internacionais.
2) Fomento	Atração de investimentos; Financiamento para o turismo.
3) Infraestrutura	Desenvolvimento regional; Acessibilidade aérea, terrestre, marítima e fluvial.
4) Estruturação e diversificação da oferta turística	Roteiros integrados; Segmentação.
5) Qualidade do produto turístico	Normatização da atividade turística; Qualificação profissional.
6) Promoção e apoio à comercialização	Promoção nacional do turismo brasileiro; Apoio à comercialização nacional; Promoção internacional do turismo brasileiro; Apoio à comercialização nacional.
7) Informações turísticas	Base de dados; Pesquisa de demanda; Avaliação de impacto do turismo; Avaliação de oportunidade de investimento.

Fonte: Brasil (2003b).

Para referenciar este PNT junto à cadeia produtiva do setor, foram realizadas reuniões com os representantes das regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente nas seguintes cidades: Belém, João Pessoa, São Paulo, Curitiba e Brasília (LANZARINI; BARRETO, 2014). Dando sequência à essas ações, em 2006, no evento chamado Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado na cidade de São Paulo, por meio do PRT, foram apresentados 396 roteiros turísticos, abrangendo um total de 149 regiões brasileiras consideradas turísticas em 1.207 municípios da Federação, com a finalidade de formatar esses roteiros e atingir as metas propostas no PNT. Porém, conforme o MTur (BRASIL, 2007a), no decorrer da execução, houve uma redução nos números de roteiros, passando a ser 87 e com isso, o número de municípios contemplados passou a ser 474, enquanto as regiões turísticas foram 116 (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Cruz e Sansolo (2003) afirmam que o PNT do ano de 2003, embora tenha procurado fazer algumas alterações no processo de gestão do turismo, buscando superar os entraves das ações anteriores, apresentou mudanças mais normativas do que estruturais. Dessa maneira, o PNT lançado nessa época, embora tenha trazido em seu escopo, que sua concepção foi “de forma coletiva, com ampla consulta às diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo” (BRASIL, 2003b, p. 7), continuou com a mesma perspectiva economicista em seu planejamento, ou seja, desconsiderou algo mais complexo e importante para o planejamento: o território.

Quando observada a trajetória do turismo no país, é possível perceber a intensificação do Estado como interventor no setor, mais notadamente quando o turismo passou a ser considerado como ferramenta no processo de desenvolvimento e alternativa minimizadora das desigualdades existentes em diversas regiões do país, operando em três modalidades: participação, indução e controle. A primeira (a participação), acontece de forma esporádica, pois “o com avanço de pressupostos neoliberais sobre a atuação da administração pública federal, não se identifica mais no turismo brasileiro a participação do Estado em empreendimentos turísticos, como ocorrera no passado” (CRUZ, 2005, p. 29).

Na concepção dessa autora, a modalidade (indução) no turismo foi intensificada pelo Estado associando sua participação na regulação, assim, a gestão pública passou a criar respaldos legais e uma ambiência para legitimar a suas ações no controle do setor turístico. Cruz (2005) afirma ainda que na busca de meios para criar as condições necessárias à expansão do turismo no país, tornando-o mais dinâmico, o Estado brasileiro, amparado pela legislação, realizou arranjos espaciais. Dessa forma, ampliou a participação da atividade turística como indutora do desenvolvimento, assim o Estado vem atuando nos planos e programas criados no decorrer dos anos, utilizando as paisagens, bem como a cultura dos locais como parte da prática associada ao turismo em sua alternativa de desenvolvimento local, a partir de dotação de infraestrutura, geração de emprego e renda.

No entanto, é preciso atentar para as estratégias inseridas no discurso do turismo enquanto política pública de Estado desenvolvimentistas, com o objetivo de maximizar ganhos imediatos, as quais passam a ser responsáveis por muitos impactos socioambientais adversos. Na ótica de Dias (2008), esses impactos estarão sempre presentes, uma vez que as ações anteriores e os PNTs vêm embasados no

âmbito das políticas mundiais, visando à promoção de um desenvolvimento mais voltado à questão econômica e quantitativa. Portanto, a partir das reflexões realizadas, embora essas políticas públicas de turismo tragam em sua retórica, a propostas para resolver os problemas econômicos e sociais das regiões do país, percebe ainda neles "a forte tendência neoliberal" (CAVALCANTI; HORA, 2002, p. 65) e provavelmente, seja esse um dos principais motivos para não terem avançado de forma mais concreta na questão do desenvolvimento social no país.

Nesse contexto, é possível citar o PNMT, lançado no ano de 1994, que se configurou na época como mais democrático e participativo, no entanto para autores como Cruz e Sansolo (2003), esse tinha um caráter mecânico e aleatório, pois as especificidades de cada realidade não foram consideradas. Essas situações acabaram tornando-o um plano centralizador e autoritário, além disso ele inibiu a ação criativa dos municípios e regiões. Na opinião de Silveira (2002), as políticas públicas denominadas "descentralizadoras" implantadas no turismo, embora procurassem horizontalizar a interação dos sujeitos sociais da atividade, apenas proporcionaram a ampliação da influência da iniciativa privada, sem qualquer ação pública contrária, fortalecendo ainda mais as ações neoliberais.

4.2 A Política Nacional de Turismo 2007-2010

No que diz respeito a esse PNT, ele tinha como *slogan* "Uma viagem de inclusão". Nele, os municípios prioritários eram aqueles com infraestrutura básica e turística, com atrativos qualificados, caracterizados como núcleo receptor e (ou) distribuidor de fluxos turísticos, capazes de atrair e(ou) distribuir significativo número de turistas para seu entorno. De acordo com o MTur (BRASIL, 2007a), a proposta era dinamizar a economia das localidades selecionadas, por isso o órgão procurou identificar, entre os 87 roteiros, os destinos claramente com condições de induzir o desenvolvimento regional.

Percebe-se que a sua proposta era uma integração regional proporcionadora de alternativas dentro do setor turístico. Assim, a estratégia era internacionalizar esses novos destinos, provendo investimentos (quadro 2) na infraestrutura, nas pessoas, e nos empreendimentos. É relevante destacar sobre esse PNT, que embora os recursos tenham sido destinados, não há evidências de informações ou dados a respeito dos resultados relacionados a escolhas dos destinos definidos como

“indutores” e menos ainda se eles conseguiram incrementar os benefícios associados ao turismo nas localidades de seu entorno. Outra questão pouco discutida enquanto resultado de PNT, foi o critério de escolha desses chamados destinos indutores, pois tudo indica que suas condições socioeconômicas, consideradas melhores, eram o ponto norteador de decisões.

Quadro 2 – Investimentos previstos pelo MTur (2007-2010)

Descrição	2007	2008	2009	2010
Investimentos em infraestrutura (em R\$ bilhões empenhados)	1,32	1,39	1,46	1,53
Pessoas qualificadas	51.340	56.474	62.121	68.332
Profissionais certificados	1.960	2.254	2.592	2.981
Empreendimento certificados	290	2.899	3.334	3.834

Fonte: Brasil (2007a).

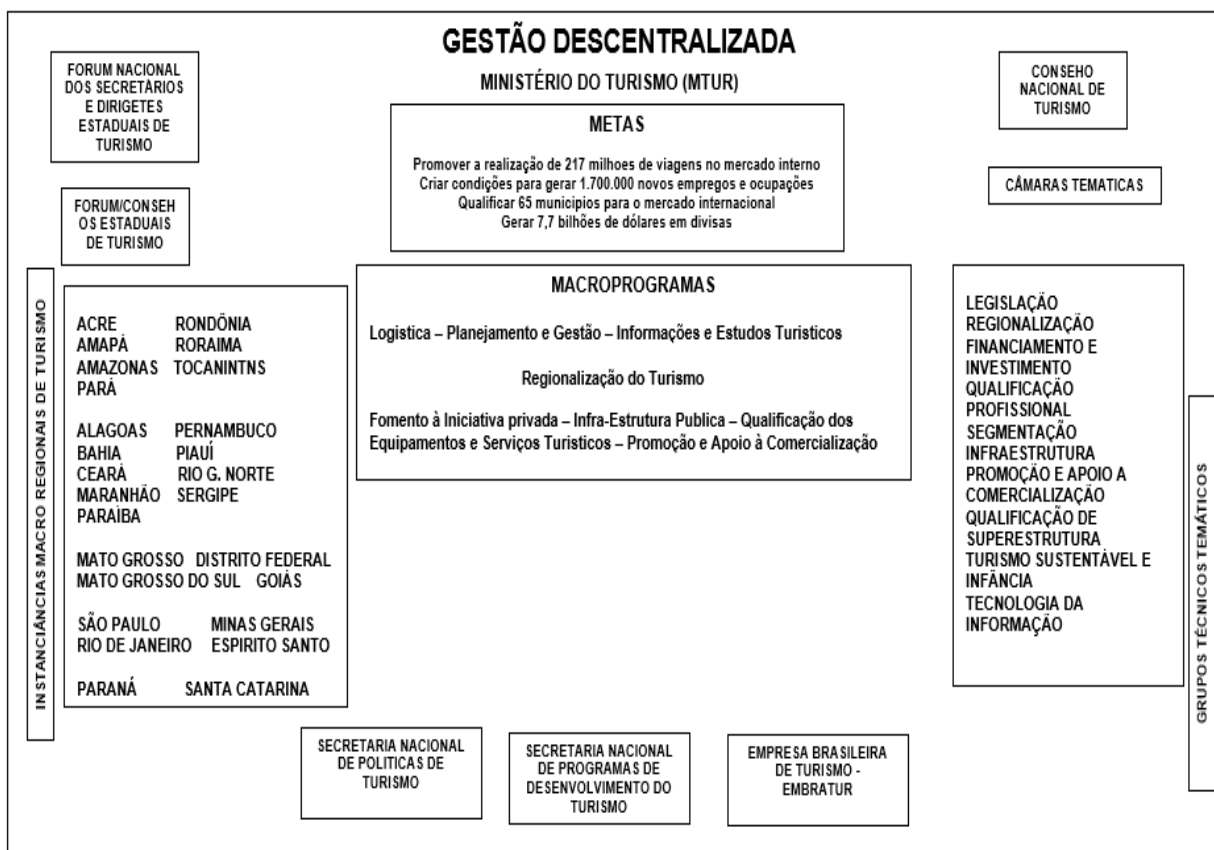
Lanzarini e Barreto (2014), destacam que o ponto forte desse PNT foram as assessorias técnicas a fim de propor resoluções de entraves, tanto que, para isso, criaram-se câmaras temáticas integradas por representantes das entidades membros do CNTur (BRASIL, 2007a):

- a) Câmara Temática de Legislação;
- b) Câmara Temática de Regionalização;
- c) Câmara Temática de Qualificação Profissional;
- d) Câmara Temática de Financiamento e Investimento;
- e) Câmara Temática de Segmentação;
- f) Câmara Temática de Infraestrutura;
- g) Câmara Temática de Promoção e Apoio à Comercialização;
- h) Câmara Temática de Qualificação da Superestrutura;
- i) Câmara Temática de Turismo Sustentável e Infância;
- j) Câmara Temática de Tecnologia da Informação.

Essas câmaras temáticas, ligadas ao CNTur (figura 24), tinham como função subsidiar o Estado brasileiro na condução das ações do PNT em âmbito nacional,

cujas metas eram: promover cerca de 217 milhões de viagens no mercado interno até o ano de 2010; gerar cerca de 1,7 milhões de novos empregos e ocupações; estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional: e, por último, gerar cerca de 7,7 bilhões de dólares em divisas no período de 2007 até 2010.

Figura 24 – Gestão descentralizada do turismo no PNT 2007-2010



Fonte: Brasil (2007a).

O MTur sempre destaca, em seus documentos, que cada política contida nos PNTs é desenvolvida a partir das propostas vindas dos segmentos públicos e privados interessados, formado pelo CNTur e, portanto, o PNT tem a prerrogativa de orientar os planos desenvolvidos em âmbito regional, estadual e municipal. Diante disso, essa “gestão participativa e descentralizada” proposta pelo MTur (BRASIL, 2007a) criou nove macroprogramas:

- Macroprograma 1 – Planejamento e Gestão;
- Macroprograma 2 – Informação e Estudos Turísticos;
- Macroprograma 3 – Logística de Transportes;
- Macroprograma 4 – Regionalização do Turismo;

- e) Macroprograma 5 – Fomento à Iniciativa Privada;
- f) Macroprograma 6 – Infraestrutura Pública;
- g) Macroprograma 7 – Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos;
- h) Macroprograma 8 – Promoção e Apoio à Comercialização;
- i) Macroprograma 9 – Turismo Sustentável e Infância.

Para Lima e D'Ascenzi (2013), esse PNT pode ser considerado como a primeira política de turismo do país a ser colocada em prática, cujos resultados alcançados culminaram no lançamento de um novo PNT no ano de 2013, o qual será abordado a seguir.

4.3 A Política Nacional de Turismo 2013-2016

Esse PNT teve uma lacuna de atraso temporal de três anos quando comparado ao lançamento dos anteriores. Ele tinha o *slogan* “O turismo fazendo muito mais pelo Brasil” e suas ações procuraram definir as contribuições do setor para a erradicação da pobreza por meio do desenvolvimento econômico e social, com os seguintes objetivos:

- a) incentivar os brasileiros a viajar pelo Brasil;
- b) incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;
- c) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro;
- d) preparar o turismo brasileiro para os megaeventos.

Para Carvalho (2016), o objetivo dessa política pública de turismo era a geração de emprego e empreendedorismo, a participação da sociedade e o incentivo à inovação e ao conhecimento, com foco na regionalização. Evidencia-se que, embora essas questões fossem relevantes, esse PNT tinha como ideário a ampliação das fronteiras, pelo fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo Fifa de Futebol, no ano de 2014 e os Jogos Olímpicos, na cidade do Rio de Janeiro em 2016, assim havia certa desconfiança dessa política, quanto a conseguir amenizar as disparidades sociais e espaciais relacionadas à distribuição de infraestrutura e do fluxo de turistas no Brasil.

Na concepção de Lima e D'Ascenzi (2013), a meta proposta nesse PNT relacionada ao aumento do fluxo de turistas no país, não foi alcançada quando comparada aos dados da América Latina e os motivos apontados foram diversos,

porém, ressalta-se que nesta etapa do trabalho, não há a pretensão de tecer comentários mais aprofundados sobre isso, apenas se restringir a apresentar, de forma geral, o caminho histórico do turismo no país. No entanto, pode-se inferir, a partir de pesquisas realizadas, que entre as diversas situações para os resultados negativos do PNT, as divergências políticas existentes no país foram as mais cruciais.

Situação essa à parte, faz-se necessário destacar o fato de, ao longo da história do turismo no país, envolvendo sua organização enquanto atividade com vistas a contribuição econômica, foi esse PNT, por meio do PRT, o responsável por trazer, em sua composição, princípios que passaram a ser utilizados como base para um novo instrumento no processo de gestão descentralizada, buscando estimular e criar espaços de participação da sociedade em um novo tipo de processo de gestão voltada ao desenvolvimento do turismo em níveis municipal, regional, estadual e federal. Para o MTur, o fato do Brasil ser um país de grandes dimensões, a estratégia proposta pelo PRT, promoveria o planejamento do turismo de forma mais endógena, tomando como base a realidade de cada local, visto que:

Adotar o modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas; exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social. Exige, também, entender a região diferentemente da macro divisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Deve-se perceber o conceito como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, estados e país (BRASIL, 2004, p. 34).

Nesse prisma, é possível perceber o protagonismo da gestão pública do país em estabelecer ações voltadas à inserção e a participação de todos os segmentos da sociedade, procurando conduzir à descentralização das ações do setor turístico brasileiro com base na inclusão social. Deste modo, essas ações vislumbravam os territórios e as comunidades locais como parte de sua estratégia para fortalecer o discurso de planejamento integrado e participativo. No entanto, constatou-se que o sentido maior a ser atingido, era um padrão de qualidade do produto turístico, condição essa para inseri-lo e fortalecê-lo no mercado consumidor, enquanto os aspectos ligados a esses espaços, do ponto de vista prático, não tinham relevância.

Para González (2014), nesses planos nacionais de turismo, normalmente têm direcionamentos aos três principais âmbitos inerentes à atividade turística, em que o primeiro é o turista, o segundo são as empresas e o terceiro, é a infraestrutura, ou

seja, a comunidade ou território, são apenas objetos de uso da atividade, tanto que para o primeiro âmbito, há sempre ações de melhorias, a fim de possibilitar o deslocamento com segurança dos turistas. O segundo âmbito envolve o apoio às empresas, no sentido de criações e inovações na própria atividade turística. Nesse sentido, as políticas públicas pensaram nas linhas de créditos, legislação específicas, a qualidade na oferta a partir da capacitação dos agentes da cadeia produtiva, muitas vezes exógena, cuja ação vai ao encontro da primeira quando se trata do bem-estar do turista.

Considerando esse contexto, é imprescindível uma mudança na forma de elaborar e executar as políticas públicas de turismo. É preciso que elas passem a contemplar verdadeiramente a realidade local dos sujeitos, pois conforme Candiotta e Bonetti (2015), as políticas de turismo têm beneficiado mais os grandes empreendimentos, principalmente os estrangeiros, deixando as comunidades à margem. Assim, entende-se a necessidade de desenvolver programas, não mais voltados ao crescimento do turismo, mas sim, para criar normas regulamentadoras, com vistas a uma melhor distribuição dos benefícios proporcionados pela atividade, reduzindo realmente as desigualdades sociais, contribuindo com a conservação do meio ambiente e a valorizando o patrimônio cultural de cada região do país.

4.4 A Política Nacional de Turismo 2018-2022

Em março do ano de 2018, iniciou-se o ciclo do PNT 2018-2022, tendo como objetivos: “contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, promover a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhorar a distribuição de renda” (BRASIL, 2018, p. 127). Diante disso, o MTur estruturou esse PNT com base nas linhas de atuação do turismo, bem como nas iniciativas referentes a cada linha e suas respectivas estratégias para alcançar o proposto no documento:

- a) modernizar e desburocratizar o setor;
- b) ampliar investimentos e o acesso ao crédito;
- c) estimular a competitividade e inovação;
- d) investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; e
- e) fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

Evidencia-se que, esse PNT foi estruturado para trabalhar quatro metas globais, deste modo, nelas foram elencadas iniciativas e estratégias em cada linha de atuação do turismo, conforme a figura 25, a seguir.

Figura 25 – Linhas de atuação do PNT 2018-2022

Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões					METAS GLOBAIS
Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de 6,5 para 12 milhões					
Ampliar de 60 para 100 milhões de brasileiros viajando pelo país					
Ampliar de 7 para 9 milhões de empregos no turismo					
Fortalecimento da regionalização					DIRETRIZES
Melhoria da qualidade e da competitividade					
Incentivo à inovação					
Promoção da sustentabilidade					
GESTÃO E ORDENAMENTO	ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO BRASILEIRO	FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TURISMO	INCENTIVO AO TURISMO RESPONSÁVEL	MARKETING E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	LINHAS DE ATUAÇÃO
Fortalecer a gestão descentralizada do turismo					INICIATIVAS
Apoiar o planejamento no turismo integrado ao setor de segurança pública					
Aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor turístico					
Ampliar e aprimorar estudos e pesquisas em turismo					
Fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística no					
Melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas brasileiras					
Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de crédito					
Aprimorar a oferta do turismo nacional					
Ampliar a formalização dos prestadores de serviços turísticos					
Intensificar a qualificação no turismo					
Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico					
Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e desenvolver o turismo de Base local.					
Promover o acesso democrático de públicos prioritários de demanda à atividade turística					
Intensificar o combate à violência dos direitos das crianças e dos adolescentes no turismo					
Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros					
Definir o posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico					
Intensificar ações para facilitação de vistos					

Fonte: elaborado pelo autor (2022) com base em Brasil (2018).

Nesse PNT, percebeu-se que os aspectos voltados para incentivar a inovação permanecem e pela primeira vez, o posicionamento estratégico do turismo do país

como produto turístico, surge nos planos da gestão pública brasileira. Além disso, a segurança pública e o estímulo aos destinos turísticos inteligentes³⁸ foram vinculados ao planejamento turístico, porém os entraves recorrentes ainda são mencionados de forma corriqueira. Outra questão também não prevista, foram alternativas para adequar esse PNT a necessidades eventuais, como exemplo, o cenário da covid-19, no qual as ações do setor no ano de 2020 foram paralisadas.

Essa situação ficou evidente, considerando os dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os quais apontaram uma expansão de 21% em 2021 após uma perda de 36% no ano anterior, devido às ações executadas nos estados com a finalidade de reduzir o contágio da Covid-19 (CARNEIRO, 2021). Diante desse contexto e segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (2020), FGV, o turismo no Brasil pode ter deixado de arrecadar, entre os anos de 2020 e 2021, cerca de R\$ 116,7 milhões e, portanto, será necessário ajustar sua política a fim de proporcionar o seu reequilíbrio econômico e social, assim, pode-se inferir que o PNT 2018-2022 teve um comprometimento no cumprimento de suas metas globais.

É relevante destacar que no período de elaboração deste estudo, era possível perceber mudanças significativas relativas aos hábitos de consumo do turismo, porque o cenário de crise proporcionado por essa pandemia ainda tinha seus efeitos bem latentes e acreditava-se que deveria durar alguns anos à frente. O MTur registrou as consequências dessa pandemia, pois ela gerou mudanças: “no consumo, tipo de demanda, avaliação de destinos e experiências, preocupações com segurança e higiene, poupança do consumidor, enfim, uma série de variáveis com efeitos sobre os indicadores do setor” (BRASIL, 2020, p. 50).

Voltando às questões observadas no PNT 2018-2022, embora haja nele uma preocupação em imprimir uma nova identidade, querendo romper com os PNTs anteriores, encontrou-se, poucas rupturas expressivas, porém a regionalização continua a ser uma diretriz e a gestão descentralizada assumiu o caráter de iniciativa. Percebe-se também, nesse plano, a inovação como o termo mais frequente nos dois últimos PNTs e pela primeira vez, aparece num plano, a intenção de definir qual será

³⁸ “Um espaço turístico inovador, acessível a todos, consolidado sobre uma infraestrutura tecnológica de vanguarda que garante o desenvolvimento sustentável do território, que facilita a interação e integração do visitante com o entorno e incrementa a qualidade da sua experiência no destino e a qualidade de vida dos residentes” (OBSERVATÓRIO DE TURISMO DO RECIFE, 2013).

o posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico, bem como a vinculação do planejamento turístico ao setor de segurança pública, além da proposta de estimular o desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes.

Vilela e Costa (2020) apontam, como fragilidade do PNT, a falta de um encadeamento para a maioria dos objetivos, deixando-os obscuros, sem sentido no âmbito de definir quais problemas levantados seriam atendidos. Outro elemento a ser observado nesse âmbito de fragilidade, foi a falta de padronização e de definição dos critérios de escolha dos indicadores, o que dificulta a comparação sobre possíveis avanços ao longo dos anos, fato este que pode prejudicar a análise da evolução do próprio turismo, gerando alerta para o planejamento do próximo ciclo do PNT.

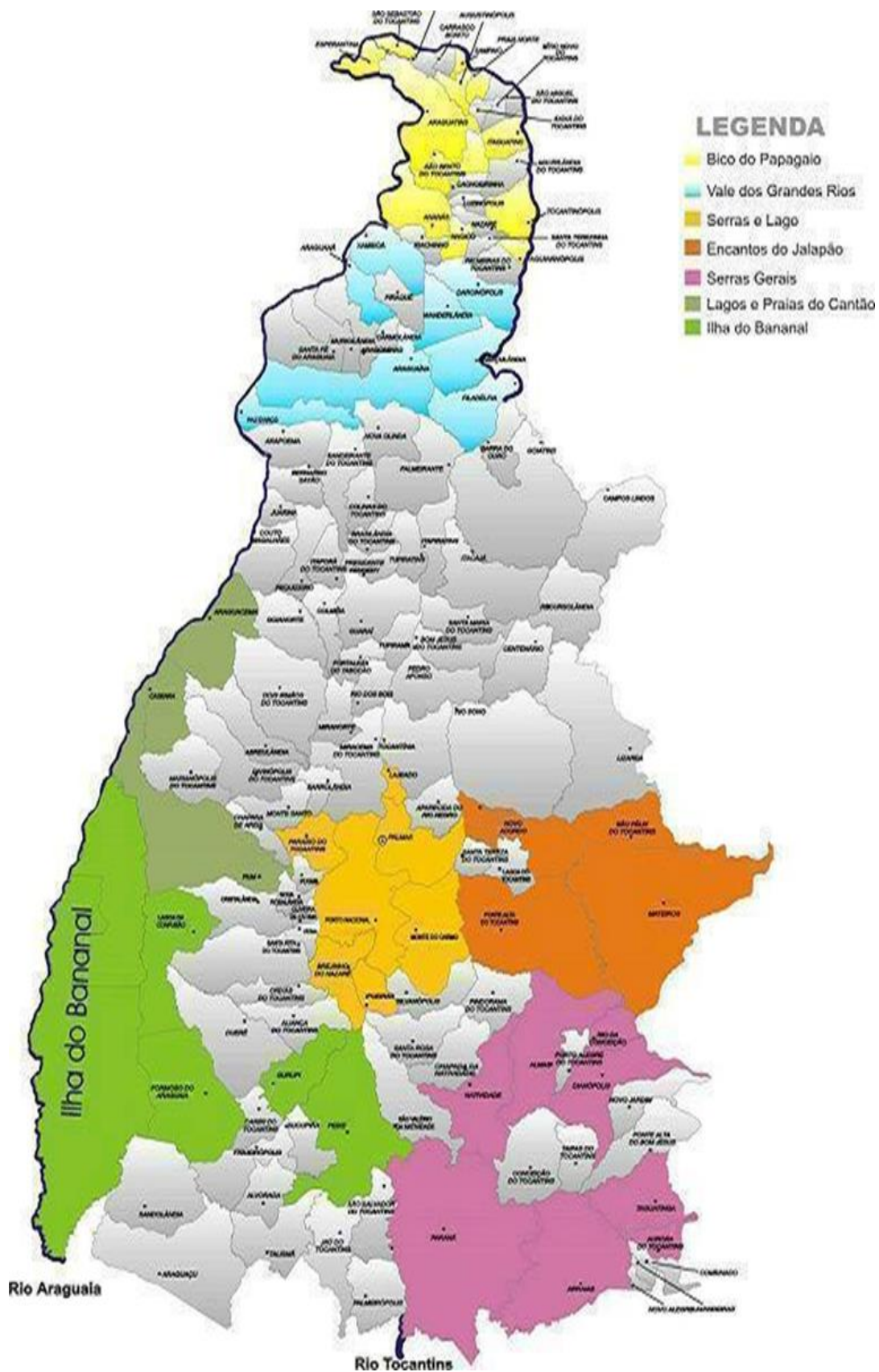
4.5 As políticas públicas de turismo no estado do Tocantins

Com relação às políticas públicas de turismo no estado do Tocantins, atualmente, existem avanços considerados pela gestão pública como significativos à implementação, ao desenvolvimento e ao controle da atividade turística. De acordo com Magno (2008), essas políticas públicas ganharam mais importância ao longo dos anos, mais precisamente, a partir do ano de 2008, quando o MTur realizou uma análise preliminar, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a FGV, a qual evidenciou a “necessidade de realizar uma ampla estruturação dos atrativos e equipamentos turísticos” (BRASIL, 2008, p. 41).

Diante disso, a gestão pública, procurando atender às diretrizes do Programa de Regionalização do MTur (2008-2011), dividiu o estado em sete regiões turísticas (figura 26): Encantos do Jalapão,³⁹ Vale dos Grandes Rios, Serras e Lagos, Bico do Papagaio (área de transição entre o Cerrado e Floresta Amazônica), Praias e Lagos do Cantão (é uma das mais importantes áreas de conservação do Brasil), Ilha do Bananal (considerada a maior ilha fluvial do mundo e com uma rica biodiversidade) e Serras Gerais.

³⁹ Criado pela Lei 1.203, de 12 de janeiro de 2001, nesse local constitui-se umas das nove UCs, tanto de proteção integral como de uso sustentável, que formam o Mosaico do Jalapão (TOCANTINS, 2001).

Figura 26 – Regiões turísticas do Tocantins



Fonte: Adetur (2019).

Evidenciou-se por meio da pesquisa documental realizada em 2020, que o Estado também passou a criar a legislação voltada ao turismo. Assim, consta como primeira, a Lei nº 1.630, de 5 de dezembro de 2005, que criou a Agência de Desenvolvimento Turístico (Adetur) (TOCANTINS, 2005). Uma outra considerada relevante nessa área do turismo, foi a Lei nº 2.820, de 30 dezembro de 2013, por meio da qual o estado do Tocantins instituiu o Sistema Estadual de Turismo e o Plano Estratégico de Turismo e por meio dela, criou também o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo (TOCANTINS, 2013a).

A partir desses instrumentos legais, a gestão pública do estado passou a garantir o financiamento de projetos de interesse para o desenvolvimento do turismo, cujo órgão responsável diretamente pela gestão foi a então Adetur. Diante disso, as ofertas dos serviços turísticos passaram a ser regulamentados, de forma a estabelecer padrões de qualidade, “estruturando o uso sustentável dos patrimônios naturais e culturais, a promoção nacional e internacional dos atrativos, a oferta de trabalho e emprego por meio do fomento às atividades, bem como à qualificação da mão de obra” (TOCANTINS, 2019a, p. 31).

No âmbito de instauração desses instrumentos, tem-se a Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019,⁴⁰ a qual contempla, em sua redação, as competências e as atribuições de cada pasta da gestão local. Referente ao turismo, essa lei, além de alterar o nome do órgão responsável pelo turismo no estado, para Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa (Adetuc), em sua seção III, no art. 11, definiu a sua atribuição na gestão da atividade turística:

- I – propor as **políticas públicas de turismo para o Estado**, visando ordenar, regulamentar, normatizar e incentivar investimentos no setor, tendo por objetivo a geração de renda, o fortalecimento do mercado de trabalho, a melhoria das condições de vida da população local e a autossustentabilidade;
- II – **desenvolver o turismo no Estado**, contemplando todas as regiões turísticas e proporcionando condições aos municípios e às comunidades locais de realizarem ações estratégicas constantes do plano estadual de turismo, por meio:
 - a) do incentivo à participação da comunidade no processo de **desenvolvimento, valorização e conservação do patrimônio natural, cultural e científico da região**;
 - b) de **ações que promovam eventos nas regiões turísticas**, com divulgação em nível local, regional, nacional e internacional, de acordo com a vocação turística de cada município;

⁴⁰ Por se tratar de uma Lei que dispõe sobre a organização da administração direta e indireta do Poder Executivo estadual, em janeiro de 2023, sofreu uma alteração devido à criação da Secretaria da Mulher, da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais e da Secretaria da Pesca e Aquicultura.

c) **do planejamento e da execução de programas e projetos**, considerando a participação de organismos públicos e privados, com objetivo de atrair empreendimentos turísticos, zelando por seu desenvolvimento e pelo desenvolvimento daqueles já estabelecidos nas diversas localidades turísticas do Estado;

d) da **capacitação e do apoio para a gestão dos serviços de turismo**, de acordo com as suas potencialidades e estruturas;

e) da **participação em projetos e programas turísticos** coordenados pelo governo federal e da promoção de intercâmbio com os demais órgãos de turismo municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

f) da pesquisa e da captação de fontes de recursos junto ao governo federal, e demais organismos internacionais, públicos ou privados;

III – **gerir os recursos financeiros públicos destinados ao turismo**;

IV – **promover a integração das políticas públicas de turismo** com as demais políticas estaduais, em especial as relativas ao meio ambiente;

V – **divulgar os produtos e roteiros turísticos tocantinenses** e integrá-los a eventos regionais, nacionais e internacionais;

VI – manter banco de dados de atividades turísticas, para divulgar e promover novos empreendimentos;

VII – **contribuir para a garantia de padrões internacionais de qualidade no turismo tocantinense**, por meio do aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no Estado, tornando-os compatíveis com as características do mercado e os investimentos na área;

VIII – nos termos da Lei 3.252, de 31 de julho de 2017:

a) formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano de Cultura do Tocantins – PEC/TO, executando as políticas e as ações culturais definidas;

b) implementar o Sistema de Cultura – SC/TO, integrado ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, articulando os atores públicos e privados no âmbito do estado do Tocantins, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

c) promover o planejamento e fomento das atividades culturais no território tocantinense, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;

d) valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do estado do Tocantins;

e) preservar e valorizar o patrimônio cultural do estado do Tocantins;

f) pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do estado do Tocantins;

g) manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;

h) promover o intercâmbio cultural em âmbito regional, nacional e internacional;

i) assegurar o funcionamento do Sistema de Financiamento à Cultura do Tocantins - SFC/TO e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Estado do Tocantins;

j) descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;

k) estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural, promovendo a capacitação no âmbito do Estado, em outros Estados da Federação, bem como em eventos de capacitações internacionais, consoante a disponibilidade orçamentário-financeira do Estado;

l) estruturar o calendário dos eventos culturais do Estado do Tocantins;

m) elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;

n) captar recursos para projetos e programas específicos junto a empresas, órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;

o) operacionalizar as atividades do Conselho de Política Cultural do Tocantins – CPC/TO e dos Fóruns Setoriais e Regionais de Cultura;

p) realizar, periodicamente, as Conferências Estaduais de Cultura do Tocantins – CEC/TO e colaborar para com a realização das Conferências Municipais, das Conferências Nacionais de Cultura;

q) articular, com outros órgãos do Governo Estadual e Federal, a obtenção de apoio para a preservação, a difusão e a exploração turística de monumentos históricos, paisagísticos, artísticos, científicos, ecológicos, espeleológicos, arqueológicos e paleontológicos;

IX – destacadamente, quanto à economia criativa:

a) planejar, promover, implementar e coordenar ações para o desenvolvimento da economia da cultura no Estado, em todos os segmentos da cadeia produtiva;

b) formular, implementar e articular linhas de financiamento para empreendimentos culturais;

c) contribuir para a formulação e a implementação de ferramentas e modelos de negócio sustentáveis para empreendimentos culturais;

d) instituir e apoiar ações de promoção dos bens e serviços culturais tocantinenses no próprio Estado, no País e no exterior;

e) articular e conduzir o mapeamento da economia da cultura local;

f) coordenar a formulação e a implementação da política pública sobre direitos autorais, criando mecanismos de consolidação institucional de medidas e instrumentos de regulação da economia da cultura.

Art. 12. A estrutura operacional e os cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento que integram a Adetuc são constantes do Anexo II, observando-se valores e símbolos no Anexo III, ambos desta Lei.

Art. 13. São recursos da Adetuc os provenientes:

I – das dotações que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

II – das dotações orçamentárias da União destinadas a investimentos em turismo no Estado;

III – de auxílios e subvenções; [...] (TOCANTINS, 2019b, grifos nossos).

É relevante destacar que essa lei também trouxe, em seu escopo, orientações voltadas a organização dos eventos no estado, pois além de apoiar suas realizações em níveis local, nacional e internacional, ela ainda se voltou à necessidade de organizar o calendário de eventos, bem como promover a realização do inventário do patrimônio turístico estadual. Portanto, a gestão pública do Tocantins viu nessas atribuições, relevantes contribuições para prover a fiscalização das atividades turísticas e a viabilização da ampliação e da diversificação das linhas de crédito aos empreendimentos ecoturísticos, de forma a propiciar mais competitividade.

Nesse contexto de desenvolvimento do turismo e formulação de normas para otimizar a atividade em nível estadual, a pesquisa documental realizada em 2022, evidenciou que, a partir no ano de 2013, o governo do Tocantins reforçou a continuidade de apoio ao planejamento turístico, definindo sete ações estratégicas (quadro 3) (TOCANTINS, 2013b). Nesse contexto, o PDITS tornou-se a principal

política pública e por meio dele, iniciou-se o planejamento de ações nos polos turísticos do estado.

Quadro 3 – estratégias da política estadual de turismo do Tocantins

Posicionamento turístico e estratégia de comercialização	Estratégia de produtos, segmentos demandas e metas	Valorização e utilização dos atrativos
Investimento privado e alinhamento com recurso público	Infraestrutura e serviços básicos	Fortalecimento institucional do turismo e meio ambiente
Gestão socioambiental		

Fonte: adaptado do Termo de Referência PDITS/TO (2019).

Conforme consta no PDITS (TOCANTINS, 2019a), as ações estratégicas estaduais procuravam estar alinhadas ao PNT 2013-2016, pois ele tinha como premissa a promoção do desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentável, assim como a inclusão social e a erradicação da pobreza. Considerando essas premissas, como consta no PDITS, a gestão pública esperava o envolvimento da sociedade, por meio do diálogo, visando à geração de oportunidades de emprego, fomentando o empreendedorismo, bem como a busca da inovação e da geração de conhecimento, por meio de uma regionalização, a partir da abordagem territorial e institucional.

Registre-se que, no ano de 2022, por meio da Medida Provisória nº 2, publicado no *Diário Oficial do estado do Tocantins* nº 6.023, extinguiu-se a Adetuc e criou-se a Secretaria de Estado da Cultura e Turismo (Sectur). No âmbito da gestão do turismo, essa recém-criada secretaria passou a ser responsável pela atividade turística, de modo que as responsabilidades previstas nos instrumentos legais, que cabiam a Adetuc, foram transferidas à Sectur.

5 O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL PARA AS SERRAS GERAIS

Para fins de melhor entendimento, aqui será apresentado uma síntese dos três capítulos do documento nominado de *Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais* (TOCANTINS, 2019a). Nele, estão contidas as informações e o diagnóstico realizado, os quais culminaram na elaboração do Plano de Ações definidas pela gestão pública como as prioritárias para o desenvolvimento das Serras Gerais por meio do turismo e, portanto, será uma das bases de informações contidas neste tópico. Registre-se também que à medida que elas foram apresentadas, também foram utilizados como aporte os resultados das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, evidenciando o posicionamento da gestão pública por meio das falas das secretárias municipais de Turismo dos dois municípios (do recorte geográfico desse estudo) e a fala da superintendente de projetos da Sectur, órgão responsável pelo turismo em nível estadual.

Para iniciar este momento, é relevante fazer uma breve abordagem sobre o PDITS e sua chegada ao Tocantins: ele é uma criação do governo federal no âmbito do MTur (PEREIRA, J., 2013) e de acordo com as informações nele contidas, os incentivos financeiros são fornecidos via próprio ministério, com base no PNT. Sua principal característica é a definição de uma área geográfica para proporcionar o crescimento e o desenvolvimento sustentável do setor turístico na região e, assim, incentivar e investir na reestruturação organizacional, com foco na captação de recursos para os projetos de infraestrutura e capacitação profissional.

Portanto, o PDITS, quando adotado pela gestão pública, passa a ser o instrumento técnico, por meio do qual é feita a coordenação e a condução das decisões da política pública, a fim de “melhorar a capacidade empresarial, direcionar os investimentos e o acesso ao mercado turístico” (TOCANTINS, 2019a, p. 1). Saliente-se que o PDITS traz, em seu discurso, a proposta do desenvolvimento via turismo sustentável, a garantia da proteção do meio ambiente e o envolvimento da comunidade local com a perspectiva de geração de renda e emprego, bem como a qualidade de vida.

Uma das primeiras ações constatadas por meio da observação *in loco* para implementar a política pública, foi a contratação de uma empresa de consultoria,⁴¹ a fim de elaborar as diretrizes e os trabalhos para construção do plano de ação. Segundo registrado no portal do governo do Tocantins (PEREIRA, J., 2013), a partir do ano de 2013, o PDITS passou a ser utilizado para contribuir com o desenvolvimento de polos turísticos do estado, definindo as ações, as prioridades e as tomadas de decisão com a finalidade de direcionar os investimentos e dar o apoio ao setor privado da atividade e, assim, melhorar a capacidade empresarial, bem como o acesso dos polos turísticos do estado ao mercado nacional.

De acordo com Bastos (2014), as primeiras ações por meio do PDITS foram desenvolvidas na região de Palmas,⁴² Cantão⁴³ e Jalapão.⁴⁴ Nesses locais, foram realizadas capacitações voltadas à população e a implementação de infraestrutura local, cujo valor despendido foi de R\$ 240 milhões, oriundos da parceria entre o estado e a Confederação Andina de Fomento,⁴⁵ por meio do Prodetur. Ao finalizar suas ações nessas regiões, ele foi direcionado ao vale dos Grandes Lagos,⁴⁶ Ilha do Bananal⁴⁷ e Bico do Papagaio,⁴⁸ e posteriormente, em 2017, chegou às Serras Gerais (TOCANTINS, 2019a).

Essa região está localizada a sudeste do estado do Tocantins. É formada por 21 municípios e embora eles sejam dotados de uma diversidade cultural, religiosa e bens naturais como cachoeiras, cavernas, lagoas, balneários, grutas, cânions e dunas, conforme o PDITS (TOCANTINS, 2019a), apenas oito deles (figura 27) foram

⁴¹ De acordo com Daniela Oliveira (2017), é um consórcio composto pela empresa Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), THR Innivative Tourism Advisor, Oikos e T4 consultoria.

⁴² De acordo com Martins (2017), é composta por Palmas, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Lajeado.

⁴³ De acordo Mariana Oliveira (2016), é composta pelo município de Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e Pium.

⁴⁴ Mariana Oliveira (2016) elenca os municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta e São Félix do Tocantins como componentes dessa região turística do estado.

⁴⁵ Brando (2020) afirma que a instituição, formada por 19 países e 14 bancos privados, promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado da América Latina.

⁴⁶ Mariana Oliveira (2016) evidencia a composição dessa região pelos seguintes municípios: Araguaína, Aruanã, Babaçulândia, Colinas do Tocantins, Guaraí, Itacajá, Palmeiras do Tocantins, Pau d'Arco, Pedro Afonso e Xambioá.

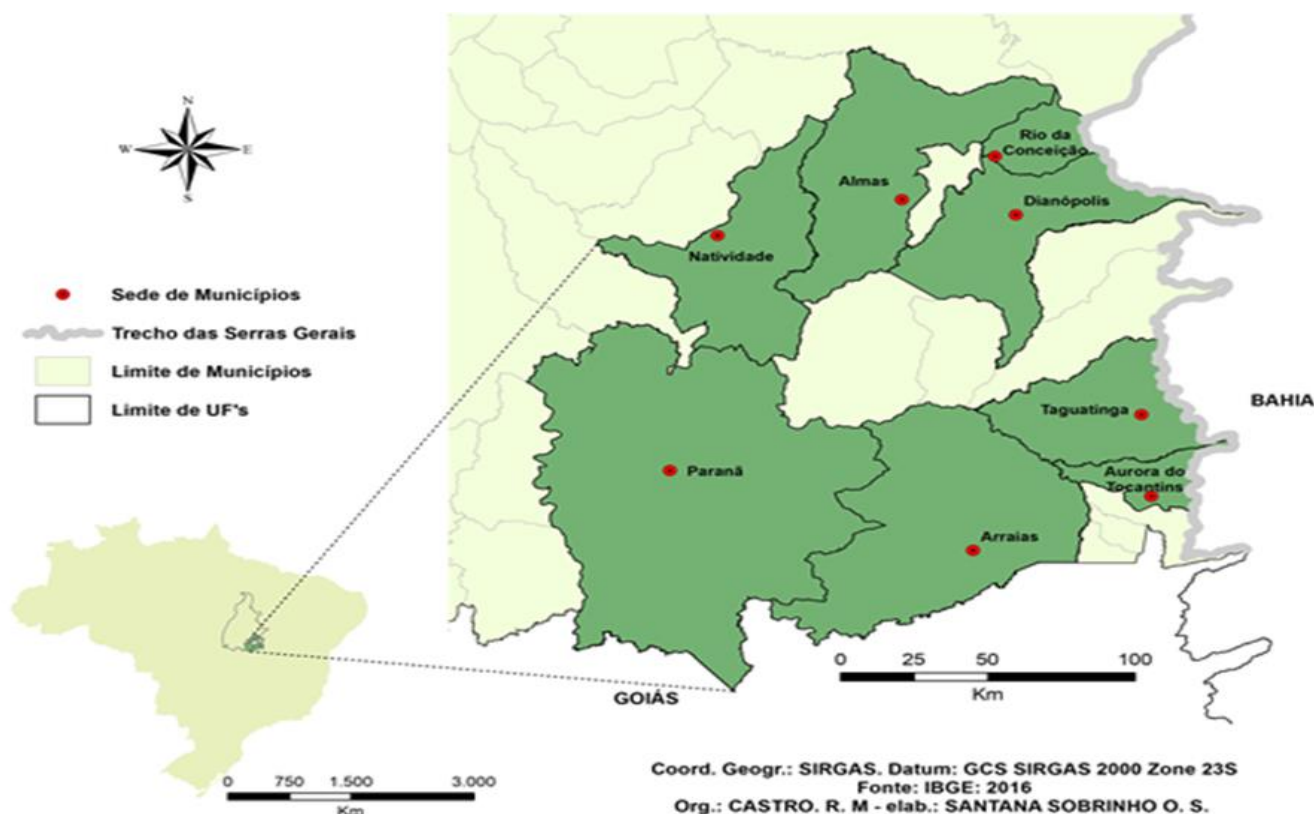
⁴⁷ Segundo o Observatório do Turismo do estado (TOCANTINS, 2021), é composta pelos municípios de Formoso do Araguaia, Gurupi e Peixe.

⁴⁸ Pelas informações do Observatório de Turismo (TOCANTINS, 2021), é composta pelo município de Ananás, Araguatins, Itaguatins, Luzinópolis, Praia Norte, Santa Terezinha e São Sebastião do Tocantins.

definidos para o planejamento e implementação da política pública e seu Plano de Ações. A única justificativa apresentada para escolha é que esses municípios têm um maior potencial para o turismo cultural, bem como atividades nos segmentos de aventura, ecoturismo e turismo de base comunitária devido à presença de comunidades quilombolas.

Conforme Daniela Oliveira (2017), a Consultoria contratada por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Cultura, seguindo a metodologia utilizada nas demais regiões, realizou um levantamento sistemático, procurando evidenciar a realidade local e identificar as potencialidades turísticas em cada um dos oito municípios, de modo a indicar o tipo de investimento, bem como o mercado turístico a ser alcançado. Para isso, elencaram-se cinco componentes estratégicos para guiar essa análise e elaborar o Plano de Ações — análise estratégica do produto turístico, análise estratégica de comercialização, análise estratégica de fortalecimento institucional, análise estratégica de gestão ambiental e análise estratégica de infraestruturas e serviços -, as quais serão apresentadas logo adiante.

Figura 27 – Mapa de localização da região das Serras Gerais.



Fonte: Tocantins (2019a).

5.1 As estratégias utilizadas para formular as ações

Com o objetivo de identificar os entraves, procurando facilitar a análise e a seleção dos municípios quanto às suas capacidades de atratividade turística, bem como sua importância, o PDITS realizou uma análise de hierarquização deles. Essa análise objetiva procurou orientar os investimentos do Prodetur para o desenvolvimento da atividade turística, além disso, segundo a superintendente de projetos da Sectur (2022), “a Agência de Turismo do Estado procurou envolver os municípios através do Programa de Regionalização do Turismo [...] e as ações foram desenvolvidas em parceria com os governos estaduais”. Deste modo, consideraram cinco componentes, visando facilitar a determinação de estratégias e ações:

- a) Componente 1 – Estratégia de Produto Turístico – priorização dos produtos que consolidam, com maior eficiência, a imagem de cada destino, gerando maior rentabilidade a curto, médio e longo prazos;
- b) Componente 2 – Estratégia de Comercialização – ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e a eficácia dos meios de comercialização escolhidos;
- c) Componente 3 – Fortalecimento Institucional – ações orientadas a fortalecer a institucionalidade turística por meio de mecanismos de gestão e coordenação em âmbito federal, estadual, local e municipal;
- d) Componente 4 – Gestão Ambiental – ações de proteção dos recursos naturais e culturais, além de prevenção e minimização dos impactos ambientais e sociais gerados pela atividade turística nos destinos;
- e) Componente 5 – Infraestrutura e serviços básicos – investimentos necessários para gerar acessibilidade ao destino e, dentro dele, satisfazer as necessidades básicas do turista durante sua estada.

É importante salientar que essas estratégias procuram estar alinhadas com a visão⁴⁹, o objetivo⁵⁰ e os pilares⁵¹ elencados no PDITS com a finalidade de desenvolver o turismo na região das Serras Gerais, visando a concretização do Plano de Ação da política pública. As ações estratégicas serviram para definir onde seria mais cabível o investimento, como seria esse investimento e em qual o tipo de turismo deveria ser investido.

5.1.1 Estratégia de produto turístico

A estratégia estava relacionada a ações voltadas a promover o produto turístico, com a utilização dos já existentes ou a criação de novos, contribuindo para haver mais competitividade turística na região. Para isso, foi realizado um estudo de aferição afim de identificar as condições da oferta turística de cada um dos municípios, cujo resultado está evidenciado na figura 28.

Por meio das informações coletadas nessa variável, identificou-se que os atrativos culturais — patrimônio material e imaterial e histórico — foram considerados em níveis maiores no âmbito de atratividade e o turismo de aventura foi considerado como foco de consolidação e qualidade, ou seja, os estudos realizados pelo PDITS (TOCANTINS, 2019a) o consideram como único produto-chave do trabalho em nível de consolidação e otimização atual da sua qualidade na região.

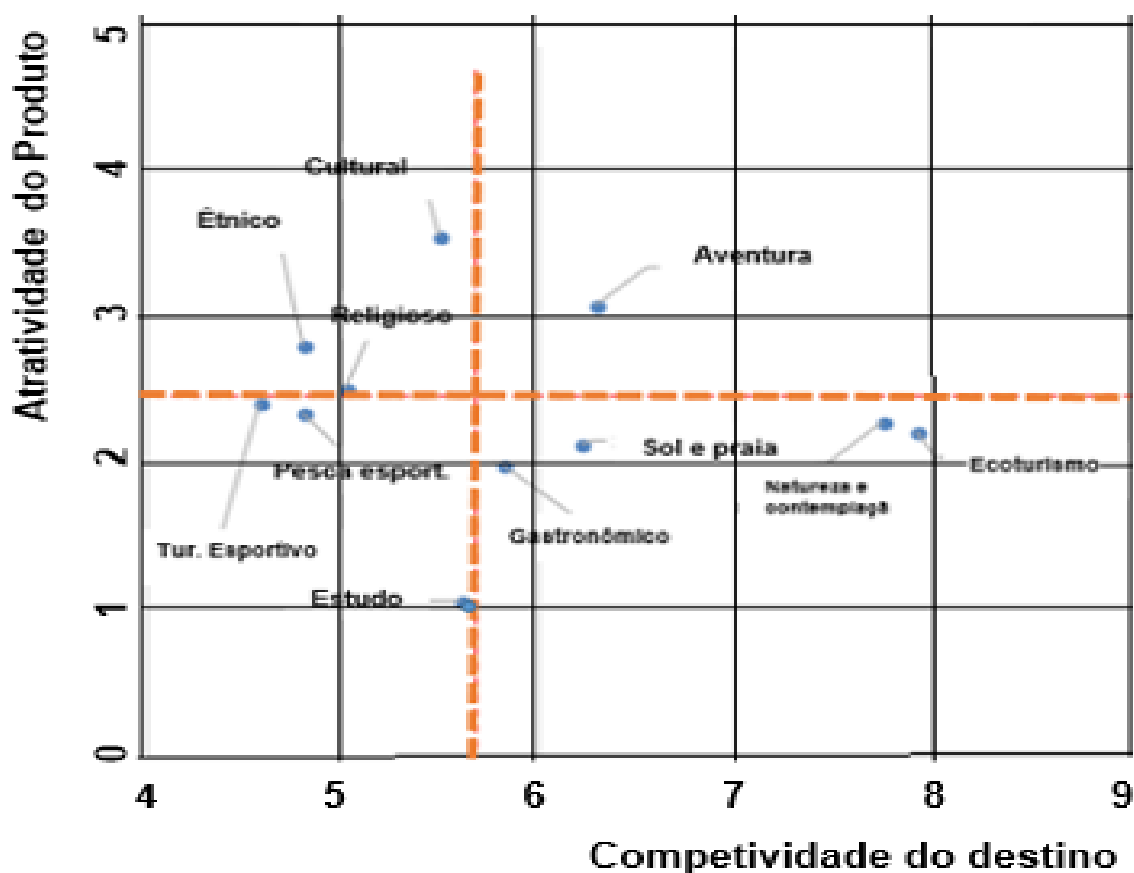
O ecoturismo e o turismo de natureza foram considerados os mais competitivos na região, enquanto os demais ficaram na proposta como desenvolvimento prioritário (turismo cultural, étnico e religioso). No âmbito das oportunidades competitivas ficaram o ecoturismo, a natureza e a contemplação, sol e praia de rio e por último, o turismo gastronômico, pois agrega valor nas demais atividades turísticas da região das Serras Gerais.

⁴⁹ De acordo com o PDITS (TOCANTINS, 2019a), Serras Gerais é um destino de aventura e natureza de serras com patrimônio cultural único onde se pode desfrutar de diversas experiências e emoções, bem como tranquilidade, tradição, arquitetura e eventos culturais durante todo o ano, com família e amigos, é um ambiente seguro e de descanso.

⁵⁰ Conforme está no PDITS (TOCANTINS, 2019a), é orientar o crescimento e o desenvolvimento do turismo sustentável na região das Serras Gerais ao promover ações de menor impacto socioambiental, ampliar o papel do turismo na economia local e promover a melhoria da qualidade dos serviços.

⁵¹ No PDITS (TOCANTINS, 2019a) são elencados: a) sustentabilidade integral do turismo, social, ambiental e econômico; b) desenvolvimento progressivo e priorizado; c) visão conjunta de desenvolvimento e implementação local — colaboração entre destinos do Tocantins e com destinos fora do estado.

Figura 28 – Matriz de priorização de produtos turísticos



Fonte: Tocantins (2019a).

De acordo com o relatório do PDITS (TOCANTINS, 2019a), também foi realizada uma comparação entre os equipamentos e os serviços turísticos ofertados na região e o resultado apontou que quatro (Arraias, Almas, Natividade e Taguatinga), entre os oito, onde a política está sendo implantada, pois embora tenham bom potencial, precisam de melhorias. Nessa comparação, o município de Natividade foi considerado como o de melhor situação na região, porém havia necessidade de inovação de produtos e melhorias nas instalações turísticas.

Nessa mesma linha de análise estratégica, o diagnóstico aponta que os municípios de Aurora do Tocantins, Dianópolis, Paranã e Rio da Conceição necessitam de investimentos intensivos para melhorar seus posicionamentos no mercado turístico, sendo os últimos três, os mais urgentes. No entanto, ainda que Aurora do Tocantins, mesmo estando em uma boa posição de atratividade e potencialidade, o município foi apontado como uma área necessitada de mais

desenvolvimento em infraestrutura, a fim de se firmar como um destino obrigatório na Região.

Nesse contexto de melhorias dos equipamentos turísticos, Castelli (2001), afirma que eles, além de configurar o local como hospitaleiro, também servem para divulgação da cidade ou da região. Ainda nessa mesma linha de importância, Cooper *et al.* (2001) afirmam que os efeitos econômicos da atividade turística se iniciam por esses estabelecimentos fornecedores dos bens de serviços além disso, eles fortalecem à cadeia produtiva do local e das áreas adjacentes, gerando emprego e renda na região.

No âmbito de execução dessas ações do PDITS, de acordo com a superintendente de projetos da Setur (2022), há alguns entraves e “o principal entrave é mudança de gestão do órgão estadual de turismo”, porém, mesmo assim, algumas atividades previstas foram realizadas, tais como: “Cursos de qualificação [figura 29], sinalização turística [figura 30], participação do *trade* local em eventos”. Nesse sentido, percebe-se o envolvimento dos sujeitos da cadeia produtiva, pois, segundo a superintendente, “sem a participação direta das comunidades locais é impossível desenvolver uma política pública capaz de gerar um desenvolvimento sustentável”.

Figura 29 – Curso de atividade de rapel em Arraias



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2018).

Figura 30 – Curso de Gestor de Turismo, em Arraias



Fonte: Gonçalves (2020).

Figura 31 – Sinalização turística na entrada do município de Arraias



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

5.1.2 Estratégia de comercialização

Nessa ação, a intenção é o aumento da visibilidade das Serras Gerais por meio do fortalecimento da imagem e da singularidade existente. A ideia consistia na correta promoção e na criação de produtos a serem comercializados. Portanto, o PDITS considerou quatro vertentes para que as Serras Gerais chegassem aos mercados: posicionamento e mensagens, mercado, segmentos e implementação. Também foi considerada a capacidade de investimentos da iniciativa privada na adequação da oferta turística às necessidades do mercado. No âmbito da primeira vertente (posicionamento e mensagem), foram considerados o posicionamento atual e a percepção atual do mercado. E os estudos apontaram, segundo o PDITS (TOCANTINS, 2019a), a situação exposta na figura 32, a seguir.

Figura 32 – Estratégias de posicionamento de mensagem

Principais elementos de identificação da Região	Rios Azuis, Natureza e proximidade com Parque estadual do Jalapão e Palmas, circuito turístico.
Benefício emocional	Tranquilidade, calma, paz, beleza cênica, diversidade de emoções e aventuras.
Benefício social	Lugar tranquilo na natureza de serras onde se podem realizar atividades de aventura com amigos; destino de cultura colonial, de escravos e de história do Brasil.
Símbolos/ícones	Arquitetura típica de Natividade, pontos turísticos de observação da natureza (miradouros), espaços naturais emblemáticos; quilombolas.

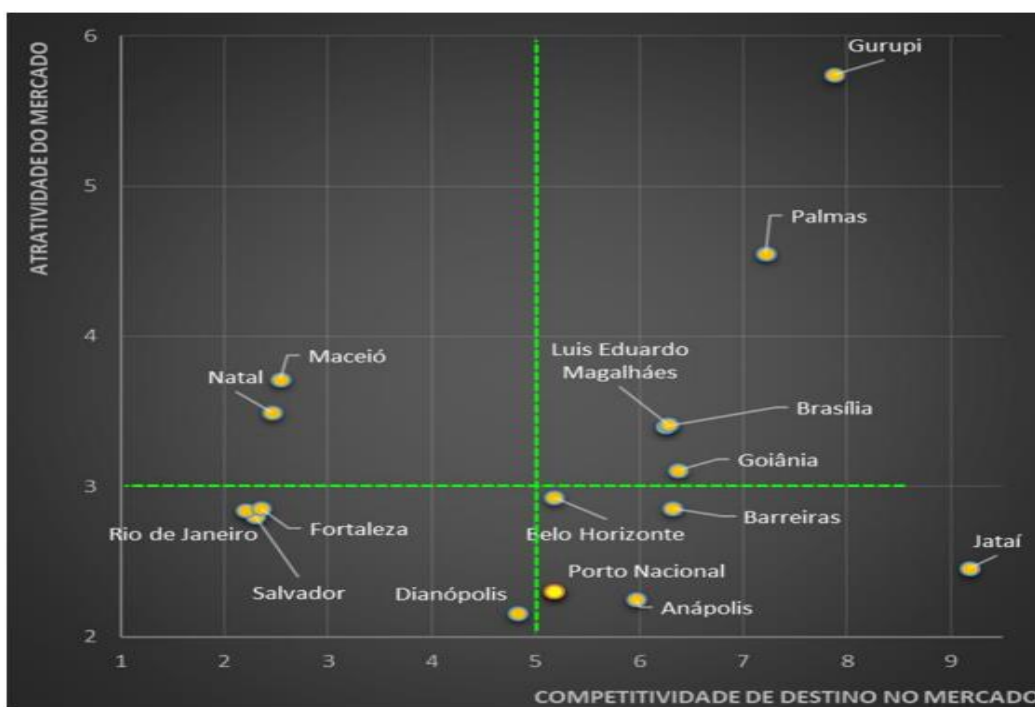
Fonte: elaborada pelo autor a partir de Tocantins (2019a).

O turismo enquanto veículo de interação, fruição dos bens culturais e naturais, conforme Camargo (2002), possibilita a descoberta ou redescoberta de lugares, de modo que o visitante, tendo o aporte de informações prévias, é estimulado a se deslocar para os locais. Portanto, ao analisar os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana” (CASSIRER, 1994, p. 48), essa

estratégia definiu a mensagem emanada pelas Serras Gerais e desta forma passou a elaborar um planejamento a fim de despertar o interesse de segmentos distintos de determinados públicos. Logo, percebe-se que a imagem projetada é importante ferramenta na promoção e na divulgação do destino, ela ajuda a despertar o interesse do turista para ir ao lugar.

Essa estratégia, considerando a localização geográfica das Serras Gerais, identificou as localidades - figura 33, onde a imagem da Região poderá ser mais projetada, as quais foram mencionadas na proposta final do PDITS (TOCANTINS, 2019a), são elas as cidades de Maceió, Natal, Rio de Janeiro e São Paulo como áreas para o posicionamento estratégico. Já, os municípios de Gurupi e Palmas (TO)⁵², as cidades de Brasília (DF),⁵³ Goiânia (GO)⁵⁴ e Luís Eduardo Magalhães (BA),⁵⁵ por serem áreas próximas, foram considerados como áreas de promoção e comercialização prioritárias.

Figura 33 – Posicionamento das Serras Gerais no mercado



Fonte: Tocantins (2019a).

⁵² A partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2023a]), Gurupi e Palmas estão distantes da primeira cidade das Serras Gerais – Natividade, uma média de 200 Km.

⁵³ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2023a]), distante a 431 km do município de Arraias.

⁵⁴ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2023a]), está distante a 630 km do município de Arraias.

⁵⁵ Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2023a]), distante a 132 km de Aurora do Tocantins.

No âmbito da promoção de manutenção, foram identificados os municípios de Dianópolis e Porto Nacional, no Tocantins, bem como os municípios de Anápolis e Jataí, em Goiás, e Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na Bahia. O município de Belo Horizonte (MG), também foi considerado como um mercado, porém mais voltado à promoção de oportunidades promissoras à região, da mesma forma que alguns municípios do Nordeste, como Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

Para Kotler (2000), esse tipo de estratégia possibilita a compreensão do ambiente e no caso da atividade turística é um modo para apontar as melhores alternativas nos cenários diversificados e competitivos. Esse mesmo autor, afirma ainda que, a estratégia de posicionamento marca a mente do consumidor e torna-se o ponto-chave na identificação de pontos fortes e fracos dos mercados concorrentes.

Em relação a comunicação e promoção das Serras Gerais, o levantamento apresentado no PDITS (TOCANTINS, 2019a) aponta os tipos de campanhas promocionais e o percentual de suas abrangências na finalidade de divulgar:

- a) 51% de campanhas de recomendações – focadas em comerciais de fidelidade e recomendação de visitantes e de *marketing on-line*, via *web*, redes sociais, *blogs*, entre outros;
- b) 39% de campanhas de intermediação – feitas por agência de viagens; e
- c) 9% de campanhas especializadas – foco em turismo de pesca esportiva e turismo de aventura, por meio de agências de viagens especializadas.

Esse resultado coincide com os resultados da pesquisa que a MTur (BRASIL, 2014), realizou com turistas estrangeiros e brasileiros, a qual revelou que os meios digitais se consolidaram e tornaram-se principal fonte de informação. O MTur afirma ainda que o Brasil é destaque nas principais redes sociais dos turistas, portanto é justificável o fato de o PDITS apontar esse tipo de instrumento com o maior percentual para recomendações.

Em relação as campanhas de intermediação realizadas por agências de turismo, esses tipos de empresas, embora mudanças no mercado as tenham obrigado a se adaptar às novas características, para Petrocchi e Bona (2003), elas continuam a desempenhar a função de assessoria ao turista. As agências são facilitadoras e intermediadoras dos serviços entre as empresas e o consumidor final, pois elas têm um papel relevante na atividade turística, ou seja, continuam sendo uma alternativa,

mesmo havendo atualmente possibilidades maiores para comprar seus pacotes de viagens e passagens diretamente pela internet.

5.1.3 Estratégia de fortalecimento institucional

No âmbito dessa estratégia, o PDITS tinha como foco principal, a geração das estruturas básicas institucionais a fim de garantir minimamente as condições possíveis de profissionalização dos recursos humanos e das instituições na gestão, de modo a ter uma oferta melhorada no sentido de atrair turistas de outros locais. Para chegar a esses resultados, foram elencados dois grandes focos: fortalecimento do quadro normativo institucional para a oferta turística da região e fortalecimento das capacidades de gestão turística do destino.

Em relação ao primeiro foco, a meta em curto prazo de tempo era criar normas obrigatórias voltadas para que as experiências turísticas fossem positivas em toda a cadeia produtiva da atividade. Na ótica de Boullón (2002), a criação e a implementação desses elementos são essenciais esforços e união de todos os organismos especializados, tanto públicos como da iniciativa privada, encarregados de otimizar e modificar, quando necessário, o funcionamento de cada uma das partes integrantes do sistema.

Nesse contexto, segundo esse mesmo autor, o poder público, dentro de suas responsabilidades por esfera (federal, estadual e municipal) deve atuar no planejamento de ações e na condução de políticas públicas para que a atividade turística tenha seu desenvolvimento de forma ordenada. No que tange a participação dos órgãos privados, suas participações podem ocorrer por meio de organizações ou individualmente, de maneira que todos possam defender os interesses comuns do território. No caso das Serras Gerais pode se citar a Associação de Desenvolvimento do Turismo Sustentável e Produção Associada das Serras Gerais do Tocantins (Assegtur),⁵⁶ que se tornou um espaço para os integrantes da cadeia produtiva dos municípios da Região discutirem e apresentar ao poder público suas propostas.

⁵⁶ De acordo com a pesquisa de campo (2022), constatou-se que essa associação é composta por representantes da cadeia produtiva dos municípios das Serras Gerais, é a representação oficial da região para a gestão do turismo e para os diálogos com a gestão pública do Estado.

5.1.4 Estratégia de gestão ambiental

A proposta contida nessa estratégia é a manutenção de boas condições socioambientais dos atrativos. Assim, pensaram em organizar os locais de modo a assegurar o uso do território “fomentando a sustentabilidade, através de preservação de recursos naturais e culturais, acautelando potenciais impactos do turismo nos mesmos” (TOCANTINS, 2019a, p. 20), elencando o tipo de plano, o tempo a ser executado e forma como será realizada conforme o quadro 4.

Quadro 4 – Planos de gestão ambiental dos espaços turísticos do destino

Plano	Tempo	Ações
Foco em planificar a gestão socioambiental das zonas turísticas principais	Curto prazo	Definir os espaços destinados ao turismo, a relação com a fauna e a flora. Definir a importância de declarar zonas de uso turístico que considerem e incluam elementos de tipo social e ambiental.
Foco na gestão socioambiental dos núcleos turísticos principais do destino	Médio e longo prazo	Trabalhar no sentido de assegurar a gestão socioambiental dos locais com maior intensidade turística

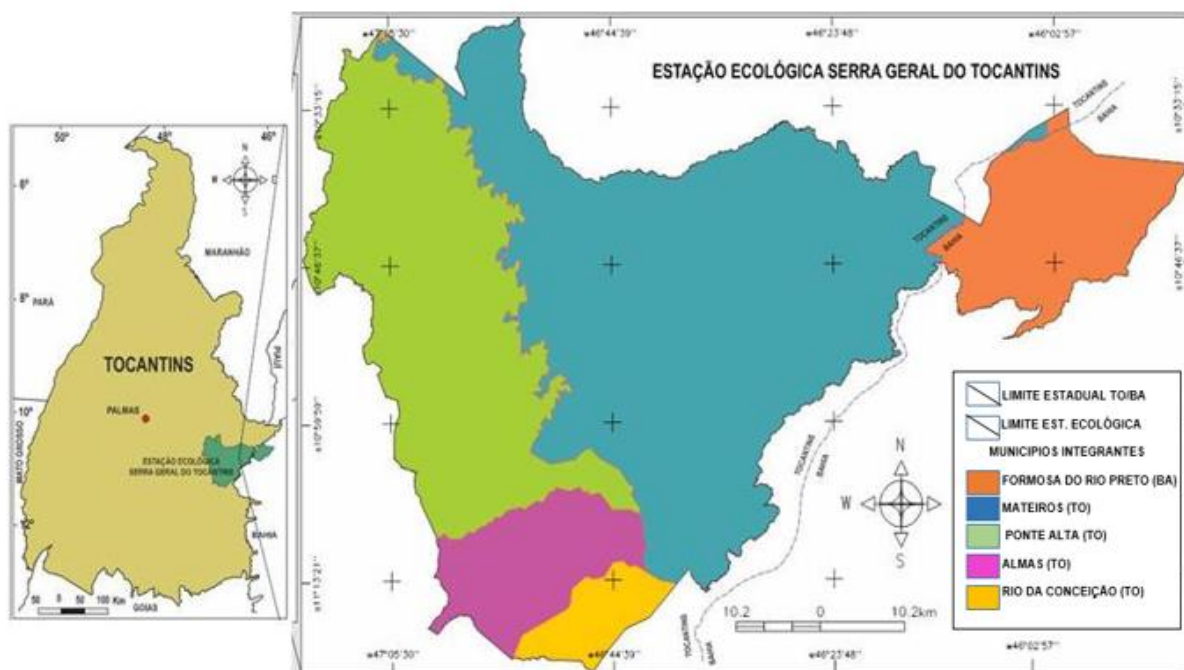
Fonte: Tocantins (2019a).

Considerando o contexto do território das Serras Gerais, essa ação é de extrema relevância, pois o uso turístico nos municípios onde as ações do PDITS estão sendo trabalhadas, suas características ambientais são uma constante e uma política pública, cuja sustentabilidade é o foco principal do desenvolvimento local, não poderia deixar margem tal questão, pois nesse contexto, Ruschmann (2001) afirma que o uso turístico dos espaços naturais pode provocar efeitos contrários quando há a utilização indevida. Para essa autora, as atividades antrópicas causam a degradação dos espaços naturais, muitas vezes irreversíveis e no caso das Serras Gerais, um plano de gestão ambiental é imprescindível, pois fazendo parte do mosaico⁵⁷ de UCs está a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins (EESGT) (figura 34).

⁵⁷ De acordo com Rego *et al.* (2011), esse mosaico é composto pelo: Parque Estadual do Jalapão (PEJ), das Áreas de Proteção Ambiental da Serra de Tabatinga e da Chapada das Mangabeiras (APATM) e do Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba.

De acordo com Rego *et al.* (2011), ela foi criada por meio do Decreto de 27 de setembro de 2001 (anexo E) e dos municípios onde o PDITS está sendo trabalho, dois deles — Almas e Rio da Conceição — estão dentro da sua área de abrangência. Desta feita, é imperativo que os responsáveis pela gestão da política pública (agentes públicos, iniciativa privada e sociedade civil) providenciem instrumentos legais, plano de manejo e conselhos gestores, de modo que o uso turístico aconteça de forma adequada e proporcione o desenvolvimento do local dentro de um parâmetro socioambiental viável e como as avaliações dessa política devem “ser feitas pelas instâncias de governança”,⁵⁸ esse possa prover ações exequíveis para mitigar os possíveis impactos da atividade turística.

Figura 34 – Mapa de localização da EESGT



Fonte: Costa Farias, Pereira e Cristo (2018).

5.1.5 Estratégia de Infraestruturas e Serviços

Nessa etapa, consistiam as intervenções “em áreas cirúrgicas e estruturantes que servem de base ao desenvolvimento turístico e a satisfação das necessidades do turista, tendo em vista o uso sustentável dos atrativos” (TOCANTINS, 2019a, p. 20). Assim, o documento apontou a necessidade de melhorias nas vias de acesso aos

⁵⁸ Superintendente de projetos da Sector (2022), relacionado à questão 5 do apêndice A.

atrativos turísticos. Também foi apontada a necessidade de assegurar os serviços relacionados à gestão dos núcleos turísticos sustentáveis, pois naquela ocasião, o investimento voltado aos equipamentos turísticos, as vias de acesso e os atrativos eram poucos ou quase nenhum. Diante destas constatações, nessa estratégia consolidaram-se as ações de acessibilidade e conectividade dos núcleos turísticos, de modo que suas estradas de acesso aos atrativos e sinalização turística fossem adequadas e suficientes. Outra ação que consta no PDITS é a consolidação de comunicação via internet, visto que

essa é fundamental para a estratégia de comercialização e campanhas de recomendação online, além das necessidades de gestão de reservas, informação de oferta, promoção de experiências dos visitantes em tempo real, etc. é necessário contar com a melhor conectividade sem fios e sinal de internet possíveis. (TOCANTINS, 2019a, p. 18).

O fornecimento de serviços de experiência atual, cuja função naquela ocasião, eram os serviços prestados nos espaços turísticos, também foram elencados no âmbito das estratégias de infraestrutura, pois eles são um meio de “assegurar que a experiência do visitante nos destinos e atrativos seja ótima” (TOCANTINS, 2019, p. 19). Ainda de acordo com o PDITS, em escala de curto prazo, também estavam relacionadas as intervenções consideradas como prioritárias aos destinos turísticos das Serras Gerais.

Na opinião das secretárias municipais de Turismo de Arraias e de Aurora do Tocantins, coletadas durante a pesquisa de campo, em 2022, as ações realizadas até aquele momento foram consideradas positivas.⁵⁹ Em Aurora do Tocantins, foi apontado pela gestora municipal de turismo, como “uma de muitas ações”, a criação da categoria de hospedagem “cama e café”.⁶⁰

Já a secretária de Arraias, viu como positivo o envolvimento das pessoas e do Comtur para contribuírem com a atividade. No entanto, elas apontaram que até o momento, não há instrumentos avaliadores⁶¹ dos resultados dessas e demais ações, e conforme a secretária de Arraias, “ainda estão conversando com a cadeia produtiva e organizando as ações”. Assim, é relevante evidenciar a opinião de Therivel e

⁵⁹ Relacionado à questão 5 do apêndice B.

⁶⁰ De acordo com MTur (BRASIL, 2007b), trata-se do sistema chamado B&B, ou *bed and breakfast* (cama e café, traduzindo livremente), o qual consiste, sobretudo, no aluguel de uma parte da residência ou até mesmo a propriedade inteira pelo anfitrião, o proprietário do local.

⁶¹ Relacionado à questão 6 do apêndice B.

Partidário (1996), os quais afirmam que avaliação é uma ferramenta fundamental, pois ela realça o papel da política pública e dos planos governamentais como indutoras de formas de desenvolvimento, ou seja, é imperativo que os municípios das Serras Gerais providenciem instrumentos para mensurar e avaliar as ações e seus resultados.

Acredita-se que a ausência dessas ações de avaliações se deve ao fato de os municípios ainda estarem realizando suas audiências públicas para elaborar os seus planos municipais. É o caso de Arraias (figura 35), que, após a Sectur ter finalizado a inventariação turística e cultural do município, os representantes da gestão pública municipal e estadual, juntamente com o parceiro local — o curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT) — e a cadeia produtiva do turismo, realizaram, em março de 2022, na câmara do município, uma audiência pública para elaboração do Plano Municipal de Turismo. Isso evidenciou que não há ainda programa ou projeto⁶² dando suporte às ações do PDITS nos municípios, pois eles estão nos campos das possibilidades, elaborando seus planos.

Figura 35 – Audiência pública sobre turismo em Arraias – 22/3/2022



Fonte: Kamila Gonçalves, (2022).

⁶² Relacionado à questão 7 do apêndice B.

No campo de parcerias,⁶³ conforme mencionado pela superintendente de projetos da Sectur (2022), o PDITS “não tem muitas parcerias, mas é uma recomendação de extrema importância e apenas o Sebrae desenvolve ações, porém não de forma articulada”. De acordo com a secretária de Turismo de Arraias (2022), o município tem atualmente uma “parceria do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da Universidade Federal do Tocantins”, enquanto Aurora tem realizado “ações conjunta com o Município de Lavandeira⁶⁴”.

A respeito das opiniões sobre as ações PDITS para os municípios,⁶⁵ ambas as secretárias municipais, as consideram importantes. Elas acreditam em sua relevante contribuição ao desenvolvimento local, associado às atividades já existentes “e talvez o resultado possa vir daqui a três anos, quatro anos, ou talvez na próxima gestão [...] e não seja tão imediatista⁶⁶”. Essa fala da gestora municipal vai ao encontro do pensamento de Potyara Pereira (2011), pois para essa autora, os resultados imediatos são medidas paliativas e quando se trata de uma política pública, ela precisa visar as mudanças futuras, porém reais, com o intuito de contribuir com a qualidade de vida, causando efeitos em diversas camadas da população.

No contexto dessas ações e estratégias desenvolvida para que o PDITS pudesse ser implementado, na opinião da superintendente de projetos da Sectur (2022), entre as principais ligadas diretamente ao desenvolvimento dessa região, está “A estratégia de planejar o turismo de forma regional e a eleição de prioridades” e de fato, é possível perceber evidências dos aspectos regionais nesse Plano. Amato Neto (2000), acredita que esses elementos, são as maiores contribuições para mitigar a problemática das desigualdades, bem como melhores instrumentos de políticas de correção. Por meio das afirmações das gestoras entrevistadas, foi possível observar, ainda, que os municípios estão procurando envolver os residentes do local e de acordo com Zapata (2007), na linha de ação do desenvolvimento do território, esses sujeitos, a partir de seus ativos e potencialidades, são fundamentais no processo de construção de projetos, proporcionando uma maior igualdade de oportunidades aos seus cidadãos.

⁶³ Relacionado à questão 4 do apêndice A.

⁶⁴ Secretária de Turismo de Aurora do Tocantins.

⁶⁵ Relacionado à questão 8 do apêndice B.

⁶⁶ Secretária de Turismo de Aurora do Tocantins

Os resultados apresentados por meio das estratégias proporcionaram a elaboração do Plano de Ações (quadro 5) para o propósito do desenvolvimento da região das Serras Gerais. Ressalte-se que o plano procurou atender as necessidades elencadas em cada área temática — produto turístico, comercialização, infraestrutura, fortalecimento institucional e gestão ambiental —, cujo propósito norteador é desenvolver, de forma homogênea, as respectivas áreas.

Quadro 5 – Ações elaboradas pelo PDITS para a região das Serras Gerais

Eixo 1: Produto Turístico		
Área temática	Nº	Ação
Organização de informação de base	1.1	Elaboração de modelo detalhado de inventário turístico municipal nas Serras Gerais.
	1.2	Definição e desenvolvimento de zonas de interesse turístico sustentável (Zoits) nas Serras Gerais.
Produtos e roteiros segundo a estratégia	1.3	Estruturação de roteiro turístico integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão).
	1.4	Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos prioritários: Natividade, Almas, Taguatinga, Arraias e Aurora.
	1.5	Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos em desenvolvimento: Paranã, Rio da Conceição e Dianópolis.
	1.6	Elaboração de produtos turísticos complementares.
	1.7	Incentivo à criação de hospedagens de excelência.
	1.8	Elaboração de agendas culturais regionais.
	1.9	Promoção de eventos de negócios.
	1.10	Incentivo ao turismo educacional e de experiência.
	1.11	Estruturação do segmento turístico de base comunitária (quilombola).
Desenvolvimento do destino turístico	1.12	Desenvolvimento integral e gestão de núcleos de turismo sustentável (Nuts) nas Serras Gerais.
	1.13	Promoção da otimização e da sustentabilidade dos produtos turísticos.
Eixo 2: Comercialização		

Estratégia de <i>Marketing</i>	2.1	Desenvolvimento e implementação do Plano de <i>Marketing</i> Estratégico para as Serras Gerais.
Promoção do destino turístico	2.2	Elaboração de um Plano de Promoção Operativa Anual (POA).
	2.3	Definição de ações de Marketing e promoção conjunta com o Jalapão, Peixe e Palmas.
	2.4	Implementação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT).
Monitoramento da informação e <i>marketing</i>	2.5	Criação de um Sistema de Informação e <i>Marketing</i> (SIM) nas Serras Gerais.
Eixo 3: Infraestrutura		
Acessibilidade, conectividade e comunicação	3.1	Implementação de sinalização indicativa e turística para os municípios das Serras Gerais.
	3.2	Consolidação dos acessos nos atrativos turísticos chave para as Serras Gerais.
	3.3	Renovação das rodovias que integram o roteiro turístico integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão).
	3.4	Consolidação de comunicação sem fio (internet).
Gestão e proteção ambiental	3.5	Programa de sensibilização para a limpeza das praias das Serras Gerais.
Eixo 4: Fortalecimento Institucional		
Capacitação e apoio a empresas, ao empreendedorismo e ao associativismo	4.1	Criação de quadro normativo do turismo para as Serras Gerais.
	4.2	Elaboração de capacitação transversal do trade turístico.
	4.3	Apoio ao desenvolvimento do associativismo.
	4.4	Criação de medidas de apoio à microempresa e ao microempreendedor individual (MEI).
	4.5	Capacitação da Associação dos Moradores do Rio Azuis e da Associação de Cavalhadas de Taguatinga.
Fiscalização e certificação turística	4.6	Elaboração de certificação turística sustentável.
	4.7	Capacitação de gestores públicos.
Modelos de gestão dos destinos turísticos	4.8	Implementação de Conselhos Municipais de Turismo na totalidade dos municípios das Serras Gerais.
	4.9	Criação de Organização de Gestão do Turismo.
Eixo 5: Gestão Ambiental		

Manejo turístico socioambiental sustentável	5.1	Plano de manejo turístico geral (Serras Gerais) e para os atrativos turísticos.
	5.2	Elaboração de capacitação para gestão dos fluxos turísticos no Rio Azuis (Aurora do Tocantins).
Monitoramento ambiental e comunitário	5.3	Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação local face à atividade turística.
	5.4	Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação da comunidade quilombola em face da atividade turística.

Fonte: Tocantins (2019a).

5.2 Ações nos componentes

Uma vez definidas essas ações em cada componente, foram selecionados e elencados os procedimentos considerados importantes para concretizar o que o PDITS tem como objetivo, os quais foram sintetizadas e serão apresentados a seguir.

5.2.1 Componente 1 – Produto turístico

a) **Elaboração de modelo detalhado de inventário turístico municipal nas Serras Gerais** – Conforme o PDITS (TOCANTINS, 2019a), este permitirá aos municípios realizarem, de maneira detalhada, uma avaliação de sua realidade e assim, possibilitar o fortalecimento de subsetores. O inventário também possibilitará definir futuras ações ou, outras políticas públicas, como é a situação em Arraias que, após a finalização do inventário, no ano de 2022, iniciou a elaboração de seu plano municipal de turismo para a definição de uma política pública municipal.

b) **A definição e o desenvolvimento de zonas de interesse turístico sustentável** – O PDITS estabelece uma escala temporal de curto prazo para definir essas zonas e nelas deverão estar incluídos os espaços turísticos adjacentes e seus atrativos. As zonas de interesse turístico sustentável (Zoits) em desenvolvimento no período de consolidação da estrutura do documento, abrangiam o município de Paranã, Rio da Conceição e Dianópolis. A proposta, no PDITS, para essas zonas é constituir padrões mínimos de infraestrutura e qualidade, possibilitando a chegada via terrestre aos atrativos.

No que tange aos dois municípios, Aurora do Tocantins e Arraias, recorte espacial deste estudo, o PDITS as incluiu na Zoits Sul, configurados como áreas de desenvolvimento prioritários. Desse modo, o planejamento de investimento e

desenvolvimento interno será feito a partir do planejamento de seus núcleos de turismo sustentável (Nuts) e, assim sendo, o foco de desenvolvimento na Zoits Sul deverá considerar os seguintes elementos dos dois municípios:

- Centros históricos das cidades
 - Cachoeira dos Macacos
 - Chapada dos Negros
 - Gruta da Lapa
 - Museu Histórico
 - Centro Cultural de Arraias e seus arredores
 - Balneário Douradas
 - Duna da Cidade dos Totens
 - Duna de Areia Branca
 - Rio Azuis
-

c) **Estruturação de Roteiro Turístico Integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão)** – Consistia em estruturar um roteiro turístico global, integrando os circuitos já existentes nesses quatro espaços geográficos. Percebe-se aqui uma maneira de fazer com que os turistas possam aumentar sua permanência e também proporcionar um aumento de movimentação financeira nos locais.

d) **Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos prioritários: Natividade, Almas, Taguatinga, Arraias, Aurora do Tocantins** – A proposta é gerar aumento na qualidade e inovação das experiências, assim como novos produtos turísticos no âmbito dos segmentos definidos como prioritários.

e) **Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos em desenvolvimento: Paranã, Rio da Conceição e Dianópolis** – Nessa ação, o objetivo consiste no direcionamento de investimentos na fase inicial para melhoria das características básicas de qualidade e infraestrutura. Após esse momento, acredita-se no desenvolvimento de outros produtos turísticos, tais como: aventura, turismo cultural, religioso e turismo étnico.

f) **Elaboração de produtos turísticos complementares** – Esse é previsto após os investimentos nos produtos turísticos consolidados e prioritários, em que os municípios de Aurora do Tocantins e Arraias estão inseridos. A proposta para complementar os produtos turísticos elenca os segmentos: gastronômico, natureza, sol e praia e ecoturismo.

g) **Incentivo à criação de hospedagens de excelência** – A ação consiste na melhoria da qualidade dos equipamentos de hospedagem (novos ou já existentes), possibilitando uma maior competitividade com padrão de excelência. Acredita-se que isso agregará valor à cadeia turística e por consequência, resultará na geração de empregos. Além disso, a ação irá desenvolver estratégias para maior oferta de incentivos, criação de hospedagem na região e expansão do diálogo entre setores públicos e privados.

h) **Elaboração de calendários culturais regionais** – Tem como responsabilidade estruturar os calendários culturais. Nesse caso, será elaborada uma agenda das atividades tradicionais, religiosas e comunitárias, englobando os segmentos turísticos. Percebe-se uma atenção à cultura da Serras Gerais e uma forma de mitigar a sazonalidade.

i) **Promoção de eventos de negócios** – Tem como finalidade complementar a oferta turística atual e procurar aumentar o tempo médio de permanência dos turistas.

j) **Incentivo ao turismo educacional e de experiência** – Considerando a história da região, essa ação tem como finalidade a oferta de pacotes às escolas e às universidades e dessa forma, acredita-se que será possível a diversificação dos segmentos. Na cidade de Natividade já é realizado pontualmente, o turismo de experiências e pode-se mencionar também o Roteiro Geoturístico, executado por meio de um programa de extensão da UFT, como uma atividade a ser agregada nessa dinâmica.

k) **Estruturação do segmento turístico de base comunitária (quilombola) na comunidade Quilombola de Campo Alegre e no povoado da Lagoa da Pedra** – É voltado para inclusão das comunidades consideradas menos favorecidas. Desse

modo, elas poderão ser beneficiadas a partir de suas competências. O PDITS elencou a Comunidade Quilombola de Campo Alegre (Paraná) e o povoado da Lagoa da Pedra (Arraias). Por meio da observação *in loco* constatou-se que na comunidade Lagoa da Pedra houve um plano piloto para implantar o turismo no local, porém a comunidade não aderiu à proposta.

l) **Desenvolvimento e gestão integral de Nuts nas Serras Gerais** – Conforme o PDITS, por meio da identificação das Zoits, serão definidos os núcleos, os quais servirão como centros de distribuição e estadias aos turistas, assim como acesso aos atrativos de visita principal. O PDITS (TOCANTINS, 2019a) atribui aos Nuts agregar informações com a finalidade do planejamento de melhorias em termos de acesso sobre o uso desses espaços, definição do modelo de gestão e definição de quais serviços serão disponibilizados neles.

Considera-se que, a partir de uma perspectiva técnica, esses Nuts, como arcabouço do PDITS, funcionarão como uma estratégia, assim a gestão pública do estado deverá fixar normas e regulamentações de operação nesses espaços. Para Francisco Oliveira (2001), é um sistema que orienta as decisões a serem tomadas pela gestão pública, sendo os Nuts uma opção inteligente, econômica e viável, otimizando o uso dos recursos e isso poderá ter o aporte do Observatório de Turismo, pois, como mencionado pela superintendente, atualmente a Sectur coordena esse observatório e por meio dele, tem feito as pesquisas de perfil, fluxo e opinião.

m) **Promoção da otimização e da sustentabilidade dos produtos turísticos** – Considerando a possibilidade de que, em médio e longo prazos, os serviços e atrativos estejam em condições satisfatórias, essa ação irá promover a otimização desses produtos, bem como sua sustentabilidade. Neste âmbito, prevê-se investimentos em capacitações de pessoal especializado, desenvolvimento de operações de turismo sustentável, visando atender aos padrões internacionais de sustentabilidade.

5.2.2 Componente 2 – Comercialização

a) **Desenvolvimento do Plano de *Marketing* Estratégico para as Serras Gerais** – Nessa ação, foram previstas três campanhas abordando as seguintes temáticas:

- Recomendação – Com foco em programas de fidelização no destino, trabalhando essencialmente o mercado por meios *on-line*.
- Intermediação – Para reforçar o papel dos agentes de comercialização de reservas tanto *on-line* como *off-line*.
- Especialização – Pretendem chegar a segmentos de mercado específicos, utilizando para tal, canais próprios.

No PDITS (TOCANTINS, 2019a), há ainda a previsão para se pensar em futuras estratégias e questões relativas ao posicionamento de mercado das Serras Gerais, tanto os atuais, quanto os potenciais. Há uma previsão para fomentar ações aos mercados prioritários e secundários por meio das ações de *marketing* (níveis municipal, regional e estadual), em que as imagens da região serão divulgadas nos meios de comunicação mais adequados para atingir os objetivos propostos e fortalecer a identidade turística regional.

b) **Elaboração de um Plano de Promoção Operativa Anual (POA)** – Por meio desse plano serão executadas as estratégias de *marketing* definidas no Plano de *Marketing* Estratégico para as Serras Gerais. Conforme o documento, a participação em feiras, criação de material promocional, promoção na internet (*blogs*, influenciadores) foram previstos. Nesse contexto a região, por meio de sua cadeia produtiva, esteve presente em alguns eventos, tais como a Abav Expo (Associação Brasileira das Agências de Viagens), em São Paulo, e outros em nível estadual.

c) **Definição de ações de *marketing* e promoção conjunta com o Jalapão, Peixe e Palmas** – Consiste na estruturação de Roteiro Turístico Integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão), por meio de indicação dos elementos necessários para que o roteiro ganhe visibilidade. A proposta, além de divulgar essas regiões, é o fortalecimento da política de turismo no estado.

d) **Implementação de Centros de Atendimento ao Turista (CAT)** – O PDITS (TOCANTINS, 2019a) propôs esses centros aos municípios identificados como prioritários: Natividade, Almas, Arraias e Aurora do Tocantins. No caso de Taguatinga, já existe um CAT e nos demais municípios (Paraná, Rio da Conceição e Dianópolis), a proposta é que o serviço seja executado por entidades privadas, tais como hotéis, restaurantes, lojas.

Para Castelli (2001), os CATs, enquanto ferramenta de hospitalidade local, têm a função de orientar e divulgar os atrativos turísticos e devem ser dotados de recursos humanos e materiais para cumprir sua função como elemento de informações especializadas.

e) **Criação e implementação de um Sistema de Informação e *Marketing* (SIM) nas Serras Gerais** – Consiste na criação de um sistema que faça a aquisição de informação turística útil e em tempo real. As informações levantadas servirão para alimentar os dados estatísticos do setor turístico, possibilitando a tomada de decisão de *marketing*.

5.2.3 Componente 3 – Infraestrutura

a) **Implementação de sinalização indicativa e turística para os municípios das Serras Gerais** – Considerando a realidade da região, tem a finalidade de prover melhoria da sinalização (indicativa e turística) que, atualmente, é precária na Serras Gerais. No entanto, é um elemento relevante, que além de orientar os visitantes a chegarem aos municípios e seus atrativos, também tem característica padronizada conforme determinam os órgãos responsáveis.

b) **Consolidação dos acessos nos atrativos turísticos-chave para as Serras Gerais** – Como mencionado, atualmente as vias de acesso e a sinalização turística nas Serras Gerais são precárias, situação essa que dificulta o acesso dos turistas. Portanto, essa ação tem como proposta a recuperação, em curto prazo, dos acessos aos atrativos, cuja consolidação e desenvolvimento são preferenciais, como aventura, cultural, étnico, religioso, iniciando-se pelos municípios definidos como prioritários na estratégia do PDITS, posteriormente para os demais. Outra maneira de melhorias dessas vias de acesso poderá ser por meio de financiamentos provenientes da pasta responsável pelo turismo. Nessa situação, acredita-se na necessidade de transversalidade de ações, envolvendo outros tipos de políticas públicas, tais como ambientais e culturais.

c) **Recuperação das rodovias que integram o Roteiro Turístico Integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão)** – Considerando que a maioria dos acessos dos

visitantes aos municípios e seus atrativos da região das Serras Gerais é realizado principalmente por via rodoviária, a partir da capital estadual Palmas, a ação objetiva a melhoria das rodovias que fazem parte do roteiro turístico integrado das Serras Gerais com Peixe, Palmas e Jalapão. Desse modo, a ação proposta visa à realização de obras de pavimentação e recuperação das rodovias da região das Serras Gerais, bem como das demais pertencentes a outras regiões do estado do Tocantins.

d) **Consolidação de comunicação sem fio (internet)** – O diagnóstico realizado pelo PDITS apontou a necessidade de melhoria das infraestruturas de comunicação na região das Serras Gerais. Considerando que essa ferramenta de comunicação consegue atingir diversos públicos, serão desenvolvidas ações de comercialização e campanhas de recomendação *on-line*, passando pelas necessidades de gestão de reservas, informação de oferta, promoção de experiências dos visitantes em tempo real.

e) **Programa de sensibilização para a limpeza das praias das Serras Gerais** – Nesse contexto, será lançado um programa com o objetivo de sensibilizar a população local e os turistas quanto a limpeza, preservação, manutenção, coleta de lixo, retirada de entulhos, bem como rastreamento e gestão de resíduos nas praias da região das Serras Gerais. O programa ainda contará com uma vertente educacional, com vistas a conscientizar a população e os turistas sobre a importância da preservação das praias enquanto recursos naturais e atrativos a serem utilizados e sobre os danos causados pelo lixo lançado em praias e rios.

5.2.4 Componente 4 – Fortalecimento institucional

a) **Criação de quadro normativo do turismo para as Serras Gerais** – Por acreditar na melhoria da qualidade da experiência turística atual, será estabelecido um quadro normativo visando a duas dimensões: incremento de nível da oferta nas diversas etapas da cadeia de valor do turismo; e estruturação de normas para a concessão dos principais atrativos a atores públicos e privados que garantam altos níveis de qualidade na prestação de serviços nos núcleos turísticos em volta dos atrativos, tanto culturais quanto naturais.

b) **Elaboração de capacitação transversal do *trade* turístico** – A capacitação pretende incrementar a vivência turística de quem visita a região. Serão realizadas capacitação para os diversos subsetores que compõem a cadeia produtiva de turismo, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias, a fim de melhorar a qualidade do serviço oferecido, com temáticas sobre formação de preços, *marketing* (logos), promoção, hospitalidade e plataformas digitais.

c) **Apoio ao desenvolvimento do associativismo** – Visa fortalecer o associativismo entre os agentes turísticos por meios de seus interesses comuns, proporcionando a eles a cessão de instalações públicas para a execução das atividades das associações, por incentivos fiscais para a realização de sessões de esclarecimento.

Conforme consta no PDITS (TOCANTINS, 2019a), o projeto visa promover um contato mais próximo e constante entre todos os agentes que atuam no setor turístico. Por outro lado, a implementação do associativismo, segundo o PDITS, irá aumentar o conhecimento existente acerca das problemáticas e das formas de funcionamento de todos os subsetores. Desse modo, o presente projeto preconiza a atração de entidades e organismos tais como: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) e Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa).

d) **Criação de medidas de apoio à microempresa e ao microempreendedor individual** – Na atividade turística, o empreendedorismo é considerado fundamental para o desenvolvimento do setor. Nesse âmbito, o PDITS irá fomentar essa cultura de iniciativa às diversas áreas. Tem previsão em adotar medidas para dar suporte às novas empresas e às que se encontram em atividade atualmente, tais como: aplicação de benefícios fiscais, com redução dos impostos a pagar, em particular, nos primeiros anos de funcionamento da empresa; e programas de capacitação.

No âmbito dessas ações, conforme evidenciado, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) passou a ser o parceiro da gestão pública. De acordo com os entrevistados durante a pesquisa de campo em 2022, foi constatado que o órgão realizou ações de capacitação, criando agências e operadoras, orientando na elaboração de produtos turísticos, entre outras atividades. As atividades se iniciaram em Almas, Natividade, Dianópolis e Rio da Conceição; no

ano de 2019, estiveram em Arraias e, depois, chegaram a Paranã, Aurora do Tocantins e Taguatinga.

e) **Capacitação da Associação dos Moradores do Rio Azuis e Associação de Cavalhadas de Taguatinga** – A proposta é a capacitação dos agentes envolvidos nos diversos subsetores que compõem a cadeia produtiva do turismo, os programas de capacitação deverão ser estendidos à população local, com ênfase nas associações já estabelecidas e uma delas é a Associação dos Moradores do Rio Azuis, no município de Aurora do Tocantins. As ações focam o fortalecimento do associativismo, bem como a valorização do patrimônio cultural e natural da região.

f) **Elaboração de certificação turística sustentável** – A proposta é criar um selo sustentável de forma a garantir a qualidade e a sustentabilidade da cadeia produtiva do turismo. Nessa ação, todas as instituições que comprovarem o cumprimento dos requisitos para o desenvolvimento de atividades turísticas, estando em conformidade com a preservação ambiental, a boa utilização do potencial turístico dos recursos naturais e a qualidade das experiências oferecidas aos turistas, receberão o referido selo.

g) **Capacitação de gestores públicos responsáveis pelo turismo** – O propósito será lhes fornecer novas ferramentas e conhecimentos em relação a temáticas correntes na promoção do setor turístico. Inerentes a essa capacitação para os gestores públicos estarão: formação de preços, *marketing* (logos), promoção, hospitalidade e plataformas digitais. Desse modo, será disponibilizado aos agentes conhecimento para estabelecer estratégias eficazes de inclusão da dimensão inovadora na prática turística.

h) **Implementação de conselhos municipais de turismo na totalidade dos municípios das Serras Gerais** – Seguindo a orientação do MTur, o PDITS prevê a implementação dos conselhos municipais de turismo na totalidade dos municípios das Serras Gerais. Essa instância de governança em nível local, composta pela iniciativa privada, pelo terceiro setor e pelo poder público, deverá formular estratégias para o desenvolvimento dos municípios, bem como planejar e executar as ações locais em parceria com as esferas estadual e federal. Na atualidade, apenas os municípios de

Almas, Arraias, Natividade e Rio da Conceição possuem essas instâncias de governança.

i) **Criação de organização de gestão do turismo (OGT)** – De acordo com o PDITS, a criação de uma OGT tem como objetivo facilitar o desenvolvimento do setor, reduzindo ou eliminando barreiras existentes. Ela deve tomar decisões estratégicas que levem o turismo para patamares mais elevados de qualidade, pois suas atribuições consistem em: definir responsabilidade de outras entidades relacionadas ao turismo; eliminar burocracia (procedimentos desnecessários); criar produtos turísticos; e elaborar e implementar campanhas de promoção turística.

5.2.5 Componente 5 – Gestão ambiental

a) **Planos de manejo turísticos para os atrativos turísticos** – A proposta do PDITS é desenvolver planos de manejos específicos para os atrativos turísticos que ensejem as necessidades de proteção e gestão ambiental. Por meio das regras estabelecidas, acredita-se na possibilidade de instituir princípios norteadores para o uso sustentável desses produtos, estabelecer limitações à exploração e à utilização dos recursos naturais ali contidos, alcançando provavelmente a mitigação de impactos negativos e a prevenção socioambiental.

b) **Elaboração de capacitação para gestão dos fluxos turísticos no rio Azuis (Aurora do Tocantins)** – Por ser atrativo natural e considerando os elevados fluxos turísticos, o rio Azuis necessita de um plano pelo qual possam ser envolvidos a comunidade e os membros da cadeia produtiva do turismo, em que sua capacitação assegure a redução do risco de degradação desse atrativo da região.

c) **Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação local em face da atividade turística** – A satisfação do turista é importante, porém mais importante ainda é a satisfação da comunidade moradora do local. A relevância dessa ação, consiste em promover maior segurança, participação da população local em programas de capacitação e conscientização, de modo a aferir como tem decorrido o impacto socioambiental relacionado às atividades turísticas e como a comunidade local tem sido afetada.

d) **Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação da comunidade quilombola em face da atividade turística** – Conforme o PDITS, essa ação está intrinsecamente relacionada à ação anterior, em que é refletida a importância da avaliação do nível de satisfação da população local em relação às atividades turísticas desenvolvidas no ambiente em que vivem. A ação visa justamente implementar um sistema de medição e monitoramento na comunidade quilombola, que será concretizado por um sistema transparente e pormenorizado com o objetivo de garantir à comunidade inserida na cadeia produtiva do turismo local a possibilidade de benefício nos moldes descritos na ação anterior.

5.2 O valor de investimento das ações

É importante, para os leitores deste estudo, a apresentação dos valores previstos à concretização das referidas ações de desenvolvimento do turismo nas Serras Gerais. É relevante ressaltar que o PDITS não é algo exclusivo do Tocantins, o programa também foi desenvolvido em outros estados, como: Bahia, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte.

Em relação ao valor a ser despendido, conforme consta no PDITS (TOCANTINS, 2019a), uma vez associada cada ação à estimativa do investimento, o montante previsto foi de R\$ 168.400.000,00. Registre-se, ainda, que se considerou também o investimento em dólar e a taxa cambial de conversão dessa moeda para o real, na época, foi assumida em US\$ 1 = R\$ 3,6552, valor médio do dinheiro estadunidense no ano de 2018, conforme o Banco Central do Brasil.

A consultoria para a elaboração do PDITS, que redigiu o documento, esclareceu que esse valor é justificado devido a potencialidade de expansão do turismo a partir da diversidade de potencial local. Assim, para melhor visualização, apresentam-se, no quadro 6, os valores desse investimento na implantação de cada projeto.

Quadro 6 – Valor de investimento nas ações para as Serras Gerais

Eixo 1: Produto Turístico				
Área	Nº	Ação	Area de	Custo

temática			Abrangência	R\$	US\$
Organização de informação de base	1.1	Elaboração de modelo detalhado de inventário turístico municipal nas Serras Gerais.	Região da S. Gerais	167.000,00	45.688,33
	1.2	Definição e desenvolvimento de Zoits nas Serras Gerais	Região da S. Gerais	133.000,00	36.386,52
Produtos e roteiros segundo à estratégia	Organização de informações de base			300.000,00	82.074,85
	1.3	Estruturação de Roteiro Turístico Integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão)	Região da S. Gerais e Jalapão (regiões) Palmas e (município) Peixe	870.000,00	238.017,07
	1.4	Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos prioritários: Natividade, Almas, Taguatinga, Arraias, Aurora.	Natividade, Almas, Taguatinga, Arraias, Aurora do Tocantins (municípios)	1.150.000,00	314.620,27
	1.5	Desenvolvimento de produtos turísticos de turismo de aventura, turismo cultural, turismo religioso e turismo étnico para destinos em desenvolvimento: Paranã, Rio da Conceição e Dianópolis	Paraná, Rio da Conceição e Dianópolis (municípios)	850.000,00	232.545,41
	1.6	Elaboração de produtos turísticos complementares.	Natividade, Almas, Taguatinga, Arraias e Aurora do Tocantins (municípios)	530.000,00	144.998,91
	1.7	Incentivo à criação de hospedagens de excelência.	Região da S. Gerais	2.150.000,00	588.203,11
	1.8	Elaboração de agendas culturais regionais.	Região da S. Gerais	210.000,00	57.452,40
	1.9	Promoção de eventos de negócios.	Região da S. Gerais	280.000,00	76.603,20
	1.10	Incentivo ao turismo	Natividade	140.000,00	38.301,60

		educacional e de experiência.			
	1.11	Estruturação do segmento turístico de base comunitária (quilombola).	Paraná e Arraias (municípios)	340.000,00	93.018,17
	Produtos e roteiros segundo a estratégia			6.520.000,00	1.783.760,12
Desenvolvimento do destino turístico	1.12	Desenvolvimento integral e gestão de Nuts nas Serras Gerais	Região da S. Gerais	600.000,00	164.149,70
	1.13	Promoção da otimização e sustentabilidade dos produtos turísticos	Região da S. Gerais	500.000,00	136.791,42
	Desenvolvimento do destino turístico			1.100.000,00	300.941,12
Componente 1: Produto Turístico				7.920.000,00	2.166.776,10
Eixo 2: Comercialização					
Estratégia de <i>marketing</i>	2.1	Desenvolvimento e implementação do Plano de <i>Marketing</i> Estratégico para as Serras Gerais.	Região da S. Gerais	2.745.000,00	750.984,90
	Estratégia de Marketing			2.745.000,00	750.984,90
Promoção do destino turístico	2.2	Elaboração de um POA	Região da S. Gerais	158.000,00	43.226,09
	2.3	Definição de ações de <i>Marketing</i> e promoção conjunta com o Jalapão, Peixe e Palmas.	Serras Gerais (região), Peixe e Palmas (municípios)	391.000,00	106.970,89
	2.4	Implementação de CATs	Natividade, Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Paraná, Rio da Conceição e Dianópolis (municípios)	250.000,00	68.395,71
	Promoção do destino turístico			799.000,00	218.592,69
Monitoramento da informação e <i>marketing</i>	2.5	Criação de um SIM nas Serras Gerais	Região da S. Gerais	135.000,00	36.933,68
Componente 2: Comercialização				3.679.000,00	1.006.511,27

Eixo 3: Infraestrutura					
Acessibilidade, conectividade e comunicação	3.1	Implementação de sinalização indicativa e turística para os municípios das Serras Gerais	Região das Serras Gerais	1.500.000,00	410.374,26
	3.2	Consolidação dos acessos nos atrativos turísticos chave para as Serras Gerais	Região das Serras Gerais	1.150.000,00	314.620,27
	3.3	Renovação das rodovias que integram o Roteiro Turístico Integrado (Serras Gerais, Peixe, Palmas e Jalapão)	Serras Gerais e Jalapão (regiões), Palmas e Peixe (municípios)	150.000.000,00	41.037.426,13
	3.4	Consolidação de Comunicação sem fios (internet)	Região das Serras Gerais	326.000,00	89.188,01
Acessibilidade, conectividade e comunicação				152.976.000,00	41.851.608,67
Gestão e proteção ambiental	3.5	Monitoramento da informação e marketing		1.375.000,00	376.176,41
Gestão e proteção ambiental				1.375.000,00	376.176,41
Componente 3: Infraestrutura				154.351.000,00	42.227.785,07
Eixo 4: Fortalecimento Institucional					
Capacitação e apoio a empresas, ao empreendedorismo e ao associativismo	4.1	Criação de quadro normativo do turismo para as Serras Gerais	Região das Serras Gerais	100.000,00	27.358,28
	4.2	Elaboração de capacitação transversal do trade turístico	Região das Serras Gerais	250.000,00	68.395,71
	4.3	Apoio ao desenvolvimento do associativismo	Região das Serras Gerais	185.000,00	50.612,83
	4.4	Criação de medidas de apoio à microempresa e ao microempreendedor individual	Região das Serras Gerais	120.000,00	32.829,94
	4.5	Capacitação da Associação dos Moradores do Rio Azuis e Associação de Cavalhadas de Taguatinga	Aurora do Tocantins e Taguatinga (municípios)	75.000,00	20.518,71
Capacitação e apoio a empresas, ao empreendedorismo e ao associativismo				730.000,00	199.715,47

Fiscalização e certificação turística	4.6	Elaboração de certificação turística sustentável	Região das Serras Gerais	235.000,00	64.291,97
	4.7	Capacitação de gestores públicos	Região das Serras Gerais	255.000,00	69.763,62
Fiscalização e certificação turística				490.000,00	134.055,59
Modelos de gestão dos destinos turísticos	4.8	Implementação de Conselhos Municipais de Turismo na totalidade dos municípios das Serras Gerais	Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Paranã, Taguatinga (municípios)	120.000,00	32.829,94
	4.9	Criação de Organização de Gestão do Turismo	Região das Serras Gerais	125.000,00	34.197,86
Modelos de gestão dos destinos turísticos				245.000,00	67.027,80
Componente 4: Fortalecimento Institucional				1.465.000,00	400.798,86
Eixo 5: Gestão Ambiental					
Manejo turístico socioambiental sustentável	5.1	Plano de manejo turístico geral (Serras Gerais) e para os atrativos turísticos	Região das Serras Gerais	615.000,00	168.253,45
	5.2	Elaboração de capacitação para gestão dos fluxos turísticos no Rio Azuis (Aurora do Tocantins)	Aurora do Tocantins	175.000,00	47.877,00
Manejo turístico socioambiental sustentável				790.000,00	216.130,44
Monitoramento ambiental e comunitário	5.3	Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação local em face da atividade turística	Região das Serras Gerais	120.000,00	32.829,94
	5.4	Execução de sistema de monitoramento de grau de satisfação da comunidade quilombola em face da atividade turística	Paraná e Arraias (municípios)	75.000,00	20.518,71
Monitoramento ambiental e comunitário				195.000,00	53.348,65
Componente 5: Gestão Ambiental				985.000,00	269.479,10
TOTAL				168.400.000,00	46.071.350,40

Fonte: Tocantins (2019a).

O PDITS, em síntese, possui uma gama variada de ações que são divididas em cinco partes norteadoras de projetos e ações, que juntos podem contribuir de

forma decisiva para o desenvolvimento do território das Serras Gerais. O quadro evidencia que os investimentos em infraestrutura da região são os maiores, correspondendo a 91,66% do valor total, enquanto os componentes correspondem ao valor de R\$ 14.049.000,00, ou seja 8,34%. Conforme consta no PDITS, esse capital é considerado necessário, de modo a melhorar os níveis de qualidade dos serviços (nas atrações, alojamento, vias de acesso e sinalização) nos destinos e produtos turísticos. Portanto, essa estratégia visa consolidar as ações consideradas chave para a atividade turística na região.

Será realizado um estudo de campo objetivando um diagnóstico detalhado do atual cenário das sinalizações para acesso aos atrativos turísticos selecionados em todas as Serras Gerais. A informação coletada em campo constará de um relatório com um projeto indicativo dos atrativos a serem favorecidos por esta ação, bem como indicações para a fabricação e instalação de placas e sinalizações. Uma vez realizado este levantamento, e tendo como diretriz as normas e definições internacionais da Organização Mundial do Turismo, será implementada uma série de sinalizações indicativas e turísticas nos locais de acesso, pontos estratégicos e atrativos turísticos pré estabelecidos a partir do supramencionado projeto. (TOCANTINS, 2019a, p. 318).

Atenta-se para cuidados quanto à execução dessas propostas, pois é perceptível que elas têm características balizadas pela essência neoliberal e caso não se cumpra a previsão de criar mecanismos efetivos de ações transversais, a política pública não proporcionará o desenvolvimento local. Tampouco será capaz de transformar a realidade local de modo a não sucumbir às desigualdades existentes por meio da geração de emprego e renda. Conforme Sancho e Irving (2011), a formação cidadã, a conservação ambiental e a valorização da diversidade cultural precisam estar expressos em programa e projetos, pois é responsabilidade das políticas públicas possibilitar o direcionamento para enfrentar os principais desafios e com isso, “amplia a participação no diálogo, [...] promover a sustentabilidade [...] e fortalece a gestão descentralizada do turismo” (BRASIL, 2013, p. 13).

5.4 As etapas de planejamento do PDITS nas Serras Gerais

No contexto da elaboração das propostas para o Plano de Ações, considera-se relevante apresentar como foram realizadas as atividades de articulação que envolveram os sujeitos (públicos, setor privado, sociedade civil e comunidade) a fim de contribuírem na construção de elementos que resultou no documento *Proposta*

Final do PDITS para as Serras Gerais. De acordo com esse documento (TOCANTINS, 2019a), a metodologia utilizada com esses sujeitos, foi a *stakeholders*,⁶⁷ que consistiu em:

- a) apresentar como seriam as etapas para o desenvolvimento do plano;
- b) colher contribuições por meio dos comentários e avaliações sobre a proposta;
- c) promover consultas públicas;
- d) realizar missões (encontros), com oficinas e reuniões.

Nessas reuniões, constatou-se a presença de representantes do poder público (área de turismo, meio ambiente, cultura e saúde), iniciativa privada (empresas de turismo), instituições de ensino (técnico e superior) e sociedade civil organizada (representantes dos conselhos municipais de turismo e meio ambiente, associações em geral na área de turismo, Assegtur). Os participantes receberam informações sobre os assuntos relacionados ao programa e tiveram no decorrer dos encontros, diferentes formas de explanação e esclarecimentos sobre a interface de cada área com a atividade turística.

As consultas públicas foram realizadas entre os meses de fevereiro e março de 2019. A sua finalidade consistia também na divulgação do processo de elaboração do PDITS, bem como na elaboração da minuta de lei para uma nova Política Estadual de Turismo Sustentável do Tocantins, pois conforme afirma a superintendente de projetos da Sectar:

acredito que somente o planejamento participativo é capaz de desenvolver de fato produtos turísticos com respeito ao potencial e à cultura local. Sem a participação direta das comunidades locais é impossível desenvolver uma política pública capaz de gerar um desenvolvimento sustentável. (SUPERINTENDENTE DE PROJETOS DA SECTUR, 2022).

Considerando a realização desses momentos, entende-se que eles serviram para a sociedade civil dar suas contribuições na elaboração do documento do Plano de Ações da política, de modo que, em maio de 2019, em mais uma consulta pública, realizou-se a divulgação dos planos de ações prioritários. Após a realização das

⁶⁷ De acordo com Kerzner (2010), são grupos ou indivíduos que podem afetar ou ser afetados por uma organização na busca por objetivos.

etapas de construção do Plano de Ações, procederam-se as divulgações das consultas públicas.

Ao fim dessa atividade, ocorreu a oficina, realizada no mês de abril de 2019 por meio de entrevistas e encontros com diversos agentes da cadeia produtiva,⁶⁸ a fim de obter mais contribuições sobre as propostas consideradas prioritárias à esses grupos. Ressalte-se que conforme o documento do PDITS, o maior número de contribuições recebidas foi do Município de Natividade, por meio do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, no dia 14 de março.

Quanto às missões para o levantamento sobre todas as atividades turísticas que os municípios oferecem aconteceram entre os dias 1º e 14 de outubro de 2017 e, de acordo com o documento da consultoria, oito municípios da Serras Gerais visitados foram: Paranã, Arraias, Aurora do Tocantins, Taguatinga, Dianópolis, Rio da Conceição, Almas e Natividade. No âmbito desses encontros com os agentes da cadeia produtiva do turismo, a proposta da consultoria procurava fazer o levantamento a respeito da infraestrutura local e sobre os atrativos naturais, culturais e religiosos.

A outra missão na Região aconteceu entre os dias 11 e 20 de junho de 2018, e a cidade de Natividade foi escolhida para ser o local de encontro de todos os agentes das demais cidades. Nessa reunião, foram desenvolvidas oficinas e por meio de 5 atividades (quadro 7), foram coletadas as sugestões dos agentes da cadeia produtiva.

Quadro 7 – Exercícios para coletar as sugestões dos agentes da cadeia produtiva das Serras Gerais

Atividade 1	Apresentação da estratégia para cada região
Atividade 2	Realização de exercício de priorização de estratégias
Atividade 3	Apresentação do plano de ação para cada região
Atividade 4	Realização de exercício de priorização de ações e recolhimento de ideias sobre novos projetos
Atividade 5	Realização de exercício de recolhimento de novas ideias de ações para a região

Fonte: Tocantins (2019a).

⁶⁸ De acordo com o PDITS (TOCANTINS, 2019a), são prefeituras, guias turísticos, hotéis, restaurantes, agências, proprietários de atrativos, bem como indivíduos e instituições que trabalham na atividade turística.

Consta, ainda, nos registros das missões (figura 36), a última, realizada entre os dias 8 e 16 de abril de 2019, novamente na cidade de Natividade. De acordo com o documento, essa missão teve como objetivo apresentar o Plano de Ação finalizado e realizar exercícios para priorizar as ações de curto prazo.

Figura 36 – Registros das missões nas Serras Gerais



Fonte: Tocantins (2019a).

Na opinião da secretária do município de Aurora do Tocantins (2022), esse Plano de Ações, que compõe o PDITS, é realmente fundamental, pois, segundo ela, é a possibilidade de realizar a atividade de “forma mais ordenada e nós sozinhos aqui [...] não consegue”. Sobre o Plano, a secretária de Arraias (2022), também acredita nela como positivo, pois em sua opinião ele vai contribuir para “preservar e manter a cultura e em relação à política”, e cita como importante “a continuidade dele” (o PDITS). Ainda, nessa mesma ótica, é mencionada a necessidade de os municípios também precisarem do suporte do estado, pois ambas as secretárias municipais afirmaram que seus municípios não tinham qualquer outra política voltada ao turismo.⁶⁹

⁶⁹ Relacionado às questões 1 e 2 do formulário da entrevista com representantes da gestão municipal de turismo dos dois municípios (apêndice B).

A secretária de turismo de Aurora do Tocantins reconhece ainda mais a relevância do PDITS, ela acredita:

que era necessário inicialmente a gente trabalhar a reorganização nas questões de normalização, normativas, legislação [...] o município já vinha com atividades turísticas, porém[...] a comunidade ela não se sentia inserida. Percebia que a comunidade não participava ativamente, a ideia que a comunidade tinha é que quem não fazia parte da do trade. (SECRETÁRIA DE TURISMO DE AURORA DO TOCANTINS, 2022).⁷⁰

No âmbito das ações efetivas para implantar as ações do PDITS em Arraias, a gestão pública municipal, por meio da Secretaria de Turismo, com apoio do curso de Turismo Patrimonial e Socioambiental da UFT, está procurando envolver os agentes de cadeia produtiva, como afirma a gestora da pasta: “Apesar de ser um pouco complicado, principalmente em relação ao grupo dos artesanatos [...] a gente está tendo diálogos com outras pessoas que está relacionado também nessa cadeia produtiva” (SECRETÁRIA DE TURISMO DE ARRAIAS 2022).⁷¹

Em outro momento, ainda no sentido de fortalecer as propostas da política pública de turismo nas Serras Gerais, no dia 20 de setembro de 2019, foi realizado, na cidade de Natividade, o fórum (figura 37) em que a gestão pública, por meio da então superintendente de projetos da Sectur do estado, apresentou como resultado de todos os encontros realizados, os projetos da pasta voltados à área⁷². É relevante mencionar que esse evento foi organizado pelo Sebrae, naquele momento responsável por algumas ações relacionadas ao PDITS na região, onde desenvolveu cursos de capacitação e oficinas com os agentes da cadeia produtiva. Essa instituição também foi parceira na organização desse evento, juntamente com a prefeitura de Natividade, a Associação Tocantinense de Turismo Receptivo (ATTR) e a Assegtur.

⁷⁰ Relacionado à questão 3 do formulário da entrevista com representantes da gestão municipal de turismo dos dois municípios (apêndice B).

⁷¹ Relacionado à questão 4 do formulário da entrevista com representantes da gestão municipal de turismo dos dois municípios (apêndice B).

⁷² Fonte: Conexão Tocantins.

Figura 37 – Representantes das instituições (E) e agentes de turismo (D)



Fonte: Seleucia Fontes (2019).

Diante desses fatos, foi possível perceber que houve ações buscando envolver a participação dos sujeitos do local para contribuírem na construção das ações e, conseqüentemente, da política pública. Corroborando com essa afirmação, obteve-se informações de notícias vinculadas nos meios de comunicação oficial do governo do estado e das prefeituras de Aurora do Tocantins e Arraias, bem como elementos observados durante a pesquisa de campo durante visita *in loco*. Portanto, informa-se que foi possível confirmar que as ações apresentadas no documento final do PDITS foram de fato discutidas e acordadas em oficinas e reuniões temáticas das missões com os representantes dos municípios. Algumas estão em desenvolvimento e a Assegtur, como representante oficial da cadeia produtiva de turismo da região, tem realizado junto ao Estado, a intermediação no processo de execução do Plano de Ação elaborado no decorrer desse período.

Para além disso, observou-se, ainda, a tímida formação de um consórcio entre os municípios e embora na opinião de Abramovay (2002), isso não seja positivo, o estudo conseguiu perceber que para as Serras Gerais, esse tipo de união pode ser uma relevante alternativa entre os chefes de executivos municipais, pois, apesar de a articulação do PDITS abordar uma escala territorial, as ações devem ser consideradas localmente. Desse modo, a gestão municipal poderá atuar como realizadora, articuladora e facilitadora dos programas e projetos que surjam com o objetivo de

desenvolver a economia local, e essa atuação deve ser em conjunto com outras instituições, como universidades, institutos, cooperativas, ou seja, não concentrar a responsabilidade apenas no poder público, e sim fomentar o dinamismo entre os sujeitos residentes no local e a cadeia produtiva, num processo de compartilhamento de decisões e ações para o bem da política pública de turismo.

6 AS OPINIÕES DOS SUJEITOS DA CADEIA PRODUTIVA SOBRE AS AÇÕES DO PDITS.

Realizou-se um estudo de campo no período de 11 e 15 de julho de 2022. No decorrer dessa etapa do trabalho, realizaram-se visitas ao município de Aurora do Tocantins e Arraias — estes eleitos como recorte geográfico —, a fim de proceder registro fotográfico dos principais atrativos e entrevistas semiestruturadas. Para isso, desenvolveram-se três modelos de questionários: um para a representante da Sectur, um voltado as secretárias de Turismo dos referidos municípios e outro direcionado à comunidade local e a cadeia produtiva do turismo. Essa etapa tinha a finalidade de coletar as opiniões desses sujeitos ligados direta ou indiretamente à atividade turística dessa região.

6.1 Perfil dos entrevistados.

Registre-se que a opinião da representante da Sectur (apêndice A) e das duas secretárias de Turismo (apêndice B) foram apresentadas no tópico cinco desse trabalho, durante a apresentação do PDITS. No entanto, nesse tópico ainda há duas questões que serão apresentadas para complementar suas percepções.

No que tange ao terceiro grupo (comunidade local e cadeia produtiva), realizaram-se 30 entrevistas (apêndice C), com os seguintes perfis: proprietários de hotéis e pousadas, proprietários de bares e restaurantes, donos de atrativos, agentes de turismo (agentes de eventos, guias e condutores de turismo) e membros de comunidades quilombolas. É relevante ratificar que os critérios estabelecidos para a escolha dos entrevistados que participaram das entrevistas durante a pesquisa de campo foram os seguintes: ser maior de 18 anos; estar ou ter trabalhado na atividade turística em seus municípios no decorrer do recorte temporal e ter disponibilidade e interesse em participar da investigação.

6.1.1 As secretárias municipais de Turismo e a superintendente de projetos da Sectur

A responsabilidade da gestão pública de turismo passa pela função de regular a prática da atividade turística onde ela está sendo desenvolvida, pois de acordo com Montejano (2001), esses agentes do turismo, na posição estratégica do planejamento,

precisam gerir os recursos da oferta mediante projetos, programas e planos. Nesse sentido, os gestores, conhecendo as peculiaridades, passam a articular o turismo de maneira a integrá-lo ao conjunto macroeconômico, acrescentando mais uma ferramenta de fonte de renda para os municípios e o estado.

Por meio das entrevistas realizadas com os gestores públicas de turismo (as duas secretárias e de turismo e a superintendente de projetos da Sectar), constatou-se que os municípios estão passando por um processo de mudanças e ajustes, tanto que a secretária de Arraias (2022), quando questionada sobre o envolvimento do município pela Sectar para contribuir com elaboração do PDITS, mencionou: “Não fiquei sabendo, se aconteceu foi antes de assumirmos a pasta”. E a de Aurora, em sua fala, disse que

o município não tinha visão, o turismo ele começou com uma a atividade inversa. Daí a importância de trabalhar a política voltada para o turismo e nós não tínhamos o apoio mais consistente da secretaria, porém de alguns anos pra cá, percebemos a importância, de estar trabalhando, trazendo mais a política do estado para essa organização. (SECRETÁRIA DE TURISMO DE AURORA DO TOCANTINS, 2022).

Na questão sobre as principais ações ligadas diretamente ao desenvolvimento do município via turismo, a secretária de Arraias (2022) considerou o diálogo importante: “porque antes a gente não estava tendo esse diálogo, prefeitura, estado e tudo envolve política e fica uma coisa assim, estremeado”. Ainda segundo ela, a manutenção dessas articulações “é importante para preservar e manter a cultura e principalmente as continuidades das políticas públicas”. A secretária de Aurora do Tocantins afirma que a reorganização é uma das principais ações, dizendo:

como eu peguei a pasta do meio ambiente e estou vindo também de uma pasta da educação. E, u percebi que era necessário inicialmente a gente trabalhar a reorganização nas questões de normalização, normativas, legislação. Só que aqui o município ele já vinha com atividades turísticas, porém o município, a comunidade ela não se sentia inserida. Eu percebia que a comunidade não participava ativamente, a ideia que a comunidade tinha que fazer parte do trade. (SECRETÁRIA DE TURISMO DE AURORA DO TOCANTINS, 2022).

De acordo com a pesquisa de campo, constatou-se a realização de atividades voltadas à capacitação dos membros da cadeia produtiva da região das Serras Gerais, como exemplo, curso de técnicas de rapel e curso de gestor de turismo, realizados

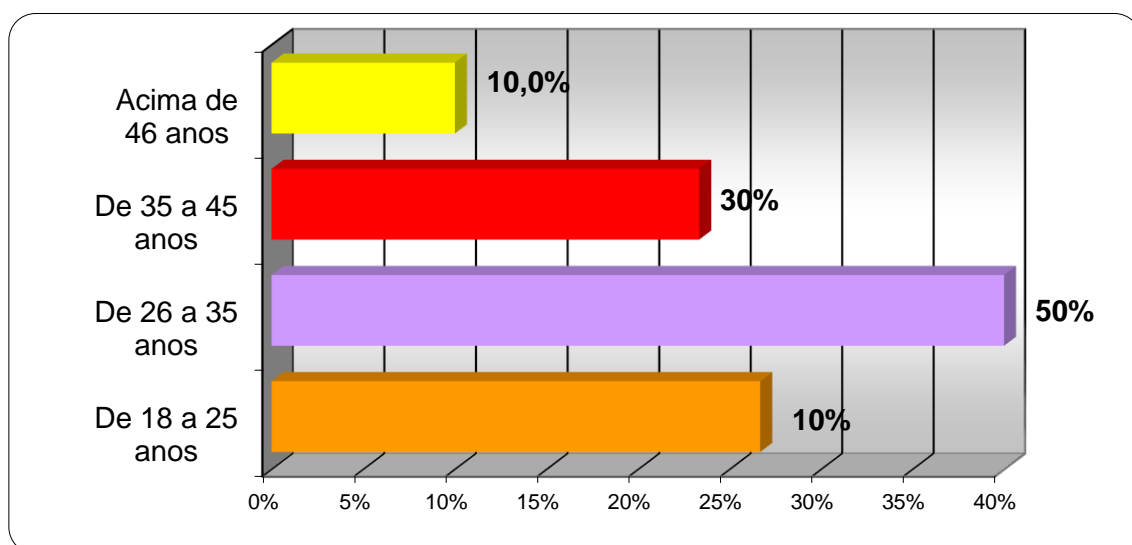
em quatro polos, sendo um deles Arraias⁷³. Para a superintendente de projetos da Setur (2022), o objetivo dessas ações, e principalmente do curso de gestor, tinham como objetivo desenvolver habilidades, facilitando o gerenciamento e acompanhamento das ações estratégicas do turismo nos municípios que compõem a região turística das Serras Gerais.

6.1.2 Os sujeitos da cadeia produtiva de turismo

No intuito de evidenciar a opinião dos sujeitos da cadeia produtiva dos municípios da pesquisa sobre o seu envolvimento no planejamento do PDITS, conforme mencionado, definiram-se alguns critérios para participação deles. Após o período de realização dessas entrevistas, realizou-se a transcrição das falas, em seguida fez-se a análise desses discursos por meio de um painel composto pela extração de suas ideias centrais que, conforme Figueiredo, Chiar e Goulart (2013), revela, descreve e nomeia de forma sintética e homogênea o sentido presente em cada uma das repostas, com vistas a produzir uma opinião coletiva. Assim, a seguir, apresentam-se esses resultados,

O primeiro momento, consistiu em levantar a idade dos participantes e dessa forma, cumprir o primeiro critério para realização da entrevista. Os resultados estão apresentados na figura 38, a seguir, evidenciando que todos estavam aptos.

Figura 38 – Idade dos entrevistados

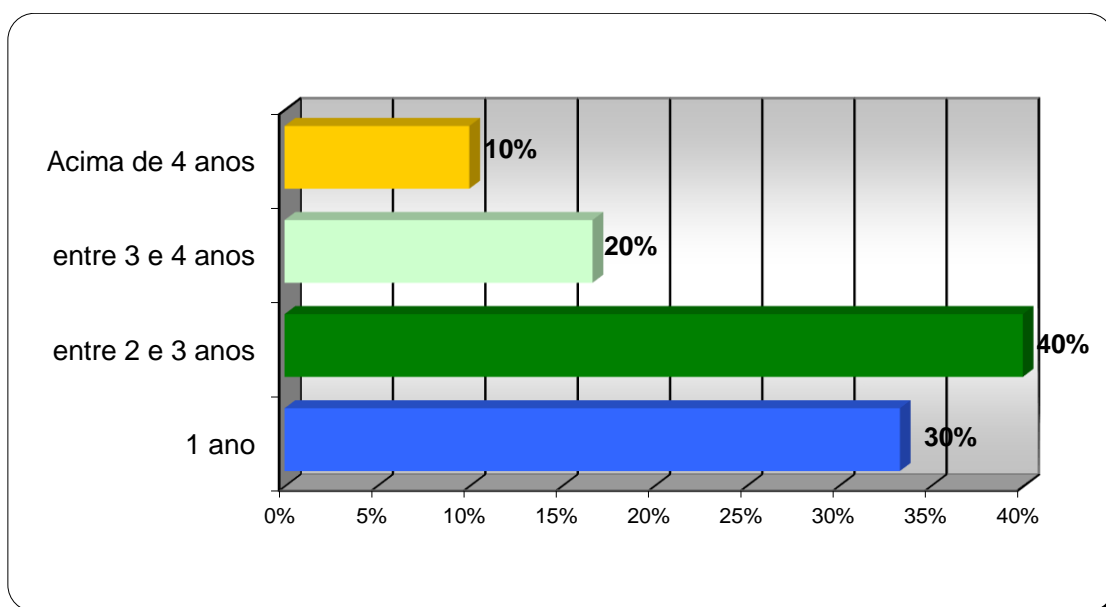


Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

⁷³ As evidências estão apresentadas por meio das figuras 29 e 30 na página 99.

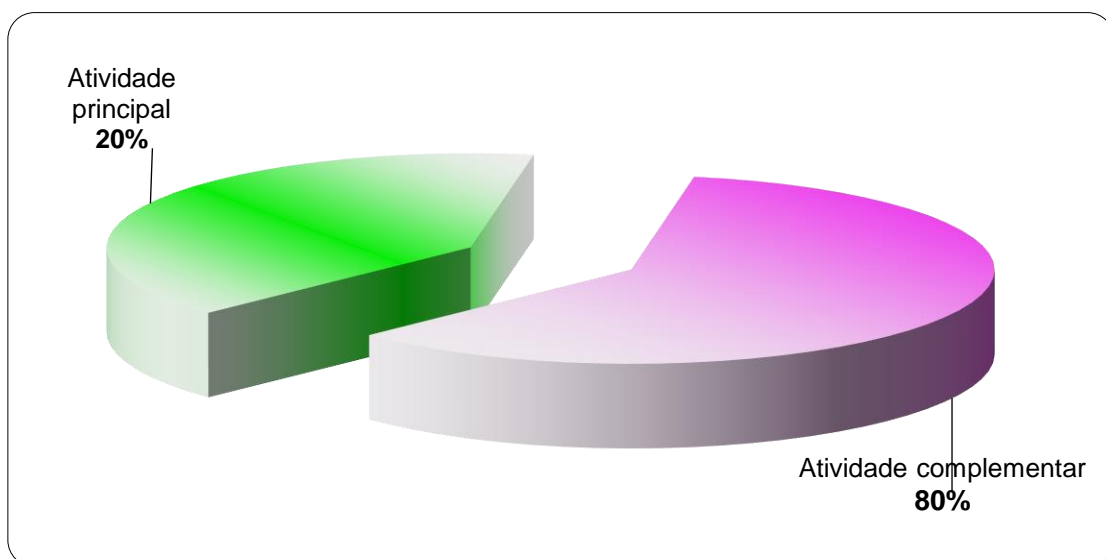
Em relação ao tempo de atuação na atividade a partir do ano de 2017, evidenciou-se que 100% dos entrevistados estavam trabalhando na atividade turística em seus municípios durante o período de planejamento das ações do PDITS e no decorrer da pesquisa, constatou-se que ainda continuam. No entanto, procurando deixar mais claro essa realidade, subdividiram-se os dados nas figuras 39 e 40, demonstrando também o percentual dos entrevistados que têm o turismo como sua principal fonte de renda e os que o têm como complemento.

Figura 39 – Tempo na atividade a partir de 2017



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022)

Figura 40 – Função do turismo em seu trabalho



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

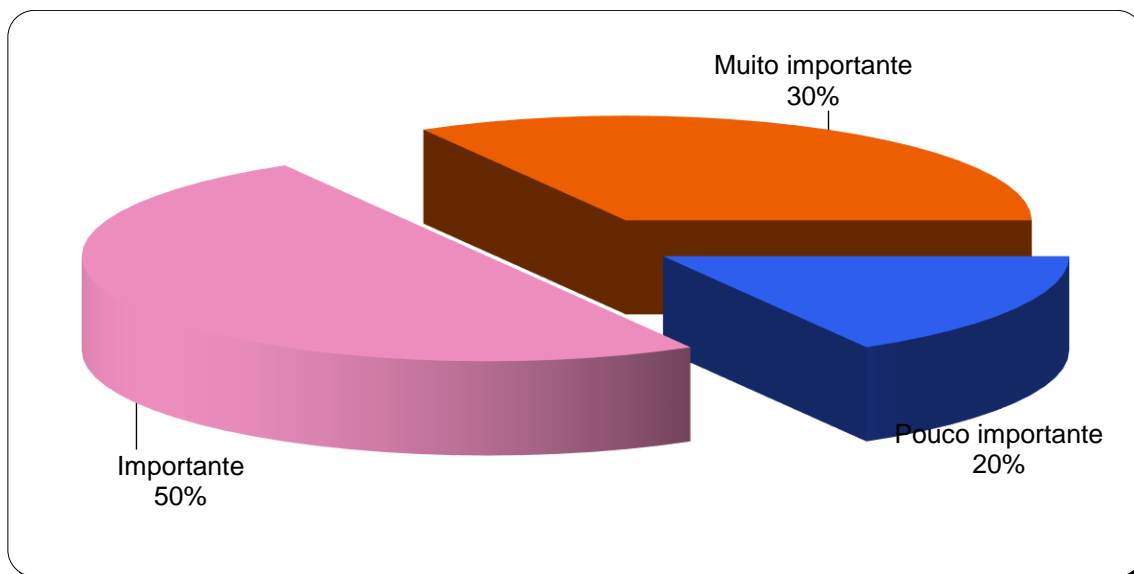
Procurando identificar a opinião dos entrevistados a respeito do nível de importância do turismo, conforme a figura 41, 20% o consideram pouco importante — “pois, até hoje, não vi nada que ele ajudasse em muita coisa por aqui”.⁷⁴ porém há quem o considera importante (30%) e também muito importante (50%). Dois entrevistados desses grupos consideram o turismo como gerador de empregos: “Eu acredito que ele é importante sim, porque em outros lugares ajuda nos empregos e aqui já tem ajudado também, quando tem as festas”;⁷⁵ outro acredita que “ele vai ajudar as pessoas a valorizar o local onde a gente mora”.⁷⁶

⁷⁴ Entrevistado 21.

⁷⁵ Entrevistado 22.

⁷⁶ Entrevistado 10.

Figura 41 – Opinião sobre a importância do turismo



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

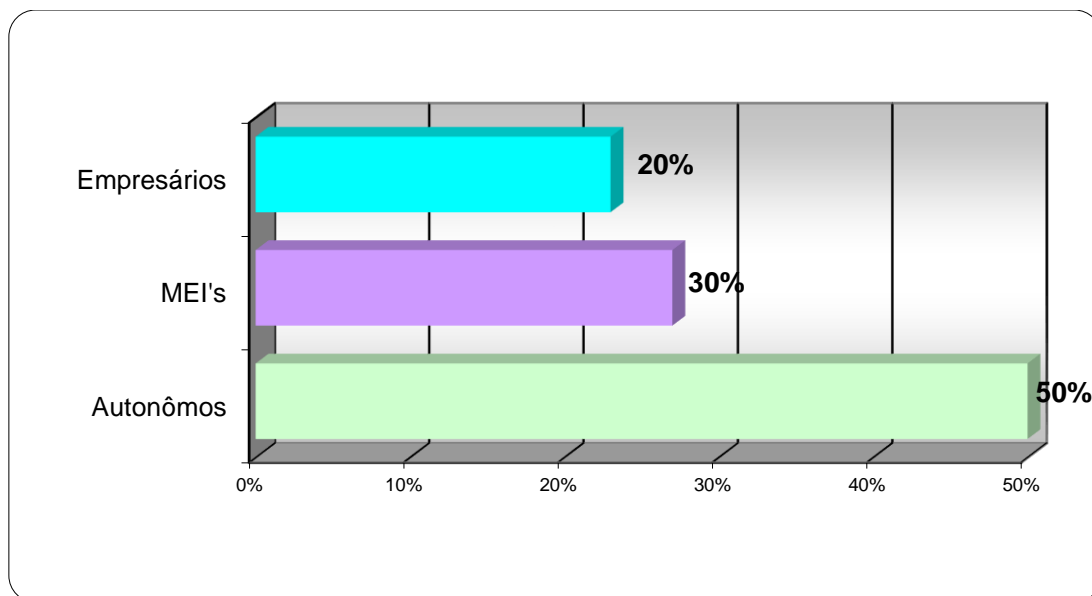
Do ponto de vista de Cooper *et al.* (2001), essa percepção positiva é justificável, pois ela emana do sentimento de “euforia” que a atividade desencadeia quando há um movimento econômico visto pelos moradores, no entanto “as vantagens que decorrem do turismo [...] ressaltam frequentemente os inconvenientes como as perturbações múltiplas e os atentados ao meio ambiente” (KRIPPENDORF, 2001, p. 70).

Dos entrevistados, conforme a figura 42, 30% se declaram microempreendedor individual (MEI), porém foi possível constatar que eles não têm a atividade turística como sua principal fonte de renda, pois atuam na prestação de serviços para eventos e atividades que acontecem nos municípios, como locação de equipamentos (palcos, tendas, sistema de som, sistema eletrônicos). Essa mesma situação acontece com os autônomos (50%), que também têm outra atividade como sua principal fonte de renda, e alguns deles são: babás, roceiros, mototaxistas, comerciários, servidores públicos, agricultores familiares e trabalhadores do comércio local. Seus trabalhos na atividade turística são como recepcionistas em eventos, motoristas das equipes de montagem de palco, apoio da equipe de eventos, cerimonialistas e condutores de turismo.

Entre os entrevistados declarados como empresários (20%), constatou-se que eles atuam na área de hospedagens, donos de atrativos, bares, restaurantes e similares. No caso dos guias, alguns deles têm suas agências e atuam em parcerias com outras fora do estado, realizando principalmente o turismo receptivo, e “quando

vem turista que deseja conhecer algum atrativo de outra cidade, a gente faz contato com eles lá, e passa o serviço e paga direto pra eles”.⁷⁷

Figura 42 – Atividades dos sujeitos da cadeia produtiva



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Sobre a importância da comunidade na discussão das ações de uma política pública, no figura 43, a maioria dos entrevistados (60%) afirmou ser positivo, pois, dessa forma, representa “a vontade das pessoas moradoras”,⁷⁸ “que moram no local e sabe o que é melhor”.⁷⁹ A outra parte dos entrevistados (20%), a participação das pessoas na elaboração de ações pode abranger mais ações benéficas, “porque pegam o máximo possível das opiniões de várias pessoas moradoras”.⁸⁰ Os demais entrevistados (10%) veem na participação popular a possibilidade para fazer a política pública mais eficaz, porque “quando o governo procura nossa opinião, a gente consegue dizer para eles onde vai ser melhor e o que deve fazer”.⁸¹ E 10% emanaram opiniões positivas tais como: “serve de união e pode dar mais certo”,⁸² “respeito ao

⁷⁷ Entrevistado 16.

⁷⁸ Entrevistados 2, 13, e 27.

⁷⁹ Entrevistado 9.

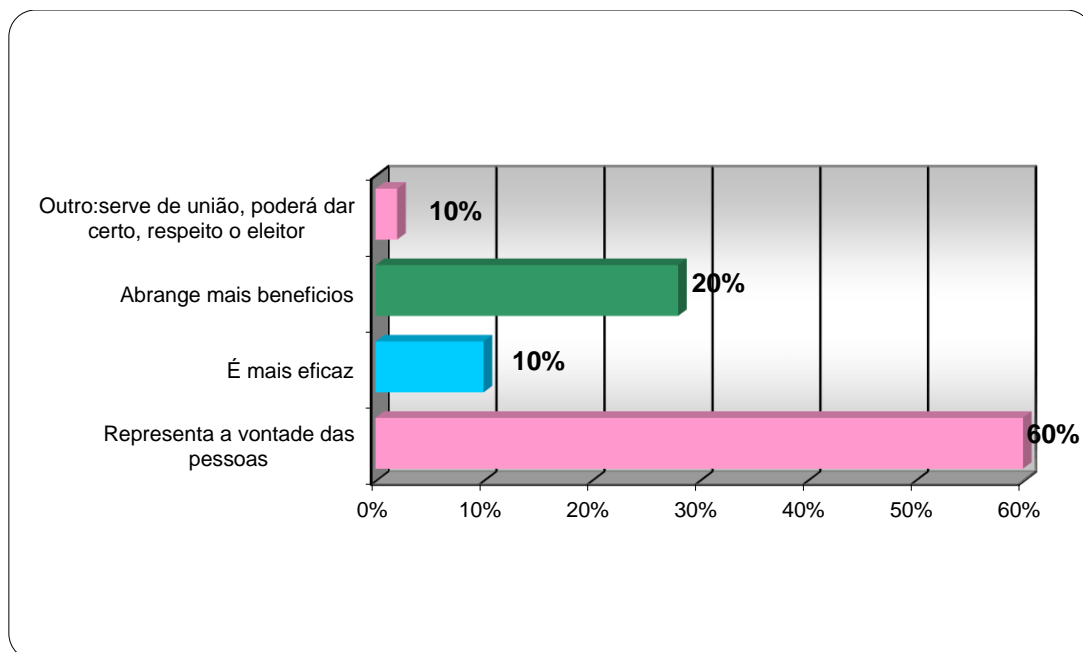
⁸⁰ Entrevistado 3.

⁸¹ Entrevistado 16.

⁸² Entrevistado 19.

eleitor, ajuda na organização da atividade”,⁸³ “o governo enxerga o povo e pode dar certo por causa da opinião das pessoas”.⁸⁴

Figura 43 – Importância de discutir as ações de uma política pública



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

A questão que procurou identificar se residentes nos municípios elencados como recorte geográfico do estudo tinham conhecimento a respeito do PDITS está representada na figura 44, a qual apresenta que 90% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento sobre o plano e as ações propostas. De acordo com suas falas, isso aconteceu nas “reuniões, oficinas e também uma audiência na câmara onde foi falado sobre isso”,⁸⁵ “daí, muita gente foi convidada”.⁸⁶ No entanto 10% dos entrevistados alegam não ter conhecimento sobre as ações do PDITS e mencionaram que “algumas pessoas que organizam esses eventos para falar sobre o turismo, não informam para gente, dão prioridade pra algumas pessoas mais privilegiados”,⁸⁷ “convidam os mais amigos dos organizadores das atividades e por isso a gente não participa de muitas outras coisas, porque a gente não recebe o convite”.⁸⁸ Outro mencionou que “as

⁸³ Entrevistado 20.

⁸⁴ Entrevistado 5.

⁸⁵ Entrevistados 24 e 12.

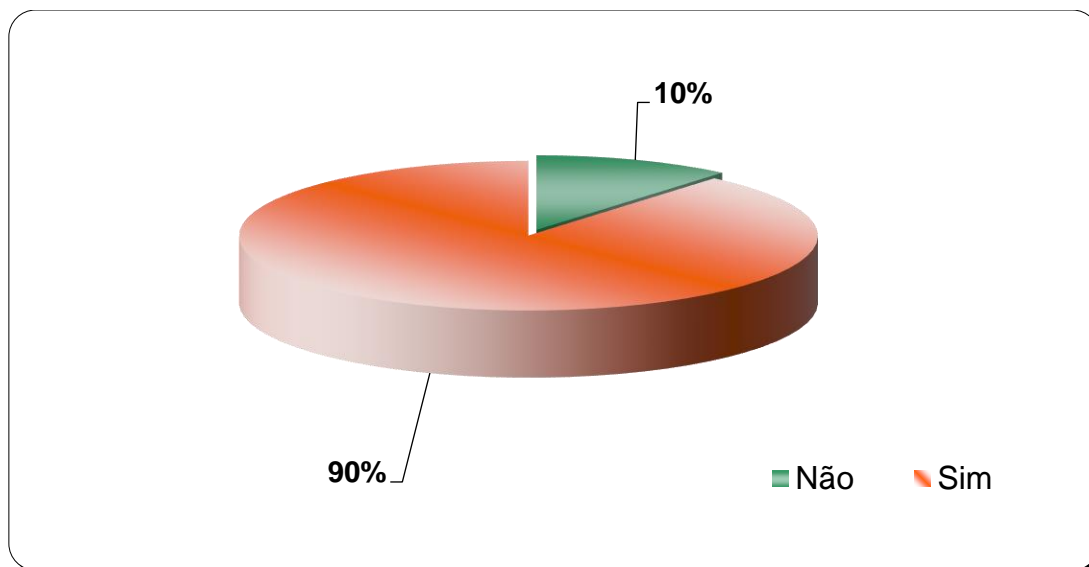
⁸⁶ Entrevistado 25.

⁸⁷ Entrevistado 23.

⁸⁸ Entrevistado 8.

vezes, na hora e no dia que eles marcam, a gente não tem como participar, por isso, acaba que a gente não fica sabendo”.⁸⁹

Figura 44 – Conhecimento sobre o que é PDITS



Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Sobre a opinião deles se as ações do PDITS irão contribuir para o município, a figura 45 evidencia que 80% dos entrevistados acreditam e, por isso, concordam plenamente. Alguns mencionaram que “ele pode ajudar a aumentar a renda”.⁹⁰ Outros mencionaram o fato de a política pública poder “organizar o turismo, fazendo que cultura seja mais valorizada”.⁹¹ Entre os demais 20%, há 10% que preferiram não opinar,⁹² enquanto os outros 10% acreditam que o PDITS não vai contribuir muito, dizendo: “desde do tempo que me entendo por gente, já vi muitas propostas, governo vem, governo sai e não melhora muita coisa”.⁹³ Outra opinião mencionada foi o fato de que “o turismo nunca foi valorizado”,⁹⁴ “ele serve só para empresários ganharem dinheiro e não constroem nada no município e muitos deles só pegam as pessoas para prestar serviço e não dão emprego de verdade”.⁹⁵

⁸⁹ Entrevistado 15.

⁹⁰ Entrevistados 1, 6, 4 e 30.

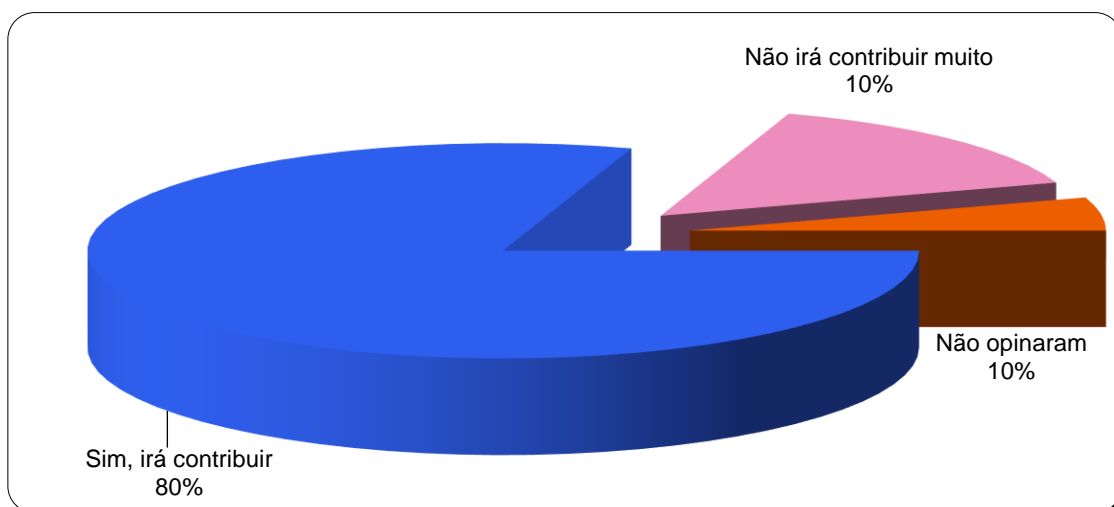
⁹¹ Entrevistado 26.

⁹² Entrevistados 29,10 e 3.

⁹³ Entrevistado 14.

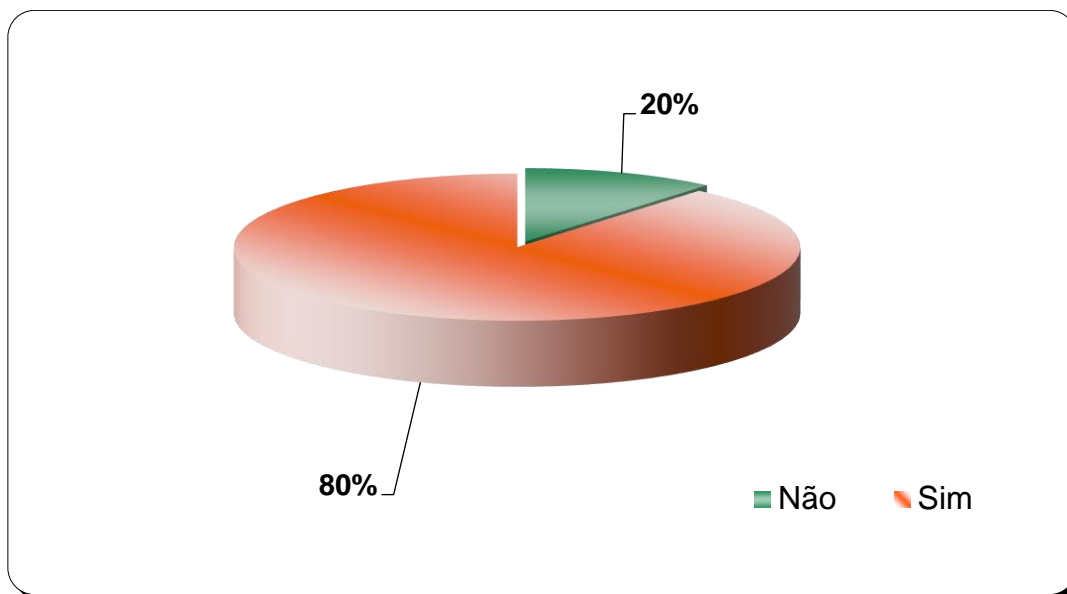
⁹⁴ Entrevistado 18.

⁹⁵ Entrevistado 11.

Figura 45 – O PDITS irá contribuir para o município?

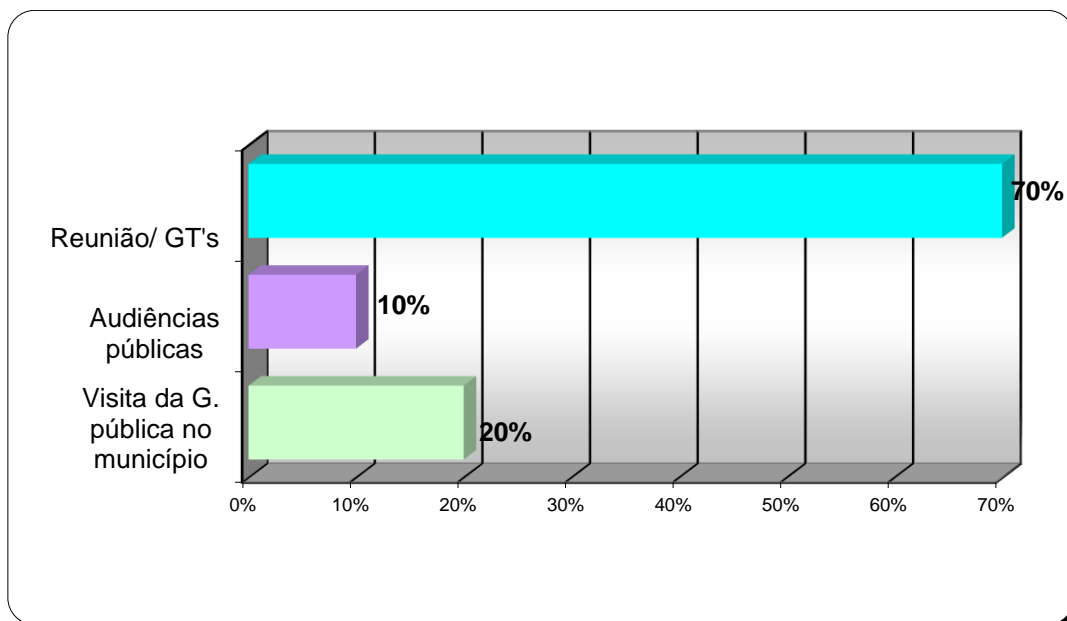
Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Na figura 46, por meio das entrevistas, foi possível evidenciar que a maioria (80%) afirma ter sido convidada para participar em reuniões ou grupos de trabalho (GTs). Essas informações corroboram com falas das gestoras das pastas de Turismo dos dois municípios, bem como das notícias veiculadas por meio dos portais de notícias (TOCANTINS, 2022; RR10, 2022). Uma evidência dessa participação dos sujeitos da cadeia produtiva está na figura 35 deste estudo, em que está registrada a participação dos sujeitos da cadeia produtiva do município de Arraias na audiência pública, realizada em março de 2022, e, naquele momento, juntamente com a gestão pública estadual e municipal, traçaram as propostas de ações para iniciar a elaboração do plano de turismo local. Outra fonte a corroborar sobre a participação dos sujeitos da cadeia produtiva foi a notícia veiculada no portal de notícias da UFT, o qual trouxe uma matéria sobre o curso de gestor de turismo, conforme evidenciado na figura 30 deste estudo (GONÇALVES, T., 2020).

Figura 46 – Recebeu convite para participar de reuniões ou grupo de trabalhos

Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022)

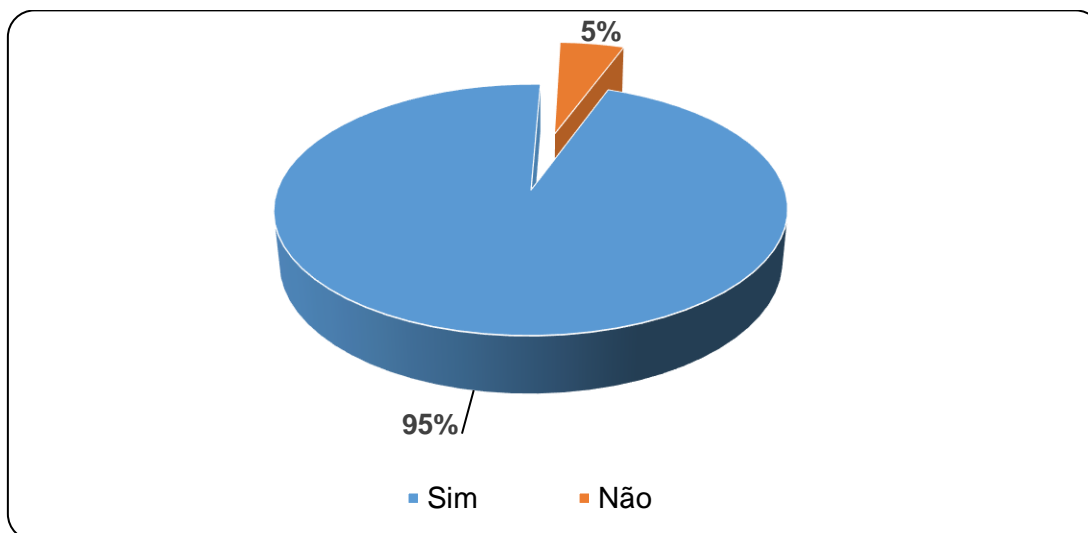
No que tange à etapa da entrevista para saber como ocorreu a participação dos sujeitos da cadeia produtiva dos municípios, foi possível identificar que os GTs e as reuniões foram os mais frequentes (70%), seguidos pela visita aos municípios com 20%, e, por último (10%), as audiências públicas. Em relação às visitas pela gestão pública, membros de comunidades quilombolas mencionaram que agentes da Secretaria de Turismo de Arraias visitaram a localidade, porém “a comunidade não aceitou participar dessas conversas, porque, como as decisões lá dentro, sempre é de comum acordo com todos, a gente preferiu dá atenção as coisas que estão sendo feitas” (GONÇALVES, T., 2020).

Figura 47 – Como ocorreu a participação na elaboração do PDITS?

Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Em relação à assertividade das ações propostas pelo PDITS para o desenvolvimento via turismo, a maioria dos entrevistados (95%) considerou-as pertinentes. Acredita-se que suas opiniões são devido ao aumento do fluxo de visitantes nos atrativos e, conseqüentemente, segundo os entrevistados, houve, nesses últimos anos, aumento de renda em seus negócios, como mencionado: “A gente tem visto uma melhora, só a pandemia que atrapalhou um pouco, mas nesse ano tem vindo muita gente passar o final de semana aqui, e eles vindo a gente tem como ganhar nosso ganha pão”.⁹⁶

⁹⁶ Entrevistado 17.

Figura 48 – Considera corretas as ações propostas?

Fonte: Roosevelt Moldes de Castro (2022).

Considerando os resultados das entrevistas com a cadeia produtiva e a comunidade, percebe-se que os direitos garantidos a partir da Constituição Federal de 1988, com a criação de uma estrutura político-administrativa baseada na descentralização, que estabeleceu corresponsabilidade entre a sociedade e o Estado no âmbito das políticas públicas, foi de certo modo, algo constante na construção das propostas do PDITS. Isso é possível perceber pelas informações dos entrevistados, quando a maioria afirmou conhecer o PDITS. Acredita-se que essa situação transparece ao evidenciarem os aspectos de sua participação nessa política pública de turismo como resultado da vontade popular, da abrangência, no sentido de poder ser de fato do interesse da maioria e que a eficácia das ações poderá ser promotora das transformações desejadas por eles.

Nesse sentido, percebe-se a relevância dos GTs mencionados por eles e suas participações, pois esse tipo de estratégia promovida pela gestão pública serviu na elaboração e elas “são alvos de pesquisas há mais de um século e continuam atuais devido à sua importância às organizações e para a sociedade” (MCGRATH; ARROW; BERDAHL, 2000, p. 95). Portanto os GTs servem na promoção dos debates sobre a proposta e sua relação com o desenvolvimento do território. Identificou-se que essa ferramenta de GTs é o meio pelo qual a maioria dos sujeitos da cadeia produtiva de turismo pôde ter conhecimento sobre o PDITS e, do mesmo modo, ter grandes expectativas, pois os grupos proporcionaram aos interessados a troca de informações que pudessem contribuir para a elaboração do Plano de Ação.

No âmbito das participações citadas, as audiências públicas que aconteceram e vêm ocorrendo nos municípios também são uma relevante ferramenta do processo participativo. Indiscutivelmente, remetem ao próprio processo de construção da cidadania e à promoção do protagonismo da sociedade civil em busca de mais espaços. Foi possível constatar nas entrevistas que todas as pessoas do município foram convidadas a participar, dar suas opiniões e ouvir também o poder público sobre respostas aos seus questionamentos. Esses momentos foram realizados para os presentes (sujeitos do turismo, poder público municipal e estadual, representantes da sociedade civil e empresários) contribuírem com ideias e na tomada de decisão.

Neto (1997) destaca que audiência pública é um instrumento capaz de evidenciar a intenção da gestão a fim de produzir a melhor decisão, pois ela incentiva o consenso em torno da decisão adotada, demonstrando o cuidado com a transparência dos processos, bem como aperfeiçoa o diálogo. É preciso apenas que a gestão promotora da política pública do PDITS proporcione mais treinamento ou capacitação aos representantes da sociedade civil, cadeia produtiva e comunidade em geral, a fim de otimizar e nivelar ainda mais o poder de argumentação, ou seja é preciso criar os caminhos para uma educação de participação efetiva, de modo a derrubar os muros da exclusividade, a qual tem servido ao longo dos tempos para a afirmação da cultura do consumo e ideologia de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar políticas públicas não é uma tarefa fácil e quando se trata de política com vistas ao desenvolvimento de um território, são necessárias ações propostas que reconheçam as diferentes relações existentes no local, de modo a promover um planejamento capaz de gerar benefícios socioeconômicos de forma eficaz. Nesse mesmo sentido, a política precisa desencadear práticas positivas no processo de gestão dos recursos naturais e culturais, almejando atender as necessidades reais, sem comprometer de forma negativa as pessoas e seus descendentes.

Assim, a construção de uma política pública com arcabouço social e democrático precisa considerar a participação ativa da comunidade, de modo que suas ações possam estar colocadas dentro de um contexto de resolução dos desejos ao bem comum. É preciso entender a importância das disparidades de opiniões presentes nas convivências, elas são fatores positivos, pois, ali há encontro de diferentes ideias que podem proporcionar o diálogo, que deve levar em conta a liberdade e a igualdade dos envolvidos no processo, ou seja, os interesses pessoais devem ser deixados de lado, passando a serem guiados pelo direito e pela justiça, situação essa fundamental no reconhecimento à dignidade do outro em meio a uma política pública participativa.

Nesse sentido, a política pública de turismo precisa cumprir essa função, haja vista que atualmente a atividade turística tem uma grande parcela de contribuição para a ocupação dos territórios e sua expansão e vem proporcionado reconfigurações e causando novas transformações nesses locais. Portanto, é necessário que essas políticas públicas de turismo sejam planejadas de forma sistêmica, procurando atender todas as multirrelações e as especificidades dos lugares, garantindo e promovendo sempre, como já mencionado anteriormente, o diálogo participativo entre a gestão, a cadeia produtiva local, o poder público e a população local.

No que concerne à região das Serras Gerais, considerando que ela é um território onde se estendem as ações do PDITS, nesse local são encontrados os valores culturais, os recursos naturais e a produção dos sujeitos moradores do lugar. Ao tempo que essa política pública de turismo se coloca como promotora de transformações produtivas de forma integrada e de desenvolvimento desse território, ela precisa superar as armadilhas do processo de massificação cultural e acredita-se que, por meio de redes de cooperação, esse desafio poderá ser superado. Esse tipo

de rede favorece a divisão das responsabilidades e os serviços ofertados se destacam devido a uma ajuda recíproca, contribuindo na melhoria da qualidade de vida das pessoas, ou seja, proporcionar o desenvolvimento local desse território.

No que tange ao PDITS e seu planejamento, embora em seu discurso é sempre mencionado a participação da cadeia produtiva da região, o estudo de campo revelou, por meio da fala dos entrevistados, falhas no envolvimento deles para contribuírem com as ações da política pública. Considerando a amostra da pesquisa, isso demonstra fragilidades latentes de gestão. Diante desse fato, é relevante que as esferas governamentais responsáveis pelo PDITS — Sectur, secretarias municipais e a Assegtur —, ainda que possuam interesses convergentes para a promoção do desenvolvimento local, precisam corrigir as ações ocorridas de maneira exógena, tais como: decisões unilaterais, implantação de projetos sem elaboração de plano de manejo ou construção coletiva.

Um ponto positivo percebido no decorrer da elaboração deste trabalho, foi o fato das ações do PDITS terem articulações nesse mesmo formato em outros polos turísticos do estado do Tocantins. De igual maneira, embora pequena, também se observou que o PDITS tem um alinhamento com outras políticas públicas, como o plano de manejo de UCs e APAs, gerenciadas pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Nesse campo de ação, acredita-se que isso poderá minimizar as possibilidades de erros na fase de execução das ações nos espaços designados, pois as estratégias pleiteadas no plano foram pensadas no sentido de melhor estruturar a gestão do turismo em nível estadual e conseqüentemente, local.

No que tange às ações implementadas, conforme constatado no estudo de campo e por meio das falas das gestoras da Pasta de Turismo, ainda não há como mensurá-las, em razão de algumas ainda estarem sendo implementadas e também não haver instrumentos definidos. No entanto, alerta-se para a urgência de instrumentos de avaliação para aferir os níveis de impactos socioambientais ocasionados pela atividade, conforme previsto no eixo 5 (gestão ambiental) do Plano de Ação, que prevê o monitoramento ambiental e comunitário, e, mediante esses resultados, prover medidas mitigadoras dos resultados negativos, caso contrário as transformações produtivas irão comprometer os objetivos e da política pública, pois segundo dados gerados pela gestão do turismo no estado, houve um aumento do fluxo de turistas na região, já como resultado das primeiras ações de divulgação.

No âmbito da economia do estado, os dados secundários catalogados evidenciaram que ela está pautada, em sua grande maioria, em atividade de minério, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, comércio, administração pública, agropecuária. Diante desse cenário, na qual o estado tem como responsabilidade a geração de empregos diretos e indiretos, é imperativo que a atividade turística deva ser entendida como mais uma forma para diversificar a economia do local, promovendo ganhos importantes, de modo que os municípios envolvidos pelo PDITS nas Serras Gerais se tornem mais independentes, não necessitando realizar grandes deslocamentos em busca de mercadorias e serviços, promovendo uma economia diversificada, bem como suscitando o empreendedorismo e a economia solidária em seus municípios.

Ainda nesse âmbito econômico, embora a região, por meio de seus agentes da cadeia produtiva do turismo, tenha participado de eventos nacionais para divulgar seus serviços e formar parcerias com outros estados, é pertinente envolver outros grupos, como ONGs, conselhos de comunidades tradicionais, feirantes e outros ramos da atividade econômica, por meio de salões, discussões, e, assim, suscitar o diálogo entre os demais atores sociais. Essa é mais uma forma de fortalecer os sistemas de produção e comercialização locais, criando uma rede integrada de pessoas e organizações que passem a colaborar não apenas ao produto turístico, mas ao saber fazer regional e local.

Nesse contexto, sugere-se ao estado desenvolver ações para aproximar a política pública de turismo a outras desenvolvidas por outros órgãos da gestão pública estaduais,⁹⁷ bem como verificar se há possibilidades de aproximação, por meio de seus programas, com outros ministérios: da Cultura, da Integração e Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Social Assistência, da Família e Combate à Fome.

Considerando a extensão territorial da região sudeste do Tocantins e por estar enquadrada no Território da Cidadania, a descentralização das ações do PDITS é algo a ser pensado também a médio prazo, pois apenas oito (Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã e Rio da Conceição) dos 21 municípios que compõem a região estão sendo beneficiados diretamente. Nesse sentido, a sugestão

⁹⁷ Secretarias de Meio Ambiente e Recurso Hídrico, de Agricultura e Pecuária, do Trabalho e Desenvolvimento Social, Cultura, entre outras.

do parágrafo anterior precisa ser considerada, para que esses municípios, se não conseguiram até o momento, se enquadrar nos critérios do MTur para receberem recursos, possam, por meio de outras ações, desenvolver e fortalecer suas redes de apoio à atividade turística dessa região, considerando também a proximidade da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

Em outro momento, porém encadeado com as ações de execução e avaliação, é preciso fortalecer e continuar mantendo o diálogo direto com as Instituições parceiras (universidades, instituto federais), a cadeia produtiva, a sociedade civil e as comunidades tradicionais da região, assim por meio dessa mobilização e articulação, promover a geração de benefícios e o bem comum. Essa visão de gestão serve para ratificar ou retificar ações e planejamentos, pois agrega arranjos colaborativos e sinergias, evitando duplicações antissociais.

No que tange o desenlace desse estudo, evidencia-se a relevância do turismo como um impulsionador do desenvolvimento socioeconômico e cultural por meio de políticas públicas realmente permeadas da participação ativa dos sujeitos. Deste modo, as ações poderão contribuir para o entendimento dos impactos, dos efeitos e desafios a serem enfrentados pelas nas comunidades locais e no caso do PDTIS será possível uma avaliação de sua contribuição para as Serras Gerais.

É pertinente ressaltar a necessidade de fortalecimento da política de turismo, com maior e melhor investimento econômico e humano por parte do estado nos observatórios sociais, bem como o encorajamento da comunidade a participar das discussões, por meio de seminários, debates, consulta pública. Deste modo, sugere-se também criar canais de participação e fortalecer as ações intersetoriais da política pública por meio de parcerias com a Defensoria Pública e a Controladoria Geral, para acompanhar e, caso haja irregularidades na condução das ações, fazer denúncias para as providências cabíveis e assim, estabelecer um universo ético, no qual todos façam escolhas responsáveis num contexto de equilíbrio dos sistemas humanos-sociais, culturais, naturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento rural territorial e capital social. *In*: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa: UFPB: Cirad, 2002. p. 113 -128.

ADTUR. Agência de Desenvolvimento Turístico - 2019. Fomento ao turismo no estado. < <http://turismo.to.gov.br/estudos.php>>. Acesso em: 17ago2021.

ALVES, Luiz Ricardo Ferreira. **Paisagem cárstica do entorno do rio Azuis, Tocantins**: caracterização geomorfológica e contribuições para a gestão ambiental. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/933/1/Luiz%20Ricardo%20Ferreira%20Alves%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

ALKIRE, Sabina. Dimensions of human development. **World Development**, v. 30, n. 2, p. 181-205, 2002.

ALTERNATIVAS PARA PEQUENA AGRICULTURA NO TOCANTINS. **Os territórios quilombolas no Tocantins**. Palmas: APA-TO, 2012. Disponível em: <https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/Os%20territo%CC%81rios%20quilombolas%20no%20Tocantins%20-%20APA-TO.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**: oportunidades para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas: Fundação Vanzolini, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial**: vivências escravistas em Arraias (1739-1800). 2. ed. Goiânia: Kelps, 2007.

ARAÚJO, Cíntia Möller; TASCHNER, Gisela. Turismo e políticas públicas no Brasil. *In*: BENI, Mário Carlos (org.). **Turismo, planejamento estratégico e capacidade de gestão** – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri: Manole, 2012. p. 69-86.

AUDIÊNCIA Pública: lançamento do Plano Municipal de Turismo de Arraias – Data: 22/03/2022/19:00h. Arraias: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Comtur, UFT, 22 mar. 2022. 1 vídeo (156 min). Publicado pelo canal Paulo Ribeiro. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iGvR8B9v6_Q. Acesso em: 24 ago. 2022.

AURORA DO TOCANTINS. **Portal da Prefeitura Municipal de Aurora do Tocantins**. Aurora do Tocantins: PMAT, 2022. Disponível em: <http://auroradotocantins.to.gov.br/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, v. 1, n. 1, set. 2000.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). **Remea**, v. 27, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3193>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BALNEÁRIO DOURADAS. Aurora do Tocantins: 2022. Facebook.balneariodouradas.il. Disponível em: <https://www.instagram.com/balneariodouradas/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BARRETO, Margarida. **Planejamento e organização em turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

BARBOSA, Fábila Fonseca. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 14, p. 107-114, 2005. Disponível em: http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html. Acesso em: 3 set. 2022.

BASTOS, Philipe. **Plano para o turismo será desenvolvido a partir de Palma, Cantão e Jalapão**. Palmas: Secretaria da Comunicação, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://www.to.gov.br/secom/noticias/plano-para-o-turismo-sera-desenvolvido-a-partir-de-palmas-cantao-e-jalapao/2n0y0eqik8dq>. Acesso em: 23 maio 2020.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira; POYARES, Ramon. **Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Senac, 1997.

BENEVIDES, Gustavo. **Polos de desenvolvimento e a constituição do ambiente inovador**: uma análise sobre a região de Sorocaba. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/pos-stricto-sensu/arquivo/74>. Acesso em: 17 set. 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005.

BORGES, Cláudia Moreira. **Desenvolvimento local e avaliação de políticas públicas**: análise de viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São José do Rio Preto. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-23072007-094047/publico/ClaudiaMoreiraBorges.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

BORGES, Claudia Moreira; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Análise do Programa dos Minidistritos: novos enfoques na avaliação de políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 14, n. 55, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/download/44207/43078>. Acesso em: 3 set. 2022.

BORGES, Carlos Henrique Leite; GUZMÁN, Sócrates Jacobo Moquete; MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. Fatores Determinantes da Oferta Turística na Baía de Camamu-BA para o Planejamento do Turismo e Desenvolvimento Local. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 2, p. 298-324, 2013.

BRANDO, Carlos Andrés. A Corporação Andina de Fomento: um gigante gentil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/a-corporacao-andina-de-fomento-um-gigante-gentil.shtml>. Acesso em: 22 maio 2021.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: Edusc, 2002.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Descentralização enquanto modo de ordenamento espacial do poder e de reescalonamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil. *In*: DALLABRIDA, Valdir Roque (org.). **Gestão territorial e desenvolvimento**: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958**. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. Brasília, DF: Presidência da República, 1958. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=44863&ano=1958&ato=eb3QTW65EMRRVT194>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%208.447-2015&OpenDocument#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20PLANO%20DE,CRIA%C3%87%C3%83O%20DE%20SEU%20COMIT%C3%8A%20GESTOR. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974**. Dispõe sobre a criação de Fundos de Investimento, altera a legislação do Imposto sobre a Renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1974. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1376-12-dezembro-1974-375617-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939**. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1939. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1915.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.440, de 23 de julho de 1940**. Regula as atividades das empresas e agências de viagens e turismo. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2440&ano=1940&ato=dcf0zYq10dNRkT65c>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938**. Dispõe sobre a entrada, de estrangeiros no território nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0406.htm. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=55&ano=1966&ato=a5egXUE1UMZRVT496>. Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991**. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - Embratur, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8181.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 103, de 1 de janeiro de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário Turístico 2008. Inventário da Oferta Turística de Aurora – Tocantins**. Brasília: MTur, 2008. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/inventario-da-oferta-turistica>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007(a)**. Brasília: MTur, 2003b. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010** – uma viagem de inclusão. Brasília: MTur, 2007a. Disponível em: https://p.download.uol.com.br/guiamaua/dt/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/PNT_2013-2016.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022** – mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: MTur, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/pnt-2018-2022.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil**. Brasília: MTur, 2004. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/introducao_a_regionalizacao_do_turismo.pdf. Acesso em: 4 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Relatório de Impacto da Pandemia de covid-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil**. Brasília: MTur, 2020. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/revista.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e mercado**. Brasília: MTur, 2007b. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Verxo_final_IMPRESSO.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **A importância da internet para o turismo**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/a-importancia-da-internet-para-o-turismo>. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (1992-1994)**. Brasília: MTur, 1992.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia e planejamento**. Rio de Janeiro. 2002.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMPOS, Marcos Pereira; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto; THOMAZ Rosângela Custódio Cortez. Desenvolvimento local e turismo: uma utopia? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 3, ago.-out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6547>. Acesso em: 12 maio 2021.

CANDIOTTO, Luciano Z. P.; BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19, 2015. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/19/politicas.html>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CARNEIRO, Luciane. Perdas do turismo brasileiro com pandemia totalizam R\$ 341 bilhões, estima a CNC. **Valor Investe**, Rio de Janeiro, maio 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/12/perdas-do-turismo-brasileiro-com-pandemia-totalizam-r-341-bilhoes-estima-cnc.ghtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

CASSIRER, Ernest. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTELLI, Geraldo. **Administração Hoteleira**. Caxias do Sul: EducS, 2001.

CARVALHO, Gisele Lima. Perspectivas histórico-institucionais da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Mercator**, v. 15, n. 1, jan.-mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/TrnVrW8WZ9rrgFsWNBgq4sr/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2021.

CAVALCANTI, Keila B.; HORA, Alberto S. S. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise**, v. 13, n. 2, p. 54-73, nov. 2002.

CLICK NA ESTRADA. Gruta do Sabiá. **Click na Estrada**, 2017. il. <https://clicknaestrada.blogspot.com/2017/08/gruta-do-sabia.html>. Acesso em: 4 maio 2022.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **Teoria do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52804>. Acesso em: 20 maio 2020.

COOPER, Chris; FLETCHER John; FYALL, Alan; GILBERT David; WANHILL Stephen. **Turismo princípio e práticas**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo comunitário no contexto da globalização. *In*: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: Eduece, 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; SILVA, Sylvio Carlos de Mello e. **Turismo e Geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Uece, 2005.

CORREIO OFFICIAL [DE] GOYAS. Goiânia, n. 422, 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=167487&pagfis=1111>. Acesso em: 16 maio 2021.

COSTA, Magda Suely Pereira. **Poder local em Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias**. 2008. 298 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2008.

COSTA FARIAS, J.; PEREIRA, M. D. R.; CRISTO, S. S. V. Aspectos Geomorfológicos e os efeitos do fogo na Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – Tocantins e Bahia. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 12., 2018, Crato. **Anais [...]**. Crato: União da Geomorfologia Brasileira, 2018. Disponível em <https://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/10/10-205-1926.html>. Acesso em: 5 jan. 2023.

COUTINHO, Ana Catarina Alves; AZEVEDO, Francisco Fransualdo; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Articulação de rede social no processo de desenvolvimento turístico: o caso no Rio Grande/Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, v. 22, n. 1, jan.-abr. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tva/a/GFpqx6k5TG8DNhnbrCnhpGK/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 15 maio 2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul.-dez. 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/207941/mod_resource/content/1/Artigo%20CRUZ.pdf. Acesso em: 8 set. 2021.

CRUZ, de Cássia Ariza da; SAN SOLO, Davis Gruber (2003): Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.ivtrj.net/caderno/davis/davis1.htm>. Acesso em: 4 dez. 2021.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Programa de Desenvolvimento do turismo no Nordeste Brasileiro (1995 a 2005): Prodetur-NE, o divisor de águas. *In*: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; FERREIRA, Angela Lúcia; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (org.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. p. 35-44. (Metrópoles, v. 1).

DESTINOS TURISTICO INTELIGENTES. Observatório de Turismo do Recife. Disponível em: <https://observatorioturismo.visit.recife.br/destino-turistico-inteligente-dti/>. Acesso em 28 mar.2022.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

FAZITO, Mozart. Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. *In*: FIGUEIREDO, Silvio José de Lima; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; AZEVEDO, Francisco Fransualdo de (org.). **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém: Naea, 2015.

FAZITO, Mozart; RODRIGUES, Barbara; NASCIMENTO, Elimar; PENA, Luiz Carlos Spiller. O papel do turismo no desenvolvimento humano. **Paper do Naea**, v. 26, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/11075/8363>. Acesso em: 25 mar. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. *In*: MOLINA, Mônica. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília M. GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, abr. 2013. Disponível

em: <https://revistas.pucsp.br/dic/article/download/14931/11139/0>. Acesso em: 1 fev. 2023.

FONTES, Ednice de Oliveira. **Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia**: os segmentos produtivos da celulose e do turismo. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2006.

FONTES, Seleucia. **Propostas para o desenvolvimento turístico da região das Serras Gerais são apresentadas durante Fórum**. Palmas: Governo do Tocantins, 20 set. 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/propostas-para-o-desenvolvimento-turistico-da-regiao-das-serras-gerais-sao-apresentadas-durante-forum/4hu3sgsdp61n>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FRANÇA, Julimar Pereira; ARAÚJO, Iara Jane de. Desenvolvimento sustentável, redefinição do poder local e turismo como alternativa de desenvolvimento local. **Holos**, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4815/481549220007.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

FRATUCCI, Aguinaldo César. **Os lugares turísticos**: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, ano II, n. 4, 2000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13390/8590/52738>. Acesso em: 3 jan. 2023.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018/404>. Acesso em: 1 nov. 2021.

FREGONESI, Patrícia; CARDOSO, Sara. **Tocantins é destaque nacional com maior percentual de crescimento no PIB 2019**. Palmas: Secretaria da Comunicação, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-e-destaque-nacional-com-maior-percentual-de-crescimento-no-pib-2019/3dp1cw5jr3kp#:~:text=O%20Tocantins%20pode%20comemorar%20o,27%20unidades%20federativas%20do%20Brasil>. Acesso em: 25 maio 2020.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. **Territorioy funáon**: la evolucion de la planificacion regional. Madri: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Impactos econômico do Covid-19 proposta para o turismo brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf. Acesso em: 2 fev. 2021.

GATTI, B. A. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília, DF: Líber Livro Editora, 2005.

GIBBS, Ghraham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOI, Rosane Camila de; AMARAL, Silvia Cristina Franco. O reflexo do projeto neoliberal nas políticas públicas em turismo e turismo de aventura no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/16278>. Acesso em: 20 maio 2021.

GOMES, Celso Cardoso. Conexões e desconexões da atividade turística em municípios da Microrregião do Brejo Pernambucano. *In*: SEABRA, Giovanni (org.). **Terra**: Agricultura familiar, natureza e segurança alimentar. Ituiutaba: Barlavento, 2014.

GÓMEZ, Jorge Montenegro. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada** – A Revista da Geografia do Trabalho, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798/821>. Acesso em: 20 jan. 2022.

GONÇALVES, Kamila. **Sectur participa de audiência pública em Arraias**. Palmas: Secretaria da Cultura, 23 mar. 2022. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secult/noticias/sectur-participa-de-audiencia-publica-em-arraias/13e7303t6avq>. Acesso em: 21 maio 2022.

GONÇALVES, Thuany. Curso Gestor de Turismo das Serras Gerais é realizado no câmpus de Arraias. Palmas: UFT, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/26754-curso-gestor-de-turismo-das-serras-gerais-e-realizado-no-campus-de-arraias>. Acesso em: 2 jan. 2021.

GONZÁLEZ, M.V.P. Governança turística: políticas públicas inovadoras ou retórica banal? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, 2014. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1023>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GUALBERTO, Rosângila Domingos. **O LUGAR CONTADO: Narrativas em torno à Chapada dos Negros em Arraias – TO**. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/949/1/Ros%C3%A2ngila%20Domingos%20Gualberto%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

GUALBERTO, Rosângila Domingos; RAMOS JÚNIOR, Dernival Venâncio; COSTA, Kenia Gonçalves. A história da Chapada dos Negros na narrativa dos moradores de Arraias-TO. **Temporis[ação]**, v. 20, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/9090>. Acesso em: 2 fev. 2021.

GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como lógica de investigação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 42, p. 13-79, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anpur, 2001. v. 3.

HALL, Conin Michael. **Planejamento turístico**: políticas, processos e relacionamentos. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

HALUM, César. **Municípios tocantinenses**: suas origens, seus nomes. Palmas: Provisão, 2008.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello, INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo. Pioneira: Thompson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Conheça cidades e estados do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, [2021a]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tocantins**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 1 mapa, color. Disponível em: https://geofp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/atlas_educacionais/atlas_geografico_escolar/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/fisico/tocantins.pdf. Acesso em: 24 nov. 2020.

ITO, Claudemira Azevedo. **Evolução histórica do turismo e suas motivações**. **Revista Tópos**, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2208>. Acesso em: 3 mar. 2021.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. **Cooperação**. In: CATTANI, Antonio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Verazes, 2003.

KERZNER, Harold. **Gestão de projetos**: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Novo Milênio, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2001.

LAZARTE, Alfredo. H. **Las agencias de desarrollo económico local**: promoviendo la empresarialidad en el marco del desarrollo humano sistenidade. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 1999. Disponível em: <http://www.ilo.org>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LANZARINI, Ricardo; BARRETO, Margarita. Políticas públicas no Brasil para um turismo responsável. **Turismo – Visão e Ação**, v. 16, n. 1, p. 185-215, jan.-abr. 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br>. Acesso em: 19 set. 2021.

LIMA, Luciana L.; D'ASCENZI, Luciano. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, dez. 2013.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. especial, n. 20, p. 130-142, 1999.

LIMA, Renata Mayara Moreira. **Turismo, política pública e desenvolvimento: uma avaliação do programa de regionalização do turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014)**. 2017. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23754/1/TurismoPol%C3%ADticasP%C3%BAblicas_Lima_2017.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

LOPES, Dayara Pereira. **Aurora do Tocantins – TO: turismo e sustentabilidade**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34080/1/2018_DayaraPereiraLopes.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

MCGRATH, Joseph E.; ARROW, Holly; BERDAHL, Jennifer L. The study of groups: past, present, and future. **Personality and Social Psychology Review**, v. 4, n. 1, p. 95-105, 2000.

MACHADO, André Roberto de Arruda. Entre o nacional e o regional: uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da história. **Anos 90**, v. 24, n. 45, p. 293–319, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/61317/44016>. Acesso em: 10 out. 2021.

MAGNO, Carlos. **Turismo no Tocantins ganha mais projeção em 2008**. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/turismo-no-tocantins-ganha-mais-projecao-em-2008/1sooyncgsjf>. Acesso em: 10 out. 2021.

MANDU, Suelen de Almeida; MORAIS, Fernando. Abordagem espeleológica no ensino fundamental e médio no município de Aurora do Tocantins – TO. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32, 2013, Barreiras. **Anais [...]**. Campinas: SBE, 2013. Disponível em: https://www.cavernas.org.br/wp-content/uploads/2021/07/32cbe_149-155.pdf. Acesso em: 2 mar. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Nilton. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas: EDUFT, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1295/1/Desenvolvimento%20regional%20do%20territ%C3%B3rio%20do%20estado%20do%20Tocantins%20-%20Nilton%20Marques.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2021.

MARTINELLI, Hanna Xavier dos Santos. **A festa do Judas do Distrito de Canabrava, municípios de Arraias – TO: significados e peculiaridades**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2948>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINS, André. **Caminhos para o desenvolvimento do turismo em Tocantins**. Brasília: MTur, jan. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/caminhos-para-o-desenvolvimento-do-turismo-em-tocantins>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MARTINS, Rafael D’Almeida; VAZ, José Carlos; CALDAS, Eduardo de Lima. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e territórios. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 559-90, maio-jun. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6937>. Acesso em: 25 maio 2021.

MASCATE. *In*: HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana – conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Icaria Editorial, 1994. Disponível em: http://www.max-neef.cl/descargas/Max_Neef-Desarrollo_a_escala_humana.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

MÉSZÁROS, István. Ir além do capital. *In*: COGGIOLA, Osvaldo (org.) **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 143-154.

MORAIS, Fernando. Caracterização Geomorfológica da Região de Aurora do Tocantins, Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 14, n. 2, p. 163-170, abr.-jun. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/290602989_CHARACTERIZACAO_GEOMORFOLOGICA_DA_REGIAO_DE_AURORA_DO_TOCANTINS_BRASIL. Acesso em: 30 mar. 2020.

MONTEJANO, Jordi Montaner. Estrutura do Mercado turístico. 2. ed. São Paulo: Roca, 2001.

MÜLLER, Dalila; HALLAL, Dalila Rosa; RAMOS, Maria da Graça Gomes; GARCIA, Tania Elisa Morales. O despertar do turismo no Brasil: a década de 1970. **Tourism & Management Studies**, n. extra 1, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5018492.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MUSEU DE ARRAIAS. Arraias: 2020. Facebook: museudearraias. il. Disponível em: <https://www.instagram.com/museudearraias/>. Acesso em: 23 abril 2021.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas: teoria e prática**. São Paulo: Edusp, 1980.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. Natividade e Porto Nacional: cidades patrimonializadas no Tocantins. *In*: BALSAN, Rosane; NASCIMENTO, Núbia Nogueira do. **Patrimônio cultural no estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade**. Palmas: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/download/9043/18054/51623>. Acesso em: 20 maio 2022.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Audiências públicas. Revista de Direito Administrativo**, v. 210, p. 11- 23, 1997.

NEPOMUCENO, Nina Zonis. **Grandes hotéis centrais no rio de janeiro (1908-1922) da construção ao arrasamento dos edifícios**. Disponível em <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/18426/1/NZNepomuceno.pdf>. Acesso em 01 jan. 2023.

NOVA secretária de turismo de Aurora reativa Comtur e reúne com equipe do senador Eduardo Gomes. **RR10**, 19 mar. 2022. Disponível em: <https://rr10noticias.com.br/nova-secretaria-de-turismo-de-aurora-reativa-comtur-e-reune-com-equipe-do-senador-eduardo-gomes/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

OLIVEIRA, Daniela. **Plano de desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de quatro regiões do Tocantins começa a ser elaborado**. Palmas: Secretaria da Comunicação, out. 2017. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/plano-de-desenvolvimento-de-turismo-sustentavel-de-quatro-regioes-do-tocantins-comeca-a-ser-elaborado/60va2nxd36qm>. Acesso em: 1 fev. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis: Programa Gestão Pública e Cidadania/Eaes/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Mariana. **Tocantins tem novo mapa turístico**. Brasília: MTur, jul. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/tocantins-tem-novo-mapa-turistico>. Acesso em: 15 abr. 2021.

OLIVEIRA, Nilton Marques; ALVES, Erisvaldo Oliveira. Transformações econômicas no estado do Tocantins nas primeiras décadas do século XXI. **Informe Gepec**, v. 26, n. 3, p. 102-119, 2022. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/29767>. Acesso em: 3 mar. 2023.

PALACÍN, Luis G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

PEREIRA, Jodevaldo. **Estado investe R\$ 270 milhões para fortalecer turismo no Tocantins**. Palmas: Secretaria da Comunicação, 17 set. 2013. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/estado-investe-r-270-mi-para-fortalecer-turismo-no-tocantins/w0gmw1umk1t>. Acesso em: 5 jan. 2020.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PETROCCHI, Mario; BONA, André. **Agências de turismo**: planejamento e gestão. 4. ed. São Paulo: Futura, 2003.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. 23. ed. Belém: Santa Cruz, 2014.

PORTAL FÉRIAS. **Aurora do Tocantins**. [S. /]: Portal Férias, 2022. il. Disponível em: <https://www.ferias.tur.br/fotos/9811/aurora-do-tocantins-to.html>. Acesso em: 4 maio 2022.

PREFEITURA de Aurora promove temporada de férias no Balneário Douradas com shows e programação esportiva. **Atitude**, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.atitudeto.com.br/entretenimento/prefeitura-de-aurora-promove-temporada-de-ferias-no-balneario-douradas-com-shows-e-programacao-esportiva/>. Acesso em: 9 set. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, José. História do turismo mundial e o Brasil. **Turismo Receptivo**, 18 abr. 2011. Disponível em: <https://turismoreceptivo.wordpress.com/2011/04/18/historia-do-turismo-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, Marco Antonio; SILVEIRA, Luís Fábio; PIACENTINI, Vítor de Queiroz; SCHUNCK, Fábio; MACHADO, Érika; PINHEIRO, Renato Torres; REIS, Elivânia. As aves da estação ecológica Serra Geral do Tocantins, centro do Brasil. **Biota Neotropica**, v. 11, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bn/a/R6jQ4RvqYnQx5WVzTThvh8d/>. Acesso em: 25 set. 2022.

ROCHA, Ricardo Rayan Nascimento. **Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na Resex Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/25408/1/RicardoRayanNascimentoRocha_DISSERT.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento Sustentável e a atividade turística. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROSA, Eloisa Marques. **A Suça em Natividade**: festa, batuque e ancestralidade. 2015. Dissertação (Mestrado) – Escola de Música e Artes Cênica, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5544/5/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Eloisa%20Marques%20Rosa%20-%202015.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do médio ambiente. 7. ed. Campinas: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. *In*: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; MENDES, landara Alves (org.). **Teoria, técnicas, espaços e atividades**: temas da geografia contemporânea. Rio Claro: Programa de Pós Graduação em Geografia/Unesp: Associação de Geografia Teorética (Ageteo), 2001. P. 73-96.

SANCHO, Altair; IRVING, Marta de Azevedo. Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma interpretação preliminar. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 44-57, jan.-jun. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/19385635/Tend%C3%AAncias_de_inclus%C3%A3o_soci_al_no_Plano_Nacional_de_Turismo_2007_2010_uma_interpreta%C3%A7%C3%A3o_preliminar. Acesso em: 3 mar. 2023.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8176/2/RB%2023%20Aglomera%C3%A7%C3%B5es%2C%20Arranjos%20Produtivos%20Locais%20e%20Vantagens%20Competitivas%20Locacionais_P_BD.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Delcivânio Maia da. **A dança Bolé enquanto patrimônio cultural da comunidade quilombola Kalunga do Mimoso – Arraias/Paraná – TO**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2020. Disponível em:

<https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/2649/1/RTC%20-%20Monografia%20-%20Delciv%20a2nio%20Maia%20da%20Silva%20.pdf>. Acesso em: 6 maio 2021.

SILVA, Eudemir de Melo. **Mapeamento do Patrimônio Cultural da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso no Território de Arraias – TO**. 2018. Monografia Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo Patrimonial e Socioambiental) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2020.

SILVA, Fabiane Fernandes. **Gestão de áreas cársticas em Aurora do Tocantins e Dianópolis – TO: uma análise a partir de perturbações ambientais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/brazilangeojournal/article/view/24471>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Fabiane Fernandes; MORAIS, Fernando. Índice de perturbações ambientais em áreas cársticas do estado do Tocantins – primeira aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 3, p. 766-777, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/viewFile/233700/27276>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SILVA, Jorge Antonio. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo de polo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em Análise**, v. 17, n. especial, p. 3-4, jan. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63753/66518>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Luís Antônio G. C. **Biomias presentes no Estado do Tocantins**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <https://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/abook/pdf/1sem2015/Passivo/biomastocantins.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2023.

SILVA, R. L. G. Políticas de Desenvolvimento e a Racionalidade do Turismo em Campo Grande/MS – Capital de Eventos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS: DINÂMICA ECONÔMICA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO (CIMDEPE), 2., 2006, Uberlândia. **Anais [...]**. [S. l.]: Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), 2006.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento: um foco no estado do Paraná no contexto regional**. 2002. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

SOFIELD, Trevor; BAUER, Joney; DE LACY, Terry; LIPMAN, Geoffrey; DAUGHERTY, Sean. **Sustainable tourism – elimination poverty: an overview**. Queensland, Australia: CRC for sustainable tourism, 2004.

SOLHA, Karina Toledo. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-26072005-133940/publico/orgaosturismoBrasil.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SOUSA, Rodrigues di. Entrudo Arraiano: Depois de dois anos pós Pandemia Arraias retoma sua tradição secular com o tradicional Entrudo. **Tribun@ do Interior**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://jtnoticias.com.br/noticia/entrudo-arraiano-depois-de-dois-anos-pos-pandemia-arraias-retoma-sua-tradicao-secular-com-o-tradicional-entrudo/5395>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. *In*: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TAVEIRA, Marcelo da Silva. **Turismo e comunidades de praia**: São Miguel do Gostoso no caminho do mar e na direção dos ventos. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20570>. Acesso em: 12 maio 2021.

TESKE, Wolfgang. **Cultura Quilombola na Lagoa da Pedra, Arraias – TO**. Brasília: Senado Federal, 2011.

THERIVEL, Riki; PARTIDÁRIO, Maria do Rosário. **The practice of strategic environmental assessment**. Nova York: Routledge, 1996.

TOCANTINS. Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa. **PDITS Polo do Jalapão**. Palmas: Adetuc, 2012. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/308140/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

TOCANTINS. Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa. **Proposta Final do PDITS para as Serras Gerais**. Palmas: Adetuc, 2019a. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/553137/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

TOCANTINS. **Fórum de Turismo em Natividade debate potencialidades das Serras Gerais**. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2019/09/20/forum-do-turismo-em-natividade-debate-potencialidades-das-serras-gerais>. Acesso em: 5 jun. 2021.

TOCANTINS. Medida Provisória nº 2 **publicado no Diário Oficial do Tocantins nº 6.023**, 04 DE FEVEREIRO DE 2022. Dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, altera a Lei Estadual no 3.421, de 8 de março de 2019, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2020a. Disponível em: <https://doe.to.gov.br/diario/4562/download>. Acesso em: 22 novembro 2022.

TOCANTINS. **Decreto estadual nº 6.067, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão de visitas turísticas nas unidades de conservação estaduais que especifica, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2020a. Disponível em: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6067#:~:text=Sites%20especiais&text=DECRETO%20No6.067%2C%20de%2017%20de%20mar%C3%A7o%20de%2>

02020,especifica%2C%20e%20adota%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 22 novembro 2022.

TOCANTINS. **Decreto estadual nº 6.159, de 30 de setembro de 2020**. Dispõe sobre a prorrogação de prazos relativos à suspensão de atividades educacionais e à jornada de trabalho, na forma que especifica, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2020b. Disponível em: <http://servicos.casacivil.to.gov.br/decretos/decreto/6159>. Acesso em: 22 novembro 2022.

TOCANTINS. **Ilha do Bananal**. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, [2023]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/ilha-do-bananal/1j2j787hhxq>. Acesso em: 25 maio 2020.

TOCANTINS. **Lei nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001**. Cria o Parque Estadual do Jalapão, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2001. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/246014>. Acesso em: 21 maio 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 1.630, de 5 de dezembro de 2005**. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2005. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=128>. Acesso em: 25 maio 2020.

TOCANTINS. **Lei nº 2.820, de 30 dezembro de 2013**. Dispõe sobre a Política de Turismo Sustentável do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2013a. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=263947>. Acesso em: 25 maio 2020.

TOCANTINS. **Lei nº 3.421, de 8 de março de 2019**. Dispõe sobre a organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, e adota outras providências. Palmas, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2019b. Disponível em: <http://dtri.sefaz.to.gov.br/legislacao/ntributaria/Leis/Lei3.421.19-Estrutura.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.421%2C%20de%208,Estadual%2C%20e%20adota%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 12 março 2022.

TOCANTINS. **Plataforma Integrada de Turismo – PIT**. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, 2022a. il. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/pt>. Acesso em: 21 maio 2022.

TOCANTINS. Secretaria do Turismo. Observatório do Turismo. **Ilha do Bananal**. Palmas: Secretaria do Turismo, 2021. Disponível em: <https://observatorioA.turismo.to.gov.br/estudos/plano-desenvolvimento-regional/ilha-do-bananal/>. Acesso em: 3 jul. 2021.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. Decisão nº 033, de 12 de setembro de 2013. Aprova o Mapa Estratégico do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, n. 3.973, p. 22-23, 2013b.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e desenvolvimento regional**: dimensões, elementos e indicadores. Caxias do Sul: EducS, 2009.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES, 2011, Faro. **Book of Proceedings**. Faro: Universidade do Algarve, 2011. v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1990063/mod_resource/content/1/Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Turismo%20no%20Brasil%20da%20municipaliza%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20regionaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TV ANHANGUERA. Tradição com mais de dois séculos, Entrudo leva multidões pelas ladeiras de Arraias. **G1**, Tocantins, 4 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/03/04/tradicao-com-mais-de-dois-seculos-entrudo-leva-multidoes-pelas-ladeiras-de-arraias.ghtml>. Acesso em: 30 set. 2021.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e políticas públicas de turismo**: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33540236.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VILELA, Grazielle Júnia Pereira; COSTA, Helena Araújo. Políticas Públicas de Turismo: uma análise crítica dos planos nacionais de turismo do Brasil (2003-2022). **Revista Turismo em Análise**, v. 31, n. 1, p. 115-132, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/147341/165314/451271>. Acesso em: 2 jan. 2021.

VOISIN, Jane. Comunicação turística, memória, identidade: uma proposta de abordagem e dois casos (Ilhéus-Bahia e La Rochelle-França). **Revista Espaço Acadêmico**, ano IV, n. 37, jun. 2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37evoisin.htm>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Territorial Endógeno** – conceitos, dimensões e estratégias. Florianópolis: Sead/UFSC, 2007.

APÊNDICE A – Entrevista com a representante da Adetuc (Secretaria de Turismo do Estado)

1) A partir de uma perspectiva técnica, em sua opinião qual é a importância de discutir e planejar as políticas públicas de turismo com as localidades onde ela será implantada?

2) Como a Adetuc procura envolver os municípios (ou locais) para contribuir para a elaboração da política de turismo? (Citar se eles são consultados, se há algum tipo de pesquisa local, entre outros).

3) Tendo o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) como uma das mais recentes políticas de turismo do estado e estando ele sendo trabalhado também na região das Serras Gerais, na sua opinião, quais ações dessa política são consideradas como as principais ligadas diretamente ao desenvolvimento dessa região via turismo?

4) Além dos municípios e do Ministério do Turismo, há outros tipos de parcerias (instituições privadas ou não governamentais) realizadas para que o PDITS possa contribuir para o desenvolvimento local? Quais?

5) As políticas públicas, em específico, as ações do PDITS, são avaliadas? Quem faz essa avaliação? Seus resultados são apresentados?

6) Qual periodicidade das avaliações da política pública de turismo?

() Quinzenalmente () Mensalmente () Bimestralmente () Trimestralmente () Nunca
() Semestralmente () Anualmente

7) Em relação à execução das ações propostas pelo PDITS, qual a sua avaliação? Quais foram, ou quais, são os entraves que emperram o processo? Como foram superados?

APÊNDICE B – Entrevista com representantes da gestão municipal (Arraias e Aurora do Tocantins)

- 1) A partir de uma perspectiva técnica, e sua opinião, qual é a importância de a Adetuc discutir e planejar as políticas públicas de turismo com o município? Por sua vez, o município também discute ou tem discutido com os sujeitos da cadeia produtiva local?

- 2) Tendo o Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), como a mais recente política pública de turismo no estado, como a Adetuc procurou envolver o município para contribuir para a elaboração dessa política de turismo? (Citar se eles realizaram alguma pesquisa, alguma reunião com os sujeitos da cadeia produtiva local, entre outras).

- 3) Na sua opinião, quais ações dessa política ligadas diretamente ao desenvolvimento do município via turismo são consideradas como principais?

- 4) Como o município está envolvendo os sujeitos da cadeia produtiva local para contribuir para o desenvolvimento do turismo local por meio do PDITS?

- 5) Na sua opinião, houve resultados positivos a partir a implantação das ações do PDITS no município? Quais?

- 6) As ações do PDITS são avaliadas em âmbito municipal? Quem faz essa avaliação? Os resultados são divulgados?

- 7) No município, há algum programa ou projeto dando suporte às ações do PDITS? Quais são?

- 8) Qual sua opinião a respeito das ações PDITS para o município?

APÊNDICE C – Roteiro de questões para nortear a discussão que será realizada com os sujeitos (comunidade)

Grupo de profissionais da cadeira produtiva que estão trabalhando na região e na comunidade. Foi agendado um dia para reuni-los e foi realizada uma apresentação:

I) cargo ou atividade que desenvolve:

II) tempo de atuação na atividade:

Questões:

1) Na sua opinião o turismo é:

() Muito importante () Importante () Não muito importante

2) Na sua opinião, qual é a importância da participação das pessoas moradores do local para discutir as propostas e ações para elaborar uma política pública de turismo para ser implantada na sua comunidade?

3) Você conhece algum programa, projeto ou plano voltado ao turismo local que está sendo realizado pelo poder público? Qual sua opinião sobre ele?

4) Na sua opinião, como esse programa que está sendo executado no município vai contribuir para o desenvolvimento do município?

5) Houve algum momento em que você, ou grupo de trabalho, foi convidado pela gestão pública (prefeitura, governo) para discutir questões referentes à elaboração da proposta desse programa PDITS?

6) Procurando identificar se houve, ou se há, uma participação desses sujeitos no planejamento do PDITS, como ocorre, ou como ocorreu, sua participação na elaboração das políticas voltadas para o turismo no município por meio do PDITS?

7) Qual sua avaliação em relação às ações que estão sendo executadas via turismo para o desenvolvimento local? Você acredita que estão corretas?

ANEXO A – Aceite institucional

A Sra. _____, está de acordo com a realização da pesquisa _____, de responsabilidade do pesquisador _____, estudante de doutorado do Departamento de Pós-Graduação de Geografia da Universidade de Brasília, realizada sob orientação da Professora Dra. Marília Peluso, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de entrevistas semiestruturada, com a superintendente de projeto da Adetuc e terá duração de um dia no mês de julho de 2022.

Eu, _____, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 18 de março de 2022.

Nome do(a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título do estudo:

Pesquisador responsável:

Instituição/departamento:

Telefone e endereço postal completo:

Local da coleta de dados:

Eu _____, responsável pela pesquisa _____, o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende _____. Acreditamos que ela seja importante porque poderá _____. Para sua realização será feito o seguinte: _____. Sua participação constará na etapa da pesquisa de campo, pela qual você será convidado a responder, de forma espontânea, questões relacionadas a sua opinião _____.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos emocionais, tais como: desconforto ou timidez. Os benefícios que esperamos como estudo e que, por meio dessa conversa, possamos aguçar ainda mais nossa visão crítica sobre os aspectos que envolvem a elaboração e implantação de uma política pública participativa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Sua imagem também não será utilizada.

_____/TO, ____/____/____

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

ANEXO C – Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

_____/TO, ____/____/____

Assinatura do(a) voluntário(a)

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

ANEXO D – Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de entrevistado(a) no projeto de pesquisa _____, sob responsabilidade de _____, vinculado ao Departamento _____. Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para a obtenção das informações relacionadas a ações do turismo no estado de forma a compor a estrutura para elaboração da tese do referido pesquisador. Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável. Desse modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

_____/TO, ____/____/____

Assinatura do(a) entrevistado(a) Assinatura do(a) pesquisador(a)

